

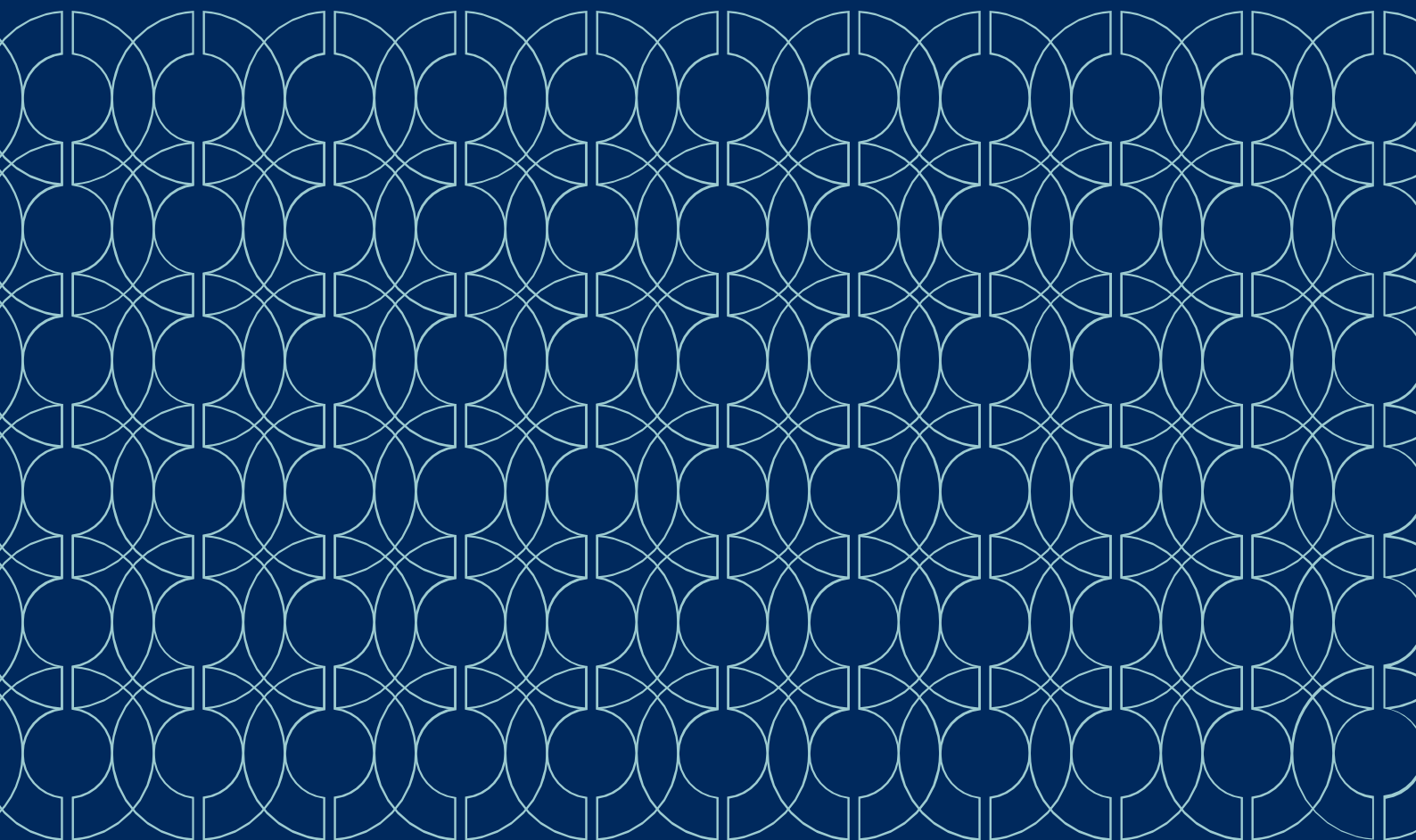
**Schroders**

**Schroder GAIA**

**Prospecto**

Agosto de 2019

**Portugal**



(uma sociedade de investimentos do tipo aberto sediada no Luxemburgo)



Schroder GAIA  
(uma sociedade de investimentos do tipo aberto sediada no Luxemburgo)

# Prospecto

Agosto de 2019



# Informação Importante

Poderão ser pedidas cópias deste Prospecto ou colocadas questões relativas à Sociedade para o seguinte endereço:

**Schroder Investment Management (Europe) S.A.**

5, rue Höhenhof  
1736 Senningerberg  
Grão-Ducado do Luxemburgo  
Tel: (+352) 341 342 202  
Fax: (+352) 341 342 342

Este prospecto (o "Prospecto") deve ser lido integralmente antes da apresentação de qualquer pedido de subscrição de Acções. Em caso de dúvida sobre o conteúdo deste Prospecto, deverá consultar o seu consultor financeiro ou outro consultor profissional.

As Acções são oferecidas com base na informação contida neste Prospecto e nos documentos aqui referidos.

Nenhuma pessoa se encontra autorizada a fazer quaisquer anúncios ou a dar quaisquer informações ou a prestar quaisquer declarações relacionadas com a oferta, colocação, subscrição, venda, troca ou resgate das Acções, diferentes dos que constam deste Prospecto e, caso tenham sido feitos, dados ou prestados, tais anúncios, informações ou declarações não poderão ser considerados credíveis e como tendo sido autorizados pela Sociedade ou pela Sociedade Gestora. Nem a entrega deste Prospecto, nem a oferta, colocação, subscrição ou emissão de quaisquer Acções, em quaisquer circunstâncias, implicarão, ou constituirão qualquer declaração de que a informação fornecida neste Prospecto está correcta em qualquer momento posterior à data da sua publicação.

Os Administradores, cujos nomes se referem adiante, tomaram todos os cuidados considerados razoáveis para que a informação contida neste Prospecto esteja, tanto quanto é do seu conhecimento e convicção, de acordo com os factos e não omita qualquer facto importante para essa informação. Os Administradores aceitam a responsabilidade daí resultante.

A distribuição deste Prospecto e da documentação complementar, bem como a oferta de Acções, podem ser limitadas em alguns países. Os Investidores que desejem subscrever Acções deverão informar-se sobre eventuais exigências do seu próprio país no âmbito das transacções de Acções, eventuais regulamentos de controlo cambial aplicáveis e consequências fiscais das transacções de Acções.

Este Prospecto não constitui uma oferta ou solicitação de alguém em qualquer país onde tal oferta ou solicitação não sejam legais ou não estejam autorizadas, ou a qualquer pessoa a quem seja ilegal fazer tal oferta ou solicitação.

Os Investidores devem ter em atenção que nem todas as protecções disponibilizadas ao abrigo do respectivo regime regulamentar serão aplicáveis, podendo não ter direito a qualquer compensação ao abrigo de tal regime regulamentar, caso exista.

Para as finalidades do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados 2016/679 ("RGPD"), o responsável pelo tratamento de dados em relação a quaisquer dados pessoais fornecidos pelo investidor são a Sociedade e a Sociedade Gestora.

Para cumprir as obrigações e responsabilidades ao abrigo do RGPD, é requerida por lei à Sociedade e à Sociedade Gestora a disponibilização ao investidor de uma política de privacidade que detalha a forma como a Schroders recolhe, utiliza, divulga, transfere e conserva as informações do investidor. Pode encontrar uma cópia da política de privacidade em [www.schroders.com/en/privacy-policy](http://www.schroders.com/en/privacy-policy). Reconhece pelo presente que leu e compreendeu o conteúdo da política de privacidade.

Nalguns países, a distribuição deste Prospecto poderá exigir que o mesmo seja traduzido para as línguas especificadas pelas autoridades regulamentares desses países.

Em caso de discrepância entre a versão traduzida e a versão em língua inglesa deste Prospecto, prevalecerá a versão em língua inglesa.

A Sociedade Gestora poderá gravar as conversas telefónicas. Considera-se que os Investidores deram o seu consentimento à gravação de conversas com a Sociedade Gestora e ao uso de tais gravações pela Sociedade Gestora e/ou pela Sociedade em processos legais ou outros que entenderem.

**O preço das Acções da Sociedade e o rendimento das mesmas poderão diminuir ou aumentar e o Investidor poderá não recuperar o capital investido.**

# Índice

<b>Informação Importante</b>	<b>5</b>	
<b>Definições</b>	<b>7</b>	
<b>Administradores</b>	<b>11</b>	
<b>Administração</b>	<b>12</b>	
<b>Secção 1</b>	<b>1. A Sociedade</b>	<b>13</b>
	1.1. Estrutura	13
	1.2. Objectivos e políticas de investimento	13
	1.3. Classes de Acções	13
<b>Secção 2</b>	<b>2. Negociação de Acções</b>	<b>17</b>
	2.1. Subscrição de Acções	17
	2.2. Resgate e Troca de Acções	19
	2.3. Restrições à Subscrição e à Troca para determinados Fundos ou Classes	21
	2.4. Cálculo do Valor Patrimonial Líquido	22
	2.5. Suspensões ou Diferimentos	23
	2.6. Política relativamente a Market Timing e Negociação Frequente	24
<b>Secção 3</b>	<b>3. Informações Gerais</b>	<b>25</b>
	3.1. Informações sobre a Administração, Encargos e Despesas	25
	3.2. Comissões de Desempenho	29
	3.3. Informações sobre a Sociedade	31
	3.4. Dividendos	32
	3.5. Tributação	32
	3.6. Assembleias e Relatórios	34
	3.7. Detalhes das Acções	35
<b>Anexo I</b>	<b>Restrições ao investimento</b>	<b>36</b>
<b>Anexo II</b>	<b>Riscos de Investimento</b>	<b>43</b>
<b>Anexo III</b>	<b>Detalhes dos Fundos</b>	<b>56</b>
	Grupo 1 – Fundos Geridos Externamente	58
	Schroder GAIA BlueTrend	58
	Schroder GAIA Contour Tech Equity	61
	Schroder GAIA Egerton Equity	63
	Schroder GAIA Nuveen US Equity Long Short*	65
	Schroder GAIA Nuveen US Equity Market Neutral*	67
	Schroder GAIA Sirios US Equity	69
	Schroder GAIA UK Dynamic Absolute Return Fund	71
	Schroder GAIA Two Sigma Diversified	73
	Schroder GAIA Wellington Pagosa	76
	Grupo 2 – Fundos Geridos Internamente	79
	Schroder GAIA Cat Bond	79
	Schroder GAIA Helix	82
<b>Anexo IV</b>	<b>Outras Informações</b>	<b>85</b>

# Definições

## Acções de Capitalização ou Acções de CAP

Acções que acumulam o respectivo rendimento, para que este seja incluído no preço das acções.

## Agente Administrativo

Brown Brothers Harriman (Luxembourg) S.C.A.

## Estatutos

Os Estatutos da Sociedade, incluindo as alterações introduzidas periodicamente.

## Índice de Referência

O índice de referência (se existente) identificado na secção Comissão de Desempenho da tabela intitulada "Características do Fundo" do Fundo relevante apresentada no Anexo III.

## Dia Útil

Um dia da semana que não o Dia de Ano Novo, Sexta-feira Santa, Segunda-feira de Páscoa, Véspera de Natal, Dia de Natal e o dia a seguir ao Dia de Natal, excepto se indicado o contrário nos detalhes do Fundo no Anexo III.

## Dia de Cálculo

Um Dia Útil em que o Valor Patrimonial Líquido por Acção de uma Classe de Acções e/ou de um Fundo é calculado, conforme definido no Anexo III para cada Fundo. A Sociedade Gestora poderá também considerar se as bolsas de valores locais e/ou Mercados Regulamentados relevantes estão abertos para negociação e liquidação e poderá decidir tratar esses encerramentos como Dias de não Cálculo para Fundos que investem um montante substancial da sua carteira nestas bolsas de valores e/ou Mercados Regulamentados encerrados.

## Acções A da China

títulos de capital de empresas chinesas cotados e negociados em RMB nas bolsas de valores da China, tais como a Bolsa de Valores de Shenzhen ou de Shanghai

## Acções B da China

títulos de capital de empresas chinesas cotados e negociados em HKD ou USD nas bolsas de valores da China, tais como a Bolsa de Valores de Shenzhen ou de Shanghai

## Acções H da China

títulos de capital de empresas chinesas cotados e negociados na Bolsa de Valores de Hong Kong ou noutras bolsas de valores estrangeiras

## Sociedade

Schroder GAIA

## Crédito

Os Subfundos que seguem uma estratégia de crédito procuram isolar um ou todos os riscos específicos relacionados com instrumentos de crédito. Os riscos de crédito tradicionais alvo de negociação são: o risco de incumprimento, o risco de *spread* de crédito e o risco de iliquidez. Os Subfundos que seguem esta estratégia assumem habitualmente posições longas e curtas em títulos de taxa fixa e variável. Podem obter esta exposição directamente e/ou indirectamente através de derivados.

## CSSF

A *Commission de Surveillance du Secteur Financier* (Autoridade Supervisora do Sector Financeiro do Luxemburgo).

## Hora Limite de Negociação

A hora até à qual as instruções de negociação devem ser recebidas pela Sociedade Gestora, de modo a poderem ser executadas num Dia de Negociação, conforme definido no Anexo III para cada Fundo.

## Dia de Negociação

Um Dia Útil em que são executadas as instruções de negociação recebidas para um Fundo, conforme definido no Anexo III para cada Fundo. Um Dia Útil em que as instruções de negociação de um Fundo são executadas não poderá coincidir com um período de suspensão do cálculo do Valor Patrimonial Líquido por Acção da Classe de Acções relevante ou do Valor Patrimonial Líquido do Fundo relevante. A Sociedade Gestora poderá também ter em consideração se as bolsas de valores locais e/ou os Mercados Regulamentados relevantes, nos quais qualquer parte substancial dos investimentos da Sociedade do Fundo relevante se encontra cotada, se encontram fechados para a realização de transacções e liquidações e se os Fundos de Investimento subjacentes, que representam uma parte material dos activos em que o Fundo relevante investe, se encontram fechados para a realização de transacções e/ou se a determinação do Valor Patrimonial Líquido por Acção está suspensa. A Sociedade Gestora poderá decidir tratar esses encerramentos como Dias de não Negociação para Fundos que investem um montante substancial da sua carteira nestas bolsas de valores e/ou Mercados Regulamentados encerrados e/ou nestes Fundos de Investimento subjacentes encerrados. Encontra-se disponível, mediante pedido, junto da Sociedade Gestora e também no sítio Web [www.schroders.lu](http://www.schroders.lu), uma lista dos Dias de Não Negociação previstos para os Fundos

## Depositário

Brown Brothers Harriman (Luxembourg) S.C.A.

## Administradores ou Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sociedade.

## Distribuidor

Uma pessoa ou entidade nomeada formal e pontualmente pela Sociedade Gestora para distribuir ou providenciar a distribuição de Acções

## Acções de Distribuição

Acções que distribuem o seu rendimento.

## AEE

A Área Económica Europeia

## Estado Elegível

Inclui qualquer Estado-Membro da União Europeia, qualquer Estado-Membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE") e qualquer outro Estado que os Administradores considerem adequado

## Orientado por Eventos

Os Subfundos que seguem esta estratégia tentam lucrar com alterações nos preços ou fixação errada nos preços dos títulos prevendo, ou em resposta a determinadas acções empresariais, como falências, fusões e aquisições, reestruturações, aquisições maioritárias, planos para saída de falência, mudanças na estratégia empresarial e outros eventos atípicos.

## Fundo Transaccionado em Bolsa ou ETF

Um fundo de investimento cotado numa bolsa de valores, que representa um conjunto de títulos, matérias-primas ou moedas que habitualmente acompanha o desempenho de um índice. Os Fundos Transaccionados em Bolsa (ETF) são transaccionados como acções. O investimento em ETF do tipo aberto ou fechado será permitido se estes se qualificarem como (i) OICVM ou outros OIC ou (ii) valores mobiliários, respectivamente.

## UE

A União Europeia.

## EUR

A unidade monetária europeia (também designada por euro).

## Ano Financeiro

Significa um período de 12 meses findo a 30 de Setembro.

## Fundo

Uma carteira específica de activos e passivos da Sociedade, que seja um subfundo da Sociedade e com um Valor Patrimonial Líquido próprio e representada por uma ou mais Classes de Acções distintas.

## GAIA

Global Alternative Investor Access.

## GBP

A libra esterlina britânica.

## Macro Global

Os Subfundos que seguem esta estratégia tomam decisões de investimento com base numa avaliação do ambiente macroeconómico abrangente. Estes Subfundos não são limitados por classes de activos e podem investir em activos como acções, obrigações, moedas, derivados e matérias-primas. Habitualmente, estes fundos investem indirectamente através de derivados.

## Princípio de Nível Mais Alto ("High Water Mark")

Tem o significado que lhe é atribuído na secção 3.2(A)(1).

## Hurdle

A hurdle (se existente) identificada na secção Comissão de Desempenho da tabela intitulada "Características do Fundo" do Fundo relevante apresentada no Anexo III.

## Consultor de Investimentos

Schroder Investment Management Limited.

## Fundo(s) de Investimento

Um OICVM ou outro OIC no qual os Fundos poderão investir, conforme determinado nas regras de investimento descritas no Anexo I

## Gestor de Investimentos

Qualquer gestor de investimentos nomeado pela Sociedade Gestora para gerir os Fundos sob a sua supervisão.

## Investidor

Um subscritor de Acções.

## Lei

A lei de 17 de Dezembro de 2010 sobre organismos de investimento colectivo, incluindo alterações introduzidas periodicamente

## Posições Longas/Curtas em Acções

Os Subfundos que seguem esta estratégia assumem habitualmente posições longas e curtas em acções e títulos relacionados com acções face às quais é esperado um aumento, ou respectivamente uma diminuição, do valor dessa posição. Podem obter esta exposição directamente e/ou indirectamente através de derivados.

## Sociedade Gestora

Schroder Investment Management (Europe) S.A.

## Posição Neutra Relativamente ao Mercado

Os Subfundos que seguem esta estratégia tentam reduzir o risco sistemático criado por factores, como exposições a sectores, limites de capitalização de mercado, estilos de investimento, moedas e/ou países, fazendo corresponder posições curtas face a posições longas em cada área.



## Valor Patrimonial Líquido

Os activos deduzidos dos passivos do Fundo ou Classe de Acções relevante, conforme reflectido nos mais recentes cálculos, que devem ser realizados de uma forma consistente com a base de cálculo do Valor Patrimonial Líquido constante no último relatório financeiro semestral ou anual do Fundo relevante.

## Valor Patrimonial Líquido por Acção

O Valor Patrimonial Líquido da Classe de Acções relevante dividido pelo número de Acções da Classe de Acções relevante então em emissão.

## OTC

O mercado paralelo de títulos (mercado de balcão; mercado OTC).

## Período de Desempenho

Tem o significado que lhe é atribuído na secção 3.2(A).

## Fundo de Investimento Imobiliário ou REIT

É uma entidade dedicada à titularidade e, na maioria dos casos, à gestão de imóveis. Estes podem incluir, entre outros, imóveis nos sectores residencial (apartamentos), comercial (centros comerciais, escritórios) e industrial (fábricas, armazéns). Determinados REIT podem também participar em transacções de financiamento imobiliário e noutras actividades de desenvolvimento imobiliário. A estrutura jurídica de um REIT, as respectivas restrições ao investimento e os regimes de regulamentação e tributação a que está sujeito irão diferir dependendo da jurisdição em que está estabelecido. O investimento em REIT será permitido se estes se qualificarem como (i) OICVM ou outros OIC ou (ii) valores mobiliários. Um REIT do tipo fechado, cujas unidades estão cotadas num Mercado Regulamentado, é classificado como um valor mobiliário cotado num Mercado Regulamentado, qualificando-se, desta forma, como um investimento elegível para um OICVM ao abrigo da lei do Luxemburgo.

## Moeda de Referência

a moeda na qual uma Classe de Acções é oferecida aos Investidores

## Mercado Regulamentado

Um mercado no âmbito da Directiva 2004/39/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Abril de 2004 relativa a mercados de instrumentos financeiros ou a outro mercado regulamentado que opere regularmente, seja reconhecido e esteja aberto ao público num Estado Elegível.

## Regulamentos

A Parte I da Lei, bem como as leis do Luxemburgo, actuais ou futuras, relacionadas com esta matéria ou os regulamentos, circulares e posições da CSSF aplicáveis a OICVM que venham a ser implementados.

## Valor Relativo

Os Subfundos que seguem esta estratégia procuram beneficiar de diferenciais de preços entre instrumentos financeiros relacionados comprando e vendendo simultaneamente os diferentes títulos com vista a lucrar com o "valor relativo" dos dois títulos.

## Reporting Fund

Um Fundo ou uma Classe de Acções que cumpre o regime de tributação para fundos *offshore* do HMRC do Reino Unido e que por isso tem um certo estatuto fiscal importante para Accionistas que pagam impostos no Reino Unido.

## Conta de Pagamento de Pesquisa ou RPA

no que respeita a um Fundo, trata-se de uma conta estabelecida para efeitos de pesquisa por terceiros solicitada pelo Subgestor de Investimentos relevante, sendo financiada por esse Fundo em conformidade com o Artigo 13 da Directiva Delegada da Comissão (UE) 2017/593 de 7 de Abril de 2016, complementando a Directiva 2016/65/UE

## Schroders

Schroders plc., a empresa-mãe da Sociedade Gestora e do Consultor de Investimentos e as respectivas subsidiárias e filiais em todo o mundo.

## Acção

Uma Acção sem valor nominal de qualquer Classe de Acções representativa do capital da Sociedade.

## Classe de Acções

Uma Classe de Acções com características específicas, como uma estrutura de comissões específica.

## Accionista

Um titular de Acções.

## Subgestor de Investimentos

Qualquer subgestor de investimentos nomeado pelo Gestor de Investimentos para gerir cada Fundo sob sua supervisão e conforme apresentado no Anexo III.

## OIC

Um "organismo de investimento colectivo" conforme definido na Lei.

## OICVM

Um "organismo de investimento colectivo em valores mobiliários" segundo a definição dos pontos a) e b) do Artigo 1(2) da Directiva OICVM.

## Directiva OICVM

A Directiva 2009/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de Julho de 2009, na redacção em vigor, sobre a coordenação das leis, regulamentos e disposições administrativas relativas a OICVM.

## RU

Reino Unido

## EUA

Os Estados Unidos da América (incluindo o Distrito de Columbia), respectivos territórios, possessões e quaisquer outras áreas sujeitas à sua jurisdição.

## USD

O dólar dos Estados Unidos.

**Todas as referências no presente documento a horas são entendidas como hora do Luxemburgo, salvo indicação em contrário.**

**As palavras no singular incluirão, onde o contexto o permita, o plural e vice-versa.**

# Administradores

## Presidente

- **Eric Bertrand**  
Head of Schroder GAIA  
Vaults 13-16  
Valletta Waterfront,  
FRN 1914, Malta

## Outros Administradores

- **Mike CHAMPION**  
Head of Product Development  
Schroder Investment Management Limited  
31 Gresham Street  
London EC2V 7QA  
Reino Unido
- **Marie-Jeanne CHEVREMONT-LORENZINI**  
Independent Director  
19, rue de Bitbourg  
1273 Luxembourg  
Grão-Ducado do Luxemburgo
- **Daniel DE FERNANDO GARCIA**  
Independent Director  
Serrano 1  
28001 Madrid  
Espanha
- **Bernard HERMAN**  
Independent Director  
11-13, rue Jean Fischbach  
3372 Leudelange  
Grão-Ducado do Luxemburgo
- **Achim KUESSNER**  
Country Head Germany, Austria & CEE  
Schroder Investment Management GmbH  
Taunustor 1  
60310 Frankfurt  
Alemanha
- **Neil WALTON**  
Head of Investment Solutions  
Schroder Investment Management Limited  
31 Gresham Street  
London EC2V 7QA

# Administração

## Sede Social

5, rue Höhenhof  
1736 Senningerberg  
Grão-Ducado do Luxemburgo

## Sociedade Gestora

Schroder Investment Management (Europe) S.A.  
5, rue Höhenhof  
1736 Senningerberg  
Grão-Ducado do Luxemburgo

## Consultor de Investimentos

Schroder Investment Management Limited  
31 Gresham Street  
London EC2V 7QA  
Reino Unido

## Gestores de Investimentos

BennBridge Ltd  
Windsor House  
Station Court, Station Road  
Great Shelford  
Cambridgeshire CB22 5NE  
Reino Unido

Contour Asset Management, LLC  
99 Park Avenue, Suite 1540  
New York NY 10016  
EUA

Egerton Capital (UK) LLP  
Stratton House  
5 Stratton Street  
London W1J 8LA  
Reino Unido

Schroder Investment Management (Switzerland) AG  
Central 2  
CH-8021 Zürich  
Suíça

Nuveen Asset Management, LLC  
333 West Wacker Drive  
Chicago, IL 60606

Schroder Investment Management Limited  
31 Gresham Street  
London EC2V 7QA  
Reino Unido

Sirios Capital Management LP  
One International Place  
Boston MA 02110  
EUA

Systematica Investments Limited  
29 Esplanade  
St Helier JE2 3QA  
Jersey

Two Sigma Advisers, LP  
100 Avenue of the Americas, 16th Floor  
New York NY 10013  
EUA

Wellington Management International Limited  
Cardinal Place  
80 Victoria Street  
London SW1E 5JL  
Reino Unido

(Consulte o Anexo III relativamente ao Fundo.)

## Subgestores de Investimentos

Relativamente à Wellington Management International Limited:

Wellington Management Company LLP  
2711 Centerville Road Suite 400  
Wilmington, Delaware 19808  
EUA

Endereço comercial:

280 Congress Street  
Boston, MA 02210  
EUA

Relativamente à Egerton Capital (UK) LLP:

Egerton Capital (US), LP  
One Ferry Building, Suite 225  
San Francisco, CA 94111  
EUA

(Consulte o Anexo III relativamente ao Fundo)

## Depositário e Agente Administrativo

Brown Brothers Harriman (Luxembourg) S.C.A.  
80, route d'Esch  
1470 Luxembourg  
Grão-Ducado do Luxemburgo

## Auditores Externos

PricewaterhouseCoopers, Société coopérative  
2, rue Gerhard Mercator  
2182 Luxembourg  
Grão-Ducado do Luxemburgo

## Consultor Jurídico Principal

Arendt & Medernach S.A.  
41A, avenue J.F. Kennedy  
2082 Luxembourg  
Grão-Ducado do Luxemburgo

## Agente Pagador Principal

Schroder Investment Management (Europe) S.A.  
5, rue Höhenhof  
1736 Senningerberg  
Grão-Ducado do Luxemburgo

# Secção 1

## 1. A Sociedade

### 1.1. Estrutura

A Sociedade é uma sociedade de investimentos do tipo aberto organizada como uma "société anonyme" ao abrigo das leis do Grão-Ducado do Luxemburgo e qualifica-se como uma *Société d'Investissement à Capital Variable* ("SICAV"). A Sociedade gere Fundos independentes, cada um dos quais é representado por uma ou mais Classes de Acções. Os Fundos distinguem-se pela sua política de investimento específica ou por quaisquer outras características específicas.

A Sociedade constitui uma entidade jurídica individual, mas os activos de cada Fundo serão investidos exclusivamente em benefício dos Accionistas do Fundo correspondente e os activos de um determinado Fundo apenas servirão para cobrir as responsabilidades, compromissos e obrigações desse Fundo.

Os Administradores podem, em qualquer altura, decidir lançar novos Fundos e/ou criar uma ou mais Classes de Acções em cada Fundo, caso em que este Prospecto será actualizado em conformidade. Os Administradores poderão igualmente decidir, a qualquer altura, encerrar um Fundo ou uma ou mais Classes de Acções de um Fundo a subscrições futuras.

Algumas Acções poderão estar cotadas na Bolsa de Valores do Luxemburgo, bem como em qualquer outra bolsa de valores reconhecida. Poderá ser obtida na sede social da Sociedade, gratuitamente, uma lista de todos os Fundos e Classes de Acções.

### 1.2. Objectivos e políticas de investimento

O objectivo exclusivo da Sociedade é aplicar os fundos que tem disponíveis em valores mobiliários de qualquer tipo e noutros activos permitidos, incluindo instrumentos financeiros derivados, visando a diversificação dos riscos de investimento e proporcionar aos seus Accionistas os resultados da gestão das respectivas carteiras. A estratégia de investimento de cada Fundo baseia-se numa estratégia alternativa de investimento concebida por cada um dos Gestores de Investimentos.

O objectivo e a política de investimento específicos de cada Fundo estão descritos no Anexo III.

Os investimentos de cada Fundo estarão sempre sujeitos às restrições descritas no Anexo I e os Investidores deverão, antes de efectuarem qualquer investimento, tomar em consideração os riscos de investimento referidos no Anexo II, assim como quaisquer riscos definidos no Anexo III.

### 1.3. Classes de Acções

Os Administradores poderão decidir criar, em cada Fundo, diferentes Classes de Acções, cujos activos serão geralmente investidos de acordo com a política de investimento específica do Fundo relevante, mas poderá ser aplicada a cada Classe de Acções uma estrutura de comissões específica, uma moeda de denominação específica ou outra característica específica. Para cada Classe de Acções, será calculado um Valor Patrimonial Líquido por Acção separado, que poderá diferir em consequência destes factores variáveis.

As Acções são normalmente emitidas como Acções de Capitalização. Apenas serão emitidas Acções de Distribuição em qualquer Fundo se os Administradores assim o entenderem. Os Investidores poderão informar-se junto da Sociedade Gestora ou do respectivo Distribuidor sobre a eventual oferta de Acções de Distribuição nas diferentes Classes de Acções e Fundos.

Informam-se os Investidores de que nem todos os Distribuidores oferecem Acções de todas as Classes de Acções.

Sujeito aos critérios da Sociedade Gestora, as características particulares de cada Classe de Acções são apresentadas a seguir e no Anexo III.

#### Comissão de Venda

A Sociedade Gestora e os Distribuidores têm direito à comissão inicial, a qual poderá, pontualmente, deixar de ser aplicada, parcial ou totalmente, se os Administradores assim o entenderem. A comissão inicial imputável a cada Classe de Acções é especificada nos Detalhes dos Fundos, no Anexo III.

#### Montante Mínimo de Subscrição, Montante Mínimo de Subscrição Adicional e Montante Mínimo de Participação

O Montante Mínimo de Subscrição, o Montante Mínimo de Subscrição Adicional e o Montante Mínimo de Participação de cada Classe de Acções encontram-se dispostos no Anexo III. Os montantes são indicados na moeda relevante, embora sejam aceitáveis montantes aproximadamente equivalentes em qualquer outra moeda livremente convertível. Estes montantes mínimos poderão deixar pontualmente de ser aplicados se os Administradores assim o entenderem.

#### Características específicas das Acções A

As Acções A estarão disponíveis para todos os Investidores. As comissões das Acções A de cada Fundo são divulgadas em separado nos detalhes do Fundo.

#### Características específicas das Acções C e C1

As Acções C e C1 estão disponíveis para clientes institucionais, como fundos de pensões, fundos soberanos e instituições oficiais. As Acções C e C1 também estão disponíveis para fundos mútuos e para distribuidores que, de acordo com os requisitos regulamentares ou com base em acordos de comissões individuais com os respectivos clientes, não estão autorizados a aceitar e manter comissões de agente.

As comissões das Acções C e C1 de cada Fundo são divulgadas em separado nos detalhes do Fundo.

As Acções C1 encontram-se disponíveis para determinados Distribuidores e para outros Investidores segundo o critério da Sociedade Gestora. As Acções C1 terão um preço de lançamento superior ao das Acções C.

#### Características específicas das Acções E (excepto as Acções E do Schroder GAIA Egerton Equity)

As Acções E só estarão disponíveis para clientes institucionais, como fundos de pensões, fundos soberanos e instituições oficiais, de acordo com o critério da Sociedade Gestora, e podem ser expressas em qualquer moeda. As Acções E também estão disponíveis para fundos mútuos e para distribuidores que, de acordo com os requisitos

regulamentares ou com base em acordos de comissões individuais com os respectivos clientes, não estão autorizados a aceitar e manter comissões de agente.

As comissões das Acções E de cada Fundo são divulgadas em separado nos detalhes do Fundo.

As Acções E estarão disponíveis apenas até o Valor Patrimonial Líquido total de todas as Classes de Acções E disponíveis num Fundo atingir ou ser superior a 100.000.000 USD ou um montante equivalente noutra moeda, ou qualquer outro montante conforme especificamente determinado pela Sociedade Gestora para qualquer Fundo.

Assim que o Valor Patrimonial Líquido total das Classes de Acções E disponíveis num Fundo, a partir de qualquer Dia de Cálculo, atingir ou for superior a 100.000.000 USD ou um montante equivalente noutra moeda, ou qualquer outro montante conforme especificamente determinado para um Fundo pela Sociedade Gestora, a subscrição das Classes de Acções E nesse Fundo será encerrada aos Investidores. A Sociedade Gestora poderá reabrir as Classes de Acções E segundo o seu critério sem aviso prévio aos Accionistas.

### **Características específicas das Acções E do Schroder GAIA Egerton Equity**

As Acções E do Schroder GAIA Egerton Equity só estarão disponíveis de acordo com o critério da Sociedade Gestora.

### **Características Específicas das Acções F**

As Acções F apenas estarão disponíveis, com o acordo prévio da Sociedade Gestora, a Investidores institucionais, conforme periodicamente definido pelas directrizes ou recomendações emitidas pela CSSF.

O Montante Mínimo de Subscrição, o Montante Mínimo de Subscrição Adicional e o Montante Mínimo de Participação de Acções F, conforme especificado no Anexo III, poderão ser pontualmente dispensados, a critério dos Administradores. Os montantes são indicados na moeda relevante, embora sejam aceitáveis montantes aproximadamente equivalentes em qualquer outra moeda livremente convertível.

A Sociedade não emitirá ou trocará Acções F a nenhum Investidor que não seja considerado Investidor institucional. Os Administradores poderão, se assim o entenderem, adiar a aceitação de qualquer subscrição de Acções F reservadas a Investidores institucionais até a Sociedade Gestora receber provas suficientes de que o Investidor relevante se qualifica como um Investidor institucional. Se, em qualquer momento, se presumir que um titular de Acções F não é um Investidor institucional, os Administradores darão instruções à Sociedade Gestora para propor ao referido titular a conversão das suas Acções numa Classe de Acções do Fundo em causa que não seja reservada a Investidores institucionais (desde que exista uma tal Classe de Acções com características semelhantes). No caso de o Accionista recusar tal troca ou não existindo uma Classe de Acções alternativa não restringida a Investidores institucionais, os Administradores, se assim o entenderem, darão instruções à Sociedade Gestora para proceder ao resgate das Acções relevantes, de acordo com as disposições constantes na secção 2.2 "Resgate e Troca de Acções".

### **Características específicas das Acções I**

As Acções I estarão disponíveis apenas a Investidores:

(A) que, no momento da recepção da respectiva ordem de subscrição, sejam clientes da Schroders e que tenham um acordo que cubra a estrutura de encargos relativa aos investimentos dos clientes nessas Acções; e

(B) que sejam investidores institucionais, conforme definido pontualmente nas directrizes ou recomendações emitidas pela CSSF.

A Sociedade não emitirá ou trocará Acções I a nenhum Investidor que não possa ser considerado Investidor institucional. Os Administradores poderão, se assim o entenderem, adiar a aceitação de qualquer subscrição de Acções I reservadas a Investidores institucionais até a Sociedade Gestora receber provas suficientes de que o Investidor relevante se qualifica como um Investidor institucional. Se, em qualquer altura, se presumir que um titular de Acções I não é um Investidor institucional, os Administradores darão instruções à Sociedade Gestora para propor ao referido titular a conversão das suas Acções em Acções de uma classe do Fundo relevante que não esteja reservada a Investidores institucionais (desde que exista uma tal Classe de Acções com características semelhantes). No caso de o Accionista recusar tal troca, os Administradores, se assim o entenderem, instruirão a Sociedade Gestora para proceder ao resgate das Acções relevantes, de acordo com o disposto na secção 2.2 "Resgate e Troca de Acções".

Como as Acções I são, inter alia, concebidas para proporcionar uma estrutura de encargos alternativa, mediante a qual o Investidor é cliente da Schroders e as comissões de gestão lhe são debitadas directamente pela Schroders, o valor das comissões de gestão relativas às Acções I não será retirado dos activos líquidos do Fundo relevante. As Acções I estarão sujeitas à percentagem proporcional das comissões a pagar ao Depositário e à Sociedade Gestora, bem como de outros encargos e despesas.

### **Características Específicas das Acções IF**

As Acções IF apenas estarão disponíveis, com o acordo prévio da Sociedade Gestora, a Investidores institucionais, conforme periodicamente definido pelas directrizes ou recomendações emitidas pela CSSF.

O Montante Mínimo de Subscrição, o Montante Mínimo de Subscrição Adicional e o Montante Mínimo de Participação de Acções IF, conforme especificado no Anexo III, poderão ser pontualmente dispensados, a critério dos Administradores. Os montantes são indicados na moeda relevante, embora sejam aceitáveis montantes aproximadamente equivalentes em qualquer outra moeda livremente convertível.

A Sociedade não emitirá ou trocará Acções IF a nenhum Investidor que não seja considerado Investidor institucional. Os Administradores poderão, se assim o entenderem, adiar a aceitação de qualquer subscrição de Acções IF reservadas a Investidores institucionais até a Sociedade Gestora receber provas suficientes de que o Investidor relevante se qualifica como um Investidor institucional. Se, em qualquer momento, se presumir que um titular de Acções IF não é um Investidor institucional, os Administradores darão instruções à Sociedade Gestora para propor ao referido titular a conversão das suas Acções numa Classe de Acções do Fundo em causa que não seja reservada a Investidores institucionais (desde que exista uma tal Classe de Acções com características semelhantes). No caso de o Accionista recusar tal troca ou não existindo uma Classe de Acções alternativa não restringida a Investidores institucionais, os Administradores, se assim o entenderem, darão instruções à Sociedade Gestora para proceder ao resgate das Acções relevantes, de acordo com as disposições constantes na secção 2.2 "Resgate e Troca de Acções".



### Características específicas das Acções K

As Acções K estarão disponíveis para todos os Investidores. As comissões das Acções K de cada Fundo são divulgadas em separado nos detalhes do Fundo.

### Características Específicas das Acções N

As Acções N encontram-se disponíveis apenas segundo o critério da Sociedade Gestora a determinados clientes do Gestor de Investimentos.

As Acções N encontrar-se-ão disponíveis apenas durante um período de tempo limitado a partir da data de lançamento do Fundo. Os Investidores devem contactar a Sociedade Gestora ou consultar o sítio Web [www.schroders.lu](http://www.schroders.lu) relativamente à situação actual da Classe de Acções N relevante. A Sociedade Gestora poderá reabrir a Classe de Acções N segundo o seu critério sem aviso prévio aos Accionistas.

A Sociedade não irá emitir Acções N para qualquer Investidor que não seja cliente do Gestor de Investimentos. Não serão permitidas trocas para, e subscrições adicionais de, Acções N.

### Características específicas das Acções R

As Acções R apenas estão disponíveis, se a Sociedade Gestora assim o entender, para Investidores para os quais foram emitidas Acções em virtude de uma fusão ou actividade similar com outro fundo em que a participação do Investidor em tal fundo não se qualifica como "Reporting Fund" no âmbito dos regulamentos do Reino Unido relativos aos fundos offshore. As Acções R apenas podem ser emitidas pela Sociedade Gestora nestas circunstâncias, como parte da fusão ou de uma actividade similar. Os Titulares de Acções R não são autorizados a reforçar o seu investimento em Acções R e não são autorizados a trocar as suas Acções R por outras Classes de Acções. As Acções R não estão disponíveis para Investidores (novos e actuais) em mais nenhuma circunstância para além das referidas anteriormente.

### Características Específicas das Acções S

As Acções S estarão apenas disponíveis, se a Sociedade Gestora assim o entender, a funcionários e outras partes relacionadas do Gestor de Investimentos e funcionários da Sociedade Gestora e respectivas filiais.

### Características Específicas das Acções X

As Acções X irão estar disponíveis apenas em determinadas circunstâncias limitadas para determinados Investidores que:

- (i) celebraram um acordo com a Sociedade Gestora relevante para essas Acções e,
- (ii) têm um investimento significativo no Fundo relevante, conforme determinado pela Sociedade Gestora, e
- (iii) são investidores institucionais, como fundos de pensões, fundos soberanos e instituições oficiais, ou
- (iv) são organismos de investimento colectivo e gestores discricionários. Esses Investidores também têm de cumprir a definição de investidor institucional, conforme definido ocasionalmente nas directrizes ou recomendações emitidas pela CSSF.

Se os activos de um Investidor em Acções X caírem significativamente, a Sociedade Gestora pode rejeitar subscrições adicionais na Classe de Acções relevante. O nível de importância será determinado pela Sociedade Gestora.

Não será cobrado qualquer encargo de distribuição a um Investidor que adquira Acções X de qualquer Fundo.

A Sociedade não emitirá nem trocará Acções X a nenhum Investidor que não possa ser considerado investidor institucional, conforme ocasionalmente definido pelas directrizes ou recomendações emitidas pela CSSF. Os Administradores poderão, se assim o entenderem, adiar a aceitação de qualquer subscrição de Acções X reservadas a investidores institucionais até a Sociedade Gestora receber provas suficientes de que o Investidor relevante se qualifica como um investidor institucional. Se, em qualquer altura, se presumir que um titular de Acções X não é um investidor institucional, os Administradores darão instruções à Sociedade Gestora para propor ao referido titular a conversão das suas Acções numa Classe de Acções do Fundo em causa que não seja reservada a investidores institucionais (desde que exista uma tal Classe de Acções com características semelhantes, mas não necessariamente em termos de comissões e despesas a pagar por essa Classe de Acções). No caso de o Accionista recusar tal troca, os Administradores, se assim o entenderem, instruirão a Sociedade Gestora para proceder ao resgate das Acções relevantes, de acordo com as disposições constantes em "Resgate e Troca de Acções".

As comissões das Acções X de cada Fundo são divulgadas em separado nos detalhes do Fundo.

### Política Cambial e de Cobertura de Risco

As Classes de Acções acima, se disponíveis, poderão ser oferecidas em diversas moedas (cada uma delas, uma "Moeda de Referência"), se os Administradores assim o entenderem. Uma Classe de Acções poderá ser uma Classe de Acções denominada em moeda estrangeira ou coberta em moeda estrangeira e será designada como tal. As Classes de Acções com cobertura cambial são oferecidas numa moeda que não a moeda do Fundo, com a excepção da Classe de Acções com Cobertura em BRL, que é denominada na Moeda do Fundo.

No que diz respeito às Classes de Acções cobertas em moeda estrangeira, a Sociedade Gestora poderá proceder à cobertura total do risco cambial das Acções dessas Classes de Acções relativamente à Moeda do Fundo. Neste caso, não serão consideradas exposições cambiais ou transacções de cobertura cambial na carteira do Fundo. A Sociedade Gestora, através do seu fornecedor de serviços de sobreposição cambial, irá analisar posições cobertas em cada momento da avaliação para garantir que (i) posições com sobrecobertas não ultrapassam 105% do Valor Patrimonial Líquido das Classes cobertas e (ii) posições subcobertas não representam 95% da parte do Valor Patrimonial Líquido das Classes cobertas, que deverá ter cobertura face ao risco cambial.

Devido a controlos cambiais no Brasil, a Classe de Acções com Cobertura em BRL utiliza um modelo de cobertura diferente para as outras Classes de Acções com cobertura cambial. A Classe de Acções com Cobertura em BRL será denominada na Moeda do Fundo, mas oferece exposição cambial coberta ao BRL através da aplicação de uma sobreposição cambial, de forma a que o Valor Patrimonial Líquido da Classe de Acções seja convertido para BRL. Por conseguinte, o Valor Patrimonial Líquido da Classe de Acções com Cobertura em BRL será afectado por alterações na taxa de câmbio entre o BRL e a Moeda do Fundo e, consequentemente, o desempenho poderá variar significativamente face a outras classes de acções do Fundo.

As Classes de Acções com Cobertura em BRL destinam-se a oferecer uma solução de cobertura cambial para os investidores subjacentes de fundos domiciliados no Brasil e serão restringidas a Investidores especificamente aprovados

pela Sociedade Gestora. Estes fundos brasileiros combinam a utilização de instrumentos financeiros derivados no âmbito das Classes de Acções com Cobertura em BRL com a utilização de contratos cambiais à vista no seu próprio nível para oferecer aos seus investidores um investimento total com cobertura cambial em BRL. Qualquer lucro ou perda, bem como os custos e despesas resultantes destas transacções de cobertura de risco, serão reflectidos exclusivamente no Valor Patrimonial Líquido da Classe de Acções com Cobertura em BRL.

A confirmação de todos os Fundos e Classes de Acções disponíveis, incluindo moeda de denominação e cobertura, bem como uma lista actualizada de Classes de Acções apresentando um risco de contágio, pode ser obtida junto da Sociedade Gestora, mediante pedido.

O desempenho das Classes de Acções cobertas tem como objectivo assemelhar-se ao desempenho de Classes de Acções equivalentes na Moeda do Fundo. No entanto, não existe garantia de que as estratégias de cobertura utilizadas sejam eficazes em proporcionar diferenciais de desempenho que reflectam apenas as diferenças das taxas de juro ajustadas para efeitos de comissões.

Se esta cobertura for efectuada, os resultados da mesma reflectir-se-ão no Valor Patrimonial Líquido e, portanto, no desempenho de tal Classe de Acções adicional. Da mesma forma, quaisquer despesas resultantes dessas transacções de cobertura (incluindo um encargo de cobertura cambial até 0,03% em benefício da Sociedade Gestora ou respectivo representante) serão suportadas pela Classe de Acções a que as mesmas se referem.

A garantia recebida em associação com transacções de cobertura cambial (e, em particular, transacções cambiais a prazo), em nome de Classes de Acções com cobertura cambial, poderá ser reinvestida em conformidade com a política e restrições de investimento dos Fundos aplicáveis.

De referir que estas operações de cobertura poderão ser efectuadas quer a Moeda de Referência seja alvo de desvalorização ou valorização face à moeda do Fundo em questão e, por isso, se tal cobertura for efectuada, poderá proteger substancialmente os Investidores na Classe de Acções em questão de uma desvalorização da Moeda do Fundo face à Moeda de Referência, mas impedirá igualmente que os Investidores beneficiem de uma valorização da Moeda do Fundo.

Além disso, o Gestor de Investimentos pode proceder à cobertura da Moeda do Fundo face às moedas de denominação dos activos subjacentes do Fundo, ou às moedas de denominação dos activos subjacentes sem cobertura de um fundo-alvo.

Não é possível garantir que a cobertura do risco cambial utilizada eliminará completamente a exposição cambial à Moeda de Referência, ou, no que respeita à Classe de Acções com Cobertura em BRL, que a cobertura cambial aplicada eliminará completamente a exposição cambial ao BRL.

A Sociedade Gestora delegará a totalidade ou parte das suas actividades relacionadas com a política cambial e de cobertura descritas neste Prospecto à HSBC Bank Plc, como seu fornecedor de serviços de sobreposição cambial.



# Secção 2

## 2. Negociação de Acções

### 2.1. Subscrição de Acções

#### Como Subscriver

Os Investidores que subscriam Acções pela primeira vez deverão preencher um boletim de subscrição e enviá-lo por correio postal à Sociedade Gestora, juntamente com os respectivos documentos de identificação. Os boletins de subscrição poderão ser aceites por fax ou outro meio aprovado pela Sociedade Gestora, contanto que o original seja imediatamente enviado por correio postal. Se os boletins de subscrição devidamente preenchidos e os fundos disponíveis forem recebidos pela Sociedade Gestora em qualquer Dia de Negociação antes da Hora Limite da Negociação, conforme especificado no Anexo III, a instrução de subscrição será executada no Dia de Negociação e as Acções serão normalmente emitidas ao Valor Patrimonial Líquido por Acção relevante, conforme definido em "Cálculo do Valor Patrimonial Líquido", determinado no respectivo Dia de Cálculo (acrescido de eventuais comissões iniciais aplicáveis). Se os boletins de subscrição devidamente preenchidos forem recebidos depois da Hora Limite da Negociação, a instrução de subscrição será normalmente executada no Dia de Negociação e as Acções serão emitidas com base no respectivo Valor Patrimonial Líquido por Acção, calculado no Dia de Cálculo associado (acrescido de eventuais comissões de subscrição aplicáveis).

**Será atribuído a cada Investidor um número de conta pessoal que, juntamente com o número da transacção em causa, deverá ser mencionado em qualquer pagamento efectuado por transferência bancária. O número da transacção em causa e o número da conta pessoal deverão ser usados em toda a correspondência com a Sociedade Gestora ou com qualquer Distribuidor.**

**No caso de a subscrição de Acções ser feita por intermédio de Distribuidores, poderão ser aplicados diferentes procedimentos de subscrição.**

**Todos os pedidos de subscrição de Acções serão realizados com base num Valor Patrimonial Líquido desconhecido antes da determinação do Valor Patrimonial Líquido por Acção nesse Dia de Negociação.**

Contudo, os Administradores poderão autorizar, se tal considerarem apropriado, a fixação de diferentes Horas Limite de Negociação para as transacções, em circunstâncias que se justifiquem, tais como a distribuição aos Investidores em jurisdições com um fuso horário diferente. Essas diferentes Horas Limite de Negociação poderão ser especificamente acordadas com os Distribuidores ou poderão ser publicadas em qualquer suplemento do Prospecto ou outro documento de comercialização utilizado na jurisdição em questão. Nessas circunstâncias, a Hora Limite de Negociação aplicável válida para os Accionistas deverá ser sempre anterior à Hora Limite de Negociação referida no Anexo III.

As subscrições subsequentes de Acções não obrigam ao preenchimento de um segundo boletim de subscrição. Contudo, os Investidores deverão transmitir as suas instruções por escrito, conforme acordado com a Sociedade Gestora, para assegurar o processamento regular de subscrições subsequentes. As instruções podem também ser dadas por carta, fax (em cada um dos casos, devidamente assinadas) ou por qualquer outro meio aprovado pela Sociedade Gestora.

As confirmações de transacções serão normalmente enviadas no Dia Útil a seguir ao Dia de Cálculo. Os Accionistas deverão verificar imediatamente estas confirmações para garantir a sua total correcção. Recomendamos aos Investidores uma consulta aos termos e condições que constam no boletim de subscrição para se inteirarem dos termos e condições que estão a aceitar.

Para mais informações sobre a Hora Limite da Negociação e a frequência de negociação de cada Fundo, consulte o Anexo III.

#### Modo de Pagamento

O pagamento deverá ser feito por transferência bancária electrónica, líquido de todas as despesas bancárias (isto é, as despesas a cargo do Investidor). No boletim de subscrição são fornecidas informações adicionais sobre a liquidação.

As Acções são normalmente emitidas após recepção do pagamento em fundos disponíveis. No caso de subscrições de intermediários financeiros autorizados ou de outros Investidores autorizados pela Sociedade Gestora, a emissão de Acções fica condicionada à recepção da liquidação num período previamente acordado que não exceda o período de liquidação, conforme indicado no Anexo III ou de acordo com o critério da Sociedade Gestora. Quaisquer Dias de não Negociação ou Dias de não Cálculo de um Fundo no período de liquidação são excluídos do cálculo da data de liquidação. Se, na data de liquidação, os bancos não estiverem abertos ao público no país da moeda de liquidação, esta será efectuada no Dia Útil seguinte em que esses mesmos bancos estiverem abertos ao público. O pagamento deverá ser efectuado na conta bancária correcta, conforme especificado nas instruções de liquidação, o mais tardar até às 17h00 na data de liquidação. Os pagamentos recebidos após este prazo poderão ser considerados como liquidados no Dia Útil seguinte em que o banco estiver aberto. Se a liquidação não for atempadamente efectuada, o pedido poderá prescrever e ser cancelado, ficando as despesas a cargo do subscritor ou do respectivo intermediário financeiro. A falta de boa cobrança na data de liquidação poderá resultar na interposição de uma acção pela Sociedade ao Investidor incumpridor ou ao respectivo intermediário financeiro, ou na dedução de quaisquer custos ou perdas sofridos pela Sociedade ou pela Sociedade Gestora a partir de quaisquer participações do subscritor na Sociedade. Em qualquer caso, as confirmações de transacção e os montantes a devolver ao Investidor ficarão em poder da Sociedade Gestora a aguardar o pagamento, não havendo lugar ao pagamento de juros.

**Poder-se-ão aplicar diferentes procedimentos de liquidação caso os pedidos de subscrição de Acções sejam feitos através de Distribuidores.**

Não serão aceites pagamentos em numerário. Os pagamentos por intermédio de terceiros apenas serão aceites se a Sociedade assim o entender. O pagamento será normalmente efectuado na moeda da Classe de Acções relevante. Contudo, a pedido do Investidor, a Sociedade Gestora disponibiliza, em nome da Sociedade, um serviço de conversão de moeda para subscrições.

#### Serviço de Conversão de Moeda

Os pagamentos efectuados ao e pelo Accionista serão normalmente efectuados na moeda da Classe de Acções relevante. Todavia, se o Accionista seleccionar uma moeda diferente da moeda da Classe de Acções relevante para

quaisquer pagamentos efectuados à e pela Sociedade, este será considerado um pedido do Accionista à Sociedade Gestora em nome da Sociedade no sentido de disponibilizar um serviço de conversão de moeda ao Accionista no que diz respeito a esse pagamento. Os detalhes dos encargos aplicados a operações cambiais retidos pela Sociedade Gestora estão disponíveis mediante pedido junto da Sociedade Gestora, que age em nome da Sociedade. O custo de conversão cambial e outras despesas relacionadas serão suportados pelo Investidor relevante.

### **Informação Sobre Preços**

O Valor Patrimonial Líquido por Acção de uma ou mais Classes de Acções é publicado nos jornais ou através de outros serviços electrónicos que vierem a ser definidos periodicamente pelos Administradores. Este poderá ser disponibilizado no sítio Web da Schroder Investment Management (Europe) S.A., [www.schroders.lu](http://www.schroders.lu), e junto da sede social da Sociedade. Nem a Sociedade nem os Distribuidores assumem responsabilidade por qualquer erro na publicação ou pela não publicação do Valor Patrimonial Líquido por Acção.

Para mais informações sobre a data de disponibilização dos preços de cada Fundo, consulte o Anexo III.

### **Tipos de Acções**

Apenas serão emitidas Acções nominativas. As Acções nominativas não são representadas por certificados. As fracções de Acções nominativas serão arredondadas até duas casas decimais. A detenção e a transferência de Acções também são possíveis através de contas mantidas junto de sistemas de compensação.

### **Informações Gerais**

Uma vez transmitidas as instruções de subscrição, estas serão irrevogáveis, excepto no caso de suspensão ou de adiamento de uma negociação. A Sociedade Gestora e/ou a Sociedade reservam-se o direito de rejeitar qualquer pedido de subscrição, na totalidade ou em parte, se assim o entenderem. Se um pedido for rejeitado, o valor da subscrição recebido será devolvido, por conta e risco do subscritor, sem juros. Os potenciais subscritores deverão informar-se sobre os regulamentos legais, fiscais e de controlo cambial relevantes em vigor nos respectivos países de origem, residência ou domicílio.

A Sociedade Gestora pode ter acordos com determinados Distribuidores mediante os quais estes aceitam agir como, ou nomear, mandatários para Investidores que subscravam Acções através dos seus serviços. Nessa qualidade, o Distribuidor poderá efectuar subscrições, trocas e resgates de Acções como mandatário, em nome de Investidores individuais, e requerer o registo dessas operações no registo de Accionistas da Sociedade em nome do mandatário. O Distribuidor ou mandatário mantém os seus próprios registos e fornece ao Investidor informação personalizada sobre as respectivas detenções de Acções. Excepto nos casos em que a legislação ou práticas locais o proibam, os Investidores poderão investir directamente na Sociedade e não utilizar o serviço de um mandatário. Salvo indicação em contrário pela legislação local, qualquer Accionista detentor de Acções numa conta de mandatário junto de um Distribuidor tem o direito de exigir, a qualquer momento, a posse directa dessas Acções.

No entanto, a Sociedade Gestora chama a atenção dos Investidores para o facto de que qualquer Investidor poderá apenas exercer na totalidade os respectivos direitos de Accionista face à Sociedade se o próprio Investidor estiver

registado ele próprio e em seu nome no registo de Accionistas. Caso um Investidor invista na Sociedade através de um Distribuidor ou um mandatário que invista na Sociedade em seu próprio nome, mas a favor do Investidor, poderá não ser sempre possível que o Investidor exerça determinados direitos de Accionista directamente face à Sociedade. Recomendamos aos Investidores que procurem aconselhamento sobre os respectivos direitos.

### **Subscrições em Espécie**

O Conselho de Administração poderá, periodicamente, aceitar subscrições de Acções mediante contribuição em espécie de títulos ou de outros activos que possam ser adquiridos pelo respectivo Fundo, tendo em conta a sua política de investimento e restrições ao investimento. Quaisquer dessas subscrições em espécie serão efectuadas ao Valor Patrimonial Líquido dos activos entregues, o qual será calculado de acordo com as regras estipuladas na secção 2.4 adiante, sendo objecto de um relatório de um auditor externo elaborado de acordo com os requisitos da lei do Luxemburgo, ficando as despesas a cargo do subscritor. Caso a Sociedade não possa entrar na posse legal dos activos entregues, tal poderá resultar na interposição de uma acção pela Sociedade ao Investidor incumpridor ou respectivo intermediário financeiro ou na dedução de quaisquer custos incorridos ou perdas sofridas pela Sociedade ou pela Sociedade Gestora a partir de quaisquer participações do subscritor na Sociedade.

### **Procedimentos de Combate ao Branqueamento de Capitais**

Nos termos das normas internacionais, as leis e regulamentos do Luxemburgo (incluindo, entre outros, a lei de 12 de Novembro de 2004 relativa ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, na redacção em vigor), foram impostas à Sociedade obrigações para evitar o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

Como resultado dessas disposições, a Sociedade requer que a Sociedade Gestora verifique a identidade dos clientes da Sociedade e efectue uma devida diligência contínua em relação aos mesmos de acordo com as leis e regulamentos do Luxemburgo. Para cumprimento de tais requisitos, a Sociedade Gestora poderá exigir quaisquer informações e documentação comprovativa que considere necessárias, incluindo informações sobre propriedade efectiva, origem de fundos e origem de património. Em qualquer caso, a Sociedade Gestora poderá solicitar, a qualquer altura, documentação adicional para dar cumprimento aos requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Em caso de atraso ou não fornecimento, por parte de um cliente, dos documentos solicitados, um pedido de subscrição ou, se aplicável, de resgate, ou qualquer outra transacção, poderá não ser aceite. Nem a Sociedade, nem a Sociedade Gestora podem ser responsabilizadas por atrasos ou falhas no processamento de negociações devido ao facto de o cliente não fornecer a informação e/ou documentação requerida, ou fornecer apenas informação e/ou documentação incompleta.

### **Declaração para Efeitos dos Regulamentos (Tributários) de Fundos Offshore do Reino Unido de 2009**

De acordo com os requisitos estipulados no Capítulo 6 dos Regulamentos (Tributários) de Fundos *Offshore* do Reino Unido de 2009 ["UK Offshore Funds (Tax) Regulations 2009" (SI 2009/3001)], os Administradores declaram no presente documento o seguinte:

## Situação Equivalente

A Sociedade cumpre os requisitos da Directiva OICVM.

## Diversidade Genuína da Situação de Titularidade

Os interesses nos Fundos da Sociedade encontram-se extensamente disponíveis e a Sociedade Gestora assegura que serão comercializados e disponibilizados suficiente e amplamente de forma a abranger adequadamente as categorias de Investidores visadas que cumprem os requisitos abrangentes de investimento relativamente a qualquer Classe de Acções e não se pretende que sejam limitadas a Investidores específicos ou a grupos de Investidores estritamente definidos. Consulte a Secção 1.3 "Classes de Acções" para obter mais informações sobre os níveis mínimos de investimento e/ou categorias de Investidor especificados como sendo elegíveis para a aquisição de Classes de Acções específicas.

Desde que uma pessoa cumpra os requisitos abrangentes de investimento relativamente a qualquer Classe de Acções, poderá obter informações sobre a aquisição das Acções relevantes na Sociedade, sujeito aos parágrafos imediatamente seguintes.

## Restrições ao Investimento Aplicáveis a Investidores dos EUA

A Sociedade não foi nem será registada ao abrigo da lei dos Estados Unidos de 1940 relativa às sociedades de investimento, na redacção em vigor (a "Investment Company Act"). As Acções da Sociedade não foram nem serão registadas ao abrigo da lei dos Estados Unidos de 1933 relativa a valores mobiliários, na redacção em vigor (a "Securities Act") ou ao abrigo das leis sobre valores mobiliários de qualquer Estado dos Estados Unidos da América, podendo essas Acções ser oferecidas, vendidas ou transferidas de qualquer outra forma apenas em conformidade com a *Securities Act* e com as leis desse Estado ou outras leis sobre valores mobiliários. As Acções da Sociedade não poderão ser oferecidas nem vendidas a, ou em nome de, qualquer Pessoa dos EUA. Para estes fins, Pessoa dos EUA significará qualquer pessoa definida como uma pessoa dos EUA ao abrigo do Regulamento S da *Securities Act*.

Se tiver dúvidas quanto ao seu estatuto, deverá contactar o seu consultor financeiro ou outro consultor profissional.

## Restrições ao Investimento Aplicáveis a Investidores do Canadá

As Acções da Sociedade não serão alvo de oferta pública no Canadá. Qualquer oferta de Acções da Sociedade no Canadá será efectuada apenas através de colocação privada: (i) de acordo com um memorando de oferta no Canadá do qual conste determinada divulgação requerida, (ii) numa base de isenção do requisito de elaboração e registo, por parte da Sociedade, de um prospecto junto das autoridades de supervisão de títulos canadianas relevantes e de acordo com os requisitos aplicáveis nas jurisdições canadianas relevantes, e (iii) a pessoas ou entidades que sejam "investidores acreditados" (conforme definido no *National Instrument 45-106 Prospectus and Registration Exemptions*) e, se necessário, "clientes autorizados" (conforme definido no *National Instrument 31-103 Registration Requirements, Exemptions and Ongoing Registrant Obligations*).

A Sociedade Gestora não se encontra registada, sob qualquer forma, em nenhuma jurisdição do Canadá e poderá basear-se em uma ou mais isenções de diversos requisitos de registo em determinadas jurisdições canadianas. Para além de ser um "investidor acreditado", poderá ainda ser exigido a

um Investidor residente no Canadá que seja um "cliente autorizado". Caso seja exigido a um Investidor residente no Canadá, ou a um Investidor que se tornou residente do Canadá, após a aquisição de Acções da Sociedade, que seja um "cliente autorizado" e este não se qualifique, ou já não se qualifique, como "cliente autorizado", o Investidor não poderá adquirir quaisquer Acções adicionais da Sociedade e poderá ser exigido ao mesmo que proceda ao resgate das respectivas Acções em circulação.

Se tiver dúvidas quanto ao seu estatuto, deverá contactar o seu consultor financeiro ou outro consultor profissional.

## Restrições ao Investimento aplicáveis a Investidores em Hong Kong

Salvo indicação em contrário neste Prospecto ou noutros documentos suplementares do mesmo, o presente Prospecto contém informações sobre Fundos que não estão autorizadas pela Comissão de Futuros e Valores Mobiliários de Hong Kong (a "SFC" - Securities & Futures Commission) ao abrigo da Secção 104 do Decreto relativo a Valores Mobiliários e Futuros ("SFO" - Securities and Futures Ordinance).

Não será feita qualquer oferta ao público de Hong Kong no que respeita aos Fundos não autorizados. Estes Fundos não autorizados podem apenas ser oferecidos ou vendidos em Hong Kong a pessoas que são consideradas "investidores profissionais", conforme definido no SFO (e quaisquer regras estabelecidas ao abrigo do SFO) ou noutras circunstâncias que de outra forma não violem o SFO.

Para além disso, este Prospecto apenas pode ser distribuído, colocado em circulação ou emitido a pessoas que consideradas "investidores profissionais" ao abrigo do SFO (e quaisquer regras estabelecidas a este respeito) ou de outra forma permitido em conformidade com as leis de Hong Kong.

Se tiver dúvidas quanto ao conteúdo do Prospecto, procure aconselhamento financeiro profissional independente.

## 2.2. Resgate e Troca de Acções

### Procedimento em Caso de Resgate

As instruções de resgate aceites pela Sociedade Gestora para qualquer Dia de Negociação antes da Hora Limite de Negociação, conforme especificado no Anexo III, ou de qualquer hora que os Administradores venham a fixar, serão normalmente executadas no Dia de Negociação com base no Valor Patrimonial Líquido por Acção relevante, conforme definido em "Cálculo do Valor Patrimonial Líquido", calculado no Dia de Cálculo associado. As instruções aceites pela Sociedade Gestora depois da Hora Limite de Negociação serão normalmente executadas no Dia de Negociação relevante seguinte com base no Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado no Dia de Cálculo associado.

As instruções de resgate apenas poderão ser executadas depois de concluídas todas as transacções relacionadas anteriores. Nos casos de suspensão das transacções num Fundo relativamente ao qual foi solicitado um resgate, o processamento do resgate será bloqueado até ao Dia de Negociação imediatamente a seguir ao fim do período de suspensão das transacções.

As instruções para resgatar Acções podem ser transmitidas à Sociedade Gestora através do preenchimento do boletim de pedido de resgate de Acções ou por carta, fax ou outros meios aprovados pela Sociedade Gestora, devendo ser fornecidos a referência da conta e os dados completos do resgate. Todas as instruções deverão ser assinadas pelos



Accionistas registados, excepto quando tiver sido escolhido um único signatário, no caso de uma conta conjunta, ou quando um representante tiver sido nomeado depois de recebida uma procuração adequada. Será disponibilizada a minuta de procuração aceite pela Sociedade Gestora, mediante pedido.

### Produto do Resgate

**No caso de as instruções de resgate de Acções serem comunicadas através de Distribuidores, poderão aplicar-se processos de liquidação diferentes.**

O produto do resgate é normalmente pago pela Sociedade por transferência bancária ou por transferência electrónica e serão dadas instruções para que não sejam cobradas quaisquer despesas ao Accionista, desde que a Sociedade tenha recebido todos os documentos exigidos. O período de liquidação do produto do resgate para cada Fundo é especificado no Anexo III. O produto do resgate será normalmente pago na moeda da Classe de Acções relevante (para que não subsistam dúvidas, no que respeita à Classe de Acções com Cobertura em BRL, seria a Moeda do Fundo relevante (e não BRL)). Contudo, a pedido do Accionista, a Sociedade Gestora disponibiliza, em nome da Sociedade, um serviço de conversão de moeda para resgates. Os detalhes dos encargos aplicados a operações cambiais, retidos pela Sociedade Gestora, estão disponíveis mediante pedido junto da Sociedade Gestora, que age em nome da Sociedade. O custo de conversão cambial e outras despesas relacionadas serão suportados pelo Investidor relevante. Quaisquer Dias de não Negociação ou Dias de não Cálculo de um Fundo no período de liquidação são excluídos do cálculo da data de liquidação. Se, na data de liquidação, os bancos não estiverem abertos ao público no país da moeda de liquidação da Classe de Acções relevante, a liquidação será feita no Dia Útil seguinte em que esses bancos se encontrem abertos ao público. A Sociedade ou a Sociedade Gestora não serão responsáveis por eventuais atrasos ou encargos cobrados por qualquer banco recebedor ou sistema de compensação, nem por eventuais atrasos de pagamento motivados pelo tempo de processamento local dos pagamentos em alguns países ou por certos bancos.

### Resgates em Espécie

Os Administradores podem, ocasionalmente, permitir resgates em espécie. O valor desses resgates em espécie será calculado de acordo com os requisitos da Lei do Luxemburgo. No caso de um resgate em espécie, os Accionistas terão de suportar os custos inerentes (principalmente custos decorrentes da elaboração do relatório do auditor independente), a não ser que a Sociedade considere que o resgate em espécie é do seu interesse ou é efectuado para proteger os seus interesses.

### Procedimento de Troca

Uma transacção de troca é uma transacção em que um Accionista actual decide converter as suas acções de uma determinada Classe de Acções (a "Classe Original") noutra Classe de Acções (a "Nova Classe"), quer do mesmo Fundo, quer de Fundos diferentes da Sociedade.

A aceitação de instruções de troca pela Sociedade Gestora estará sujeita à disponibilidade da Nova Classe e ao cumprimento de quaisquer requisitos de elegibilidade e/ou de outras condições específicas associadas à Nova Classe (tais como montantes mínimos de subscrição e de participação). A transacção de troca é processada como um resgate da Classe Original seguido de uma subscrição da Nova Classe.

Se as Classes Original e Nova envolvidas numa transacção de troca tiverem a mesma Hora Limite de Negociação e os mesmos Dias de Negociação e de Cálculo, as instruções de troca aceites pela Sociedade Gestora antes da Hora Limite de Negociação, conforme especificado no Anexo III, ou noutra hora que os Administradores venham a fixar, serão normalmente executadas no Dia de Negociação associado à recepção da instrução e serão normalmente executadas com base no Valor Patrimonial Líquido por Acção de ambas as Classes de Acções, calculado nesse Dia de Negociação (deduzido de eventuais comissões de troca aplicáveis).

Todavia, aplicar-se-ão as seguintes regras se o período de liquidação da Nova Classe for mais breve do que o da Classe Original e/ou se as Classes Original e Nova estiverem sujeitas a Dias de Negociação e/ou Horas Limite de Negociação diferentes, ou se o Valor Patrimonial Líquido por Acção estiver disponível em diferentes dias ou horas; ou se as Classes Original e Nova estiverem sujeitas a diferentes feriados do Fundo ou a diferentes feriados em termos cambiais durante o ciclo de liquidação:

- (A) o resgate será efectuado no Dia de Negociação em que a instrução de troca é recebida com base no Valor Patrimonial Líquido por Acção da Classe Original, calculado nesse Dia de Negociação, e
- (B) a subscrição será executada no Dia de Negociação seguinte aplicável à Nova Classe com base no Valor Patrimonial Líquido por Acção da Nova Classe, calculado nesse Dia de Negociação, e
- (C) a subscrição poderá ser adiada para um Dia de Negociação posterior de modo a que a data de liquidação da subscrição corresponda, ou seja seguinte, à data de liquidação do resgate (se possível, os dois períodos de liquidação deverão ser correspondentes), e
- (D) se o resgate for executado antes da subscrição, o produto do resgate permanecerá na conta de cobrança da Sociedade e os juros acumulados reverterão a favor da Sociedade.

Nos casos de suspensão das transacções num Fundo do qual ou para o qual foi solicitada uma troca, o processamento da troca será bloqueado até ao Dia de Negociação imediatamente a seguir ao fim do período de suspensão das transacções. Continuarão a aplicar-se os procedimentos de troca anteriormente referidos.

As instruções para trocar Acções podem ser transmitidas à Sociedade Gestora através do preenchimento do formulário de troca ou por carta, fax ou outros meios aprovados pela Sociedade Gestora, devendo ser fornecidos a referência da conta, o número de Acções a trocar e a designação das Classes de Acções em questão. Todas as instruções deverão ser assinadas pelos Accionistas registados, excepto quando tiver sido escolhido um único signatário, no caso de uma conta conjunta, ou quando um representante tiver sido nomeado depois de recebida uma procuração adequada. Será disponibilizada a minuta de procuração aceite pela Sociedade Gestora, mediante pedido.

Serão aceites instruções para trocar Acções entre Classes de Acções denominadas em diferentes moedas. A Sociedade Gestora disponibiliza, em nome da Sociedade, um serviço de conversão de moeda para trocas. Os detalhes dos encargos aplicados a operações cambiais, retidos pela Sociedade Gestora, estão disponíveis mediante pedido junto da Sociedade Gestora, que age em nome da Sociedade. O custo de conversão cambial e outras despesas relacionadas serão suportados pelo Investidor relevante.

Os Administradores poderão, se assim o entenderem, permitir que certos Distribuidores seleccionados cobrem uma comissão de troca que não excederá 1% do valor da Acção a trocar.

Poderão aplicar-se os mesmos princípios se as instruções dadas pelos Investidores envolverem trocas entre fundos de investimento com estruturas legais diferentes dentro da gama de fundos da Schroders.

Os Accionistas deverão aconselhar-se junto dos seus consultores fiscais, no sentido de se informarem relativamente às consequências fiscais locais de tais transacções.

### Informações Gerais

No caso de as instruções para troca e resgate de Acções serem feitas por intermédio de Distribuidores, poderão ser aplicados outros procedimentos de troca e resgate de Acções.

Todas as instruções de resgate ou troca de Acções serão realizadas com base num Valor Patrimonial Líquido desconhecido antes da determinação do Valor Patrimonial Líquido por Acção nesse Dia de Negociação.

O valor das Acções de qualquer Classe de Acções detidas por qualquer Accionista após uma troca ou resgate deverá, geralmente, exceder o investimento mínimo, conforme especificado no Anexo III.

Salvo renúncia pela Sociedade Gestora, se, em consequência de um pedido de troca ou resgate, o valor investido por qualquer Accionista numa Classe de Acções de um Fundo cair para um valor inferior à participação mínima dessa Classe de Acções, o mesmo será tratado como uma instrução para resgatar ou trocar, conforme adequado, a participação total do Accionista na Classe em questão.

Os Administradores poderão autorizar, se considerado oportuno e em circunstâncias que se justifiquem, tais como a distribuição a Investidores em jurisdições com um fuso horário diferente, a fixação de diferentes horas limite de negociação. Essas diferentes horas limite de negociação poderão ser especificamente acordadas com os Distribuidores ou ser publicadas em qualquer suplemento do Prospecto ou outro documento de comercialização utilizado na jurisdição em causa. Nessas circunstâncias, a hora limite de negociação aplicável válida para os Accionistas deverá ser sempre anterior à Hora Limite de Negociação referida no Anexo III.

As confirmações das transacções serão normalmente enviadas pela Sociedade Gestora no Dia Útil a seguir ao Dia de Cálculo relativo a essas transacções de resgate ou troca. Os Accionistas deverão verificar imediatamente estas confirmações para garantir a sua total correcção. Os Accionistas deverão verificar imediatamente estas confirmações para garantir a sua total correcção.

Os pedidos de troca ou resgate serão considerados vinculativos e irrevogáveis pela Sociedade Gestora e serão, se a mesma assim o entender, executados apenas depois de as respectivas Acções em questão terem sido emitidas.

As instruções para efectuar pagamentos a terceiros apenas serão aceites se a Sociedade Gestora assim o entender.

### 2.3. Restrições à Subscrição e à Troca para determinados Fundos ou Classes

Um Fundo ou uma Classe de Acções pode ser encerrado a novas subscrições e trocas para esse Fundo ou Classe de Acções (mas não ao resgate e a trocas para outro Fundo ou Classe de Acções) se, na opinião da Sociedade Gestora, este encerramento for necessário para proteger os interesses dos actuais Accionistas. Sem limitação das circunstâncias em que o encerramento pode ser apropriado, as circunstâncias são aquelas em que o Fundo ou a Classe de Acções alcança uma dimensão tal que conduz ao esgotamento da capacidade do mercado ou dificulta uma gestão nas melhores condições, e/ou quando a permissão de mais entradas seria prejudicial para o desempenho do Fundo ou da Classe de Acções. Qualquer Fundo ou Classe de Acções pode ser encerrado a novas subscrições ou trocas para esse Fundo ou Classe de Acções sem aviso prévio aos Accionistas se o Anexo III indicar que o Fundo ou a Classe de Acções está sujeito a restrições de capacidade. Depois de encerrado, o Fundo ou a Classe de Acções não será reaberto enquanto, na opinião da Sociedade Gestora, se mantiverem as circunstâncias que obrigaram ao seu encerramento. Um Fundo ou Classe de Acções podem ser reabertos a novas subscrições ou trocas para os mesmos sem aviso prévio aos Accionistas.

Os Investidores deverão contactar a Sociedade Gestora ou consultar o sítio Web [www.schroders.lu](http://www.schroders.lu) para conhecerem a situação actual dos Fundos ou das Classes de Acções em questão e possíveis oportunidades de subscrição (se existirem).

A Negociação de Capacidade Restrita poderá ser implementada para Fundos (ou Classes de Acções) que estão fechados a novas subscrições ou trocas. Qualquer investidor que pretenda investir num Fundo (ou numa Classe de Acções) relativamente ao qual a Negociação de Capacidade Restrita esteja em vigor (excepto conforme abaixo indicado) deverá apresentar um formulário de Manifestação de Interesse à Sociedade Gestora, que se encontra disponível no sítio web: [www.schroders.lu/crd](http://www.schroders.lu/crd). Os investidores que apresentem um formulário de Manifestação de Interesse válido serão colocados numa lista de espera e contactados pela Sociedade Gestora caso a capacidade de torne disponível em resultado de resgate do Fundo relevante. Os investidores serão estritamente contactados em função da data na qual o formulário de Manifestação de Interesse foi aceite pela Sociedade Gestora. O formulário de Manifestação de Interesse contém um limite máximo de subscrição que os investidores não poderão ultrapassar. A Sociedade Gestora reserva-se o direito de rejeitar ou reduzir subscrições se o montante total da subscrição ultrapassar o limite estipulado nos termos e condições do formulário de Manifestação de Interesse. Os investidores devem contactar a Sociedade Gestora ou visitar o sítio web [www.schroders.lu/crd](http://www.schroders.lu/crd) para mais detalhes sobre como o sistema de Negociação de Capacidade Restrita irá operar e para obter a lista de Fundos fechados (ou Classes de Acções) relativamente aos quais a Negociação de Capacidade Restrita está em vigor. Serão aplicados os requisitos de elegibilidade habituais a quaisquer pedidos realizados ao abrigo do processo de Negociação de Capacidade Restrita.

A Sociedade Gestora pode aceitar uma subscrição num Fundo (ou em qualquer Classe de Acções) que esteja encerrado a novas subscrições ou trocas, e em relação ao qual a CRD pode ou não estar em vigor, se (i) o Gestor de Investimento desse Fundo (ou Classe de Acções) informar a Sociedade Gestora que a capacidade de investimento se tornou disponível, ou se (ii) esse subscritor tiver dado à Sociedade Gestora instruções para investir no Fundo (ou

Classe de Acções) antes de a CRD entrar em vigor no que respeita a esse Fundo (ou Classe de Acções). Essas subscrições podem ser efectuadas por qualquer investidor, independentemente de estarem ou não na lista de espera de CDR acima referida.

## 2.4. Cálculo do Valor Patrimonial Líquido

### Cálculo do Valor Patrimonial Líquido por Acção

- (A) Valor Patrimonial Líquido por Acção de cada Classe de Acções será calculado no Dia de Cálculo na moeda da Classe de Acções relevante (para que não subsistam dúvidas, no que respeita à Classe de Acções com Cobertura em BRL, seria a Moeda do Fundo relevante (e não BRL)). Será calculado dividindo-se o Valor Patrimonial Líquido a atribuir a cada Classe de Acções pelo número de Acções dessa Classe de Acções então em circulação. O resultado será arredondado para as duas casas decimais mais próximas.
- (B) Os Administradores reservam-se o direito de permitir que o Valor Patrimonial Líquido por Acção de cada Classe de Acções seja calculado mais frequentemente do que especificado no Anexo III, ou de alterar acordos de transacções permanente ou temporariamente, por exemplo, nos casos em que considerem que se justifica uma alteração substancial do valor de mercado dos investimentos num ou mais Fundos. O Prospecto será actualizado na sequência de uma alteração permanente desse tipo e os Accionistas serão informados da mesma.

No cálculo do valor dos activos líquidos totais serão aplicadas as seguintes regras:

- (1) O valor de numerário em caixa ou em depósitos, letras e promissórias e dívidas de terceiros, despesas pagas antecipadamente, dividendos em numerário e juros declarados ou acumulados, conforme referido anteriormente, e ainda não recebido será considerado pela totalidade, a não ser que não seja provável (na opinião da Sociedade) que o mesmo venha a ser pago ou recebido na totalidade, caso em que no cálculo desse valor será considerado o desconto que a Sociedade venha a considerar adequado para reflectir o seu verdadeiro valor.
- (2) O valor desses títulos, instrumentos financeiros derivados e activos será determinado com base no preço de fecho do mercado no Dia Útil, na bolsa de valores ou em qualquer outro Mercado Regulamentado onde esses títulos ou activos são transaccionados ou aceites à negociação. Nos casos em que esses títulos ou outros activos são cotados ou transaccionados numa ou em mais do que uma bolsa de valores ou qualquer outro Mercado Regulamentado, os Administradores deverão regulamentar a ordem de prioridade pela qual essas bolsas de valores ou outros Mercados Regulamentados deverão ser utilizados para a fixação dos preços dos títulos ou dos activos.
- (3) Se um título não for transaccionado ou admitido a cotação numa bolsa de valores oficial ou Mercado Regulamentado ou, no caso de títulos transaccionados ou admitidos dessa forma, se o último preço disponível não reflectir o seu verdadeiro valor, os Administradores devem actuar com base no preço de venda previsto, que deverá ser determinado com prudência e boa-fé.
- (4) Os instrumentos financeiros derivados que não estejam cotados numa bolsa de valores oficial ou que não sejam transaccionados em qualquer outro mercado organizado estão sujeitos a uma avaliação segura e verificável numa base diária e podem ser vendidos, liquidados ou fechados por uma transacção de compensação a qualquer momento, pelo seu justo valor, por iniciativa da Sociedade. A referência ao justo valor será entendida como uma referência ao montante pelo qual um activo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, mediante uma transacção em conformidade com o princípio da absoluta independência, em que intervenham partes bem informadas e dispostas a realizá-la. A referência a uma avaliação segura e verificável será entendida como uma referência a uma avaliação que não se baseia apenas nas cotações de mercado da contraparte e que cumpre os seguintes critérios:
  - (I) A base da avaliação consiste num valor de mercado fiável e actualizado do instrumento ou, se esse valor não estiver disponível, num modelo de determinação de preços que utiliza uma metodologia adequada e reconhecida.
  - (II) A verificação da avaliação é efectuada por uma das seguintes entidades:
    - (a) uma entidade terceira apropriada que seja independente da contraparte dos derivados OTC, a uma frequência adequada e de forma a poder ser verificada pela Sociedade;
    - (b) uma unidade da Sociedade que seja independente do departamento responsável pela gestão dos activos e que esteja devidamente equipada para esse fim.
- (5) As unidades ou acções de OIC do tipo aberto serão valorizadas com base no Valor Patrimonial Líquido mais recente disponibilizado por esses organismos.
- (6) O valor patrimonial líquido e dos instrumentos de mercado monetário poderá ser calculado com base no valor nominal acrescido de eventuais juros vencidos, ou com base num custo amortizado. Todos os outros activos, quando a prática o permitir, poderão ser avaliados da mesma forma.
- (7) Se algum dos princípios de valorização anteriormente mencionados não reflectir o método de valorização normalmente utilizado em mercados específicos ou se tais princípios de valorização não parecerem adequados para determinar o valor dos activos da Sociedade, os Administradores poderão fixar princípios de valorização diferentes, de boa-fé e de acordo com os princípios e procedimentos de valorização geralmente aceites.
- (8) Os activos ou passivos em moedas diferentes da Moeda do Fundo (tal como definido no Anexo III) serão convertidos através da taxa *spot* (taxa de câmbio à vista) relevante cotada por um banco ou outra instituição financeira reconhecida.
- (9) Os *swaps* são valorizados ao justo valor com base nos títulos subjacentes (no fecho ou ao longo do dia), bem como nas características dos compromissos subjacentes.

- (C) Se, em qualquer Dia de Negociação, o conjunto de transacções em Acções de um Fundo resultar num aumento ou diminuição líquido(a) de Acções que exceda um limiar definido periodicamente pelos Administradores para esse Fundo (relacionado com o custo da transacção bolsista para esse Fundo), o Valor Patrimonial Líquido do Fundo será ajustado por um montante (que não excederá 2% desse Valor Patrimonial Líquido) que reflecta os encargos fiscais e custos de transacção que se prevê que venham a ser suportados pelo Fundo e o *bid/offer spread* previsto dos activos em que o Fundo investe. O ajustamento será adicionado quando o movimento líquido resultar num aumento de todas as Acções do Fundo e deduzido quando resultar numa diminuição. Para mais informações, consulte as secções "Diluição" e "Ajuste de Diluição" mais adiante.

### Diluição

Os Fundos têm um preço único e podem sofrer uma redução do seu valor devido aos custos de transacção cobrados na compra e venda dos investimentos subjacentes e ao *spread* entre os preços de compra e venda desses investimentos provocado pelos movimentos de subscrições, resgates, e/ou trocas para e do Fundo. Chama-se a isto "diluição". Para contrariar esta situação e proteger os interesses dos Accionistas, a Sociedade Gestora aplicará, como parte integrante da sua política de valorização diária, o mecanismo "swing pricing". Isto significa que, em determinadas circunstâncias, a Sociedade Gestora introduzirá ajustamentos no cálculo dos Valores Patrimoniais Líquidos por Acção para contrariar o impacto dos custos de negociação e de outros custos em momentos em que estes sejam considerados como significativos.

### Ajuste de Diluição

No decurso habitual dos negócios, a aplicação de um ajuste de diluição será activada de forma automática e consistente.

A necessidade de efectuar um ajuste de diluição dependerá do valor líquido das subscrições, trocas e resgates recebidos por um Fundo em cada Dia de Negociação. Assim, a Sociedade Gestora reserva-se o direito de efectuar um ajuste de diluição quando um Fundo registar um movimento líquido de capitais que exceda um limite, fixado pontualmente pelos Administradores, do Valor Patrimonial Líquido do Dia de Negociação anterior.

A Sociedade Gestora poderá ainda proceder a um ajuste de diluição discricionário se, na sua opinião, este for do interesse dos Accionistas existentes.

Se for realizado um ajuste de diluição, este geralmente aumentará o Valor Patrimonial Líquido por Acção quando ocorrerem entradas líquidas no Fundo, e diminuirá o Valor Patrimonial Líquido por Acção quando ocorrerem saídas líquidas. O Valor Patrimonial Líquido por Acção de cada Classe de Acções do Fundo será calculado separadamente, mas qualquer ajuste de diluição, em termos percentuais, afectará de forma idêntica o Valor Patrimonial Líquido por Acção de cada Classe de Acções.

Uma vez que a diluição está relacionada com as entradas e saídas de capitais do Fundo, não é possível prever com rigor se, no futuro, irá ocorrer diluição. Consequentemente, também não é possível prever com rigor a frequência com que a Sociedade Gestora irá necessitar de realizar tais ajustes de diluição.

Uma vez que o ajuste de diluição para cada Fundo será calculado tendo como referência os custos de transacção dos investimentos subjacentes desse Fundo, incluindo eventuais

*spreads* de transacção, que podem variar consoante as condições do mercado, isso significa que o montante do ajuste de diluição pode variar ao longo do tempo, mas não ultrapassará 2% do Valor Patrimonial Líquido relevante.

### Informações Gerais

**Os Administradores estão autorizados a aplicar outros princípios de avaliação adequados aos activos dos Fundos e/ou aos activos de uma determinada Classe de Acções, se não for possível ou adequado aplicar os métodos de avaliação anteriormente referidos devido a circunstâncias ou eventos extraordinários.**

### 2.5. Suspensões ou Diferimentos

- (A) Se o valor agregado das instruções de resgate e troca de qualquer Dia de Negociação corresponder a mais de 5% dos activos líquidos de um Fundo, os Administradores poderão adiar a totalidade ou parte dessas instruções de resgate e troca, conforme considerem ser no melhor interesse do Fundo e respectivos Accionistas, para o Dia de Negociação seguinte e esses pedidos adiados serão avaliados ao Valor Patrimonial Líquido por Acção nesse Dia de Negociação. Nesse Dia de Negociação, os pedidos diferidos serão processados com prioridade em relação aos pedidos posteriores, e pela ordem pela qual foram inicialmente recebidos pela Sociedade Gestora.
- (B) A Sociedade reserva-se o direito de alargar o período de pagamento do produto do resgate para um período que se revele necessário para repatriar o produto da venda de investimentos, no caso de impedimento devido a regulamentos de controlo cambial ou restrições semelhantes nos mercados onde esteja investida uma parte substancial dos activos de um Fundo ou em circunstâncias excepcionais em que a liquidez do Fundo não seja suficiente para satisfazer os pedidos de resgate, desde que esse período não exceda trinta Dias Úteis.
- (C) A Sociedade pode suspender ou diferir o cálculo do Valor Patrimonial Líquido por Acção de qualquer Classe de Acções de qualquer Fundo e a emissão e o resgate de Acções desse Fundo, bem como o direito de trocar Acções de qualquer Classe de um Fundo por Acções da mesma Classe de Acções do mesmo Fundo ou de qualquer outro Fundo:
- (1) durante qualquer período em que estejam encerradas as bolsas de valores principais, ou qualquer outro Mercado Regulamentado, onde, nesse momento, esteja cotada uma percentagem significativa dos investimentos da Classe de Acções relevante da Sociedade, ou durante o qual as transacções estejam condicionadas ou tenham sido suspensas; ou
  - (2) durante qualquer período em que a determinação do valor patrimonial líquido por acção e/ou os resgates nos fundos de investimento subjacentes que representem uma parte substancial dos activos do respectivo Fundo estejam suspensos; ou
  - (3) durante a existência de qualquer situação que constitua uma emergência e em consequência da qual a alienação ou avaliação de investimentos do Fundo relevante se torne impraticável por parte da Sociedade; ou



- (4) durante uma avaria nos meios de comunicação normalmente utilizados na determinação do preço ou do valor dos investimentos da Sociedade ou dos preços e valores actuais em qualquer mercado ou bolsa de valores; ou
  - (5) durante qualquer período em que a Sociedade esteja impossibilitada de repatriar fundos para efectuar pagamentos relacionados com o resgate dessas Acções ou durante o qual a transferência de fundos associados à realização ou aquisição de investimentos ou pagamentos devidos pelo resgate dessas Acções não possa, na opinião dos Administradores, ser efectuada a taxas de câmbio normais; ou
  - (6) se a Sociedade ou um Fundo ou uma Classe de Acções estiver em processo de, ou puder vir a ser objecto de liquidação na, ou após, a data de convocatória da assembleia de Accionistas em que é proposta uma deliberação de liquidação da Sociedade, do Fundo ou da Classe de Acções relevante; ou
  - (7) se os Administradores tiverem decidido que se registou uma alteração substancial das valorizações de uma parte significativa dos investimentos da Sociedade atribuíveis a uma determinada Classe de Acções, na preparação ou uso de uma valorização ou na realização de uma valorização posterior ou subsequente; ou
  - (8) em qualquer outra circunstância ou circunstâncias em que, se não o fizessem, a Sociedade ou os seus Accionistas poderiam vir a contrair responsabilidades de natureza fiscal ou a sofrer prejuízos de natureza pecuniária ou outros.
- (D) A suspensão do cálculo do Valor Patrimonial Líquido por Acção de qualquer Fundo ou Classe de Acções não afectará a avaliação de outros Fundos ou Classes de Acções, excepto se estes Fundos ou Classes também forem afectados.
- (E) Durante um período de suspensão ou diferimento, um Accionista poderá retirar o seu pedido relativo a quaisquer Acções não resgatadas ou trocadas, mediante aviso por escrito, o qual deverá ser recebido pela Sociedade Gestora antes do final do referido período.

Os Accionistas serão informados de qualquer suspensão ou diferimento, conforme o caso.

## 2.6. Política relativamente a Market Timing e Negociação Frequente

A Sociedade não permite actividades de negociação associadas a práticas de *market timing* ou negociação frequente, pois tais práticas podem afectar negativamente os interesses de todos os Accionistas.

Para efeitos desta secção, *market timing* significa as subscrições de, trocas entre, ou resgates de Acções das várias Classes de Acções (quer esses actos sejam efectuados uma ou várias vezes por uma ou mais pessoas) que procurem obter, ou que, de forma razoável, possam ser consideradas como parecendo querer obter lucros através de oportunidades de arbitragem ou de *market timing*. Negociação frequente define-se como subscrições de, trocas entre, ou resgates de Acções das várias Classes de Acções (quer esses actos sejam efectuados uma ou várias vezes em qualquer altura por uma ou mais pessoas) que, dada a sua

frequência ou dimensão, provoquem um aumento das despesas operacionais do Fundo de tal maneira que possam, de forma razoável, ser consideradas prejudiciais para os interesses dos outros Accionistas do Fundo.

Assim, os Administradores podem, sempre que considerarem oportuno, ordenar à Sociedade Gestora para implementar uma das seguintes medidas, ou ambas:

- A Sociedade Gestora pode associar Acções detidas pelo mesmo titular, ou controladas pela mesma entidade, para determinar se um indivíduo ou um grupo de indivíduos poderão estar envolvidos em práticas de *market timing*.
- Assim, os Administradores reservam-se o direito de ordenar à Sociedade Gestora que recuse qualquer pedido de troca e/ou subscrição de Acções apresentados por Investidores que considerem ser praticantes de *market timing* ou negociadores frequentes.
- Se os mercados onde o Fundo detém a maioria dos seus investimentos se encontrarem encerrados para transacções no momento de valorização do Fundo, os Administradores podem, em períodos de volatilidade do mercado, e prescindindo do disposto anteriormente em "Cálculo do Valor Patrimonial Líquido", ordenar que a Sociedade Gestora autorize o ajuste do Valor Patrimonial Líquido por Acção para que este possa reflectir, com mais rigor, o valor real do investimento do Fundo no momento da valorização.

Por conseguinte, sempre que os Administradores acharem que ocorreu um acontecimento significativo entre o fecho dos mercados em que o Fundo investe e o momento da valorização, e que esse acontecimento irá afectar materialmente o valor da carteira do Fundo, poderão ordenar à Sociedade Gestora que proceda ao ajustamento do Valor Patrimonial Líquido por Acção por forma a reflectir aquele que, em sua opinião, é o valor real da carteira no momento da valorização ("atribuição do justo valor").

O nível do ajuste será baseado no movimento de um substituto escolhido até ao momento da valorização, desde que tal movimento exceda o limite determinado pelos Administradores do respectivo Fundo. O substituto será, geralmente, um índice de futuros, mas também pode ser um cabaz de títulos que os Administradores considerem estar fortemente ligado ao desempenho do Fundo e que seja representativo do mesmo.

Quando é introduzido um ajuste, conforme descrito anteriormente, o mesmo será aplicado, de forma consistente, a todas as Classes de Acções do mesmo Fundo.



# Secção 3

## 3. Informações Gerais

### 3.1. Informações sobre a Administração, Encargos e Despesas

#### Administradores

Cada um dos Administradores tem direito a uma remuneração pelos serviços prestados, calculada com base numa taxa determinada pela Sociedade em Assembleia-geral, a realizar periodicamente. Para além disso, os Administradores poderão ser ressarcidos de despesas suportadas para assistirem a reuniões da Administração ou a assembleias-gerais da Sociedade, desde que consideradas razoáveis. Os Administradores que sejam simultaneamente administradores/funcionários da Sociedade Gestora e/ou de qualquer empresa da Schroders renunciarão à sua remuneração de Administradores. Os Administradores externos serão remunerados pelos serviços prestados, embora Claude Kremer não receba nenhuma remuneração directa pelos serviços prestados como Administrador. No entanto, é sócio da Arendt & Medernach, que é remunerada na qualidade de Consultor Jurídico Principal da Sociedade.

#### A Sociedade

A Sociedade é responsável pela decisão de nomear e afastar qualquer Gestor de Investimentos dos Fundos que não esteja afiliado à Schroders. A Sociedade é aconselhada pela Sociedade Gestora e pelo Consultor de Investimentos relativamente à selecção dos Gestores de Investimentos terceiros. A Sociedade nomeou o Consultor de Investimentos para fornecer consultoria quanto às capacidades de investimento e à solvabilidade dos Gestores de Investimentos terceiros. Além disso, a Sociedade Gestora aconselhará a Sociedade quanto às capacidades operacionais dos Gestores de Investimentos terceiros. A Sociedade Gestora apenas poderá celebrar contratos de gestão de investimentos com um Gestor de Investimentos independente sob indicação da Sociedade.

#### Sociedade Gestora

Os Administradores nomearam a Schroder Investment Management (Europe) S.A. como sociedade gestora da Sociedade para desempenhar as funções de gestão de investimentos, de administração e de marketing descritas no Anexo II da Lei.

A Sociedade Gestora foi autorizada pela Sociedade a delegar determinadas funções administrativas, de distribuição e de gestão a fornecedores de serviços especializados. Neste contexto, a Sociedade Gestora delegou algumas funções de administração na Brown Brothers Harriman (Luxembourg) S.C.A. e poderá delegar algumas funções de marketing em entidades que pertençam ao grupo Schroders. A Sociedade Gestora delegou também algumas funções de gestão nos Gestores de Investimentos, conforme referido mais detalhadamente acima e a seguir.

A Sociedade Gestora supervisionará, de forma contínua, as actividades dos terceiros a quem tenha delegado funções. Os acordos celebrados entre a Sociedade Gestora e as entidades externas relevantes prevêem que a Sociedade Gestora pode, a qualquer momento, dar instruções adicionais a essas entidades externas e que pode cancelar os respectivos mandatos, com efeito imediato, caso tal seja no interesse dos

Accionistas. A responsabilidade da Sociedade Gestora perante a Sociedade não é afectada pelo facto de ter delegado determinadas funções a terceiros.

A Sociedade Gestora tem direito a receber os encargos habituais pelos seus serviços como agente administrativo, coordenador, agente domiciliário, distribuidor global, agente pagador principal e agente de registo e de transferência. Estas comissões são acumuladas em cada Dia de Cálculo e são incluídas nos Valores Patrimoniais Líquidos dos Fundos no Dia de Cálculo seguinte a uma taxa anual de até 0,25% tendo como referência o Valor Patrimonial Líquido do Fundo relevante, sendo pagas mensalmente. Uma vez que a comissão é uma percentagem fixa do Valor Patrimonial Líquido de um Fundo, esta não irá variar com o custo de prestação dos serviços relevantes. Desta forma, a Sociedade Gestora pode realizar um lucro (ou perda) sobre a prestação desses serviços, que irá flutuar ao longo do tempo numa base de Fundo por Fundo. Estas comissões podem ser pontualmente revistas pela Sociedade Gestora e pela Sociedade. A Sociedade Gestora tem igualmente direito ao reembolso de todas as despesas correntes suportadas no desempenho das suas funções, desde que consideradas razoáveis.

A Sociedade Gestora pode, segundo o seu critério exclusivo, pagar na totalidade ou parcialmente quaisquer custos ou despesas, incorridos pela Sociedade com vista a limitar os custos e despesas gerais suportados pelos investidores na Sociedade, ou num Fundo ou Classe de Acções em particular.

A Schroder Investment Management (Europe) S.A. foi constituída como uma "société anonyme" no Luxemburgo, em 23 de Agosto de 1991, e tem um capital social emitido e totalmente realizado no valor de 12.867.092,98 EUR. A Schroder Investment Management (Europe) S.A. está autorizada a exercer as funções de sociedade gestora ao abrigo do capítulo 15 da Lei e, como tal, fornece serviços de gestão colectiva de carteiras a OIC.

A Sociedade Gestora foi nomeada por outras cinco *Sociétés d'Investissement à Capital Variable* domiciliadas no Luxemburgo: Schroder International Selection Fund, Schroder Alternative Solutions, Schroder Special Situations Fund, Schroder Matching Plus e Schroder GAIA II e quatro fundos mútuos ("Fonds Commun de Placement"): Schroder Selection, Schroder SMBC Global Bond Series, Schroder Real Estate Fund of Funds e Schroder Investment Fund.

Os Administradores da Sociedade Gestora são:

- John Hennessey, Chief Operating Officer for Distribution, Schroder Investment Management Limited
- Peter Hilborne, Chief Operating Officer for Operations, Schroder Investment Management Limited
- Carolyn Sims, Chief Financial Officer for Wealth Management, Schroder & Co. Limited
- Patrick Stampfli, Chief Executive Officer (Director Geral), Schroder Investment Management (Europe) S.A.
- Chris Burkhardt, Chief Operating Officer (Diretor de Operações), Schroder Investment Management (Europe) S.A.

- Vanessa Grueneklee, Head of Investment Management and Distribution Services (Chefe de Gestão de Investimento e Serviço de Distribuição), Schroder Investment Management (Europe) S.A.

A Sociedade Gestora definiu políticas de remuneração para as categorias de pessoal, incluindo gestão sénior, responsáveis pela assunção de riscos, funções de controlo e quaisquer funcionários que recebam uma remuneração que os coloque no mesmo escalão de remuneração da gestão sénior e dos responsáveis pela assunção de riscos cujas actividades profissionais têm um impacto material sobre os perfis de risco da Sociedade Gestora ou da Sociedade que:

- são consistentes com a, e promovem uma, gestão de riscos sensata e eficiente e não encorajam tomadas de risco que sejam inconsistentes com as regras e os perfis de risco da Sociedade ou respectivos Estatutos;
- estão em consonância com os interesses, valores objectivos e estratégia de negócio da Sociedade Gestora, da Sociedade e respectivos Investidores e incluem medidas para evitar conflitos de interesses;
- incluem uma avaliação do desempenho estabelecida numa estrutura de vários anos adequada ao período de detenção recomendado aos Investidores da Sociedade, a fim de garantir que o processo de avaliação se baseia no desempenho a longo prazo da Sociedade e respectivos riscos de investimento; e
- equilibram adequadamente os componentes fixos e variáveis da remuneração total.

A Schroders estabeleceu um Comité de Remuneração constituído por administradores não executivos independentes da Schroders plc. O Comité de Remuneração reúne-se várias vezes por ano. As suas responsabilidades incluem recomendar ao Conselho da Schroders plc a política do Grupo Schroders relativamente à remuneração dos Administradores, supervisionar a estrutura de governança da remuneração e garantir que os acordos de remuneração são consistentes com uma gestão eficiente do risco. O papel e actividades do Comité de Remuneração, e respectiva utilização de consultores, encontram-se mais detalhadamente descritos no Relatório de Remuneração e nos Termos de Referência do Comité de Remuneração (ambos disponíveis no sítio Web do Grupo Schroders).

A Sociedade Gestora delega a responsabilidade de determinação da política de remuneração ao Comité de Remuneração da Schroders plc. A Sociedade Gestora define os objectivos de cada fundo OICVM por ela gerido e monitoriza o cumprimento desses objectivos e da gestão de conflitos. O Comité de Remuneração recebe relatórios da Sociedade Gestora respeitantes aos objectivos de cada fundo, limites de risco e registo de conflitos e ao desempenho face a essas medidas. O Comité de Remuneração recebe relatórios, em matéria jurídica, de conformidade e de riscos, dos responsáveis nessas áreas em questões de propostas de compensação, dando assim uma oportunidade para o escalonamento de quaisquer preocupações materiais.

Encontra-se disponível em [www.schroders.com/remuneration-disclosures](http://www.schroders.com/remuneration-disclosures) um resumo da política de remuneração actualizada da Sociedade Gestora, incluindo, entre outros, uma descrição da forma como a remuneração e os benefícios são calculados, a identidade das pessoas responsáveis pela atribuição da remuneração e dos benefícios, incluindo a composição do Comité de

Remuneração. Está disponível, gratuitamente e mediante pedido, uma cópia em papel na sede social da Sociedade Gestora.

### Consultor de Investimentos

Os Administradores nomearam a Schroder Investment Management Limited como Consultor de Investimentos da Sociedade. O Consultor de Investimentos, juntamente com a Sociedade Gestora, aconselha a Sociedade relativamente à selecção e nomeação de Gestores de Investimentos terceiros. O Consultor de Investimentos contrata os Gestores de Investimentos terceiros e aconselha a Sociedade quanto às respectivas capacidades de investimento e solvabilidade, para permitir à Sociedade avaliar a viabilidade da gestão de um Fundo por parte de determinado Gestor de Investimentos. O Consultor de Investimentos está afiliado à Schroders e encontra-se autorizado e regulamentado pela Financial Conduct Authority (Autoridade de Conduta Financeira). A Sociedade Gestora estabelecerá o pagamento de uma comissão pelo Fundo relevante ao Consultor de Investimentos pelos seus serviços de consultoria.

### Gestores de Investimentos

Cada um dos Fundos é gerido por um gestor de investimentos independente com experiência específica na gestão de fundos com estratégias alternativas. Com excepção da Schroder Investment Management Limited e da Schroder Investment Management (Switzerland) AG, que fazem parte do mesmo grupo de sociedades da Schroder que a Sociedade Gestora e que ocasionalmente podem ser nomeadas Gestores de Investimentos, nenhum dos Gestores de Investimentos está afiliado ou associado à Sociedade Gestora. São completamente independentes da Schroders. A Sociedade Gestora, sob indicação da Sociedade, nomeou cada Gestor de Investimentos com base na experiência e nas aptidões dos Gestores de Investimentos para gerir fundos com estratégias alternativas, mas a Sociedade Gestora, sob indicação da Sociedade, poderá rescindir cada contrato imediatamente, sempre que tal for no melhor interesse dos Accionistas.

Os Gestores de Investimentos poderão, de forma arbitrária, celebrar contratos financeiros derivados, bem como adquirir e vender títulos dos Fundos para os quais foram nomeados pela Sociedade Gestora, desde que observem as instruções recebidas pontualmente da Sociedade Gestora e/ou da Sociedade e tenham em conta os objectivos e as restrições de investimento fixados. Os Gestores de Investimentos têm direito a receber comissões de gestão, como remuneração pelos serviços prestados, tendo como referência os Valores Patrimoniais Líquidos dos Fundos, conforme especificado no Anexo III. Para além disso, em determinadas circunstâncias, se a Sociedade Gestora assim o entender, os Gestores de Investimentos poderão ter direito ao reembolso de uma parte das suas comissões de pesquisa e consultoria, conforme mais detalhadamente descrito no Anexo III, e de quaisquer despesas razoáveis devidamente incorridas na execução dos respectivos deveres. Estas comissões são acumuladas em cada Dia de Cálculo e são incluídas nos Valores Patrimoniais Líquidos dos Fundos no Dia de Cálculo seguinte, sendo pagas mensalmente. Os Gestores de Investimentos têm também direito a receber uma comissão de desempenho, conforme mais detalhadamente descrito na secção "Comissões de Desempenho".

No desempenho das suas funções, os Gestores de Investimentos poderão procurar, às suas próprias custas, aconselhamento junto de consultores de investimentos.

Os Gestores de Investimentos podem celebrar acordos de *soft commission* apenas se houver um benefício directo e reconhecido para os clientes do Gestor de Investimentos, incluindo a Sociedade, e se o Gestor de Investimentos estiver convicto de que as transacções que dão origem às *soft commissions* são feitas de boa-fé, cumprem rigorosamente as exigências regulamentares aplicáveis e visam os interesses da Sociedade. Tais acordos devem ser elaborados pelo Gestor de Investimentos com base em termos compatíveis com as melhores práticas do mercado.

Cada Gestor de Investimentos poderá, com a aprovação prévia da Sociedade Gestora, nomear Subgestores de Investimentos sob a sua responsabilidade exclusiva. O Gestor de Investimentos é responsável por pagar, a partir da sua comissão, as comissões de qualquer Subgestor de Investimentos.

### **Comercialização das Acções e condições a aplicar aos Distribuidores**

A Sociedade Gestora exercerá as suas funções no âmbito da comercialização através da nomeação e, se necessário, da suspensão, coordenação e retribuição, de entidades distribuidoras terceiras que sejam idóneas, nos países onde as Acções dos Fundos possam ser distribuídas ou seja permitida uma colocação particular. Os Distribuidores terceiros serão remunerados pelos serviços prestados na área de distribuição, pelos serviços prestados ao accionista e despesas. Poder-se-á pagar aos Distribuidores terceiros uma percentagem ou a totalidade da comissão de subscrição, comissão de distribuição, comissão de serviços prestados ao accionista e da comissão de gestão.

Os Distribuidores apenas podem comercializar as Acções da Sociedade se a Sociedade Gestora os autorizar a fazê-lo.

Os Distribuidores deverão cumprir e fazer cumprir todas as condições deste Prospecto, incluindo, quando aplicável, os termos de quaisquer disposições obrigatórias das leis e regulamentos do Luxemburgo relacionados com a distribuição das Acções. Os Distribuidores deverão também cumprir os termos de quaisquer leis e regulamentos a si aplicáveis no país onde operam, incluindo, em particular, as disposições relacionadas com a identificação e o conhecimento dos seus clientes.

Os Distribuidores não deverão agir de forma que seja considerada prejudicial ou onerosa para a Sociedade, em particular, sujeitando a Sociedade a informações regulamentares, fiscais ou de comunicação a que, de outra forma, não teria sido sujeita. Os Distribuidores não poderão declarar-se como representantes da Sociedade.

### **Produtos Estruturados**

O investimento em Acções com a finalidade de criar um produto estruturado que reproduza o desempenho dos Fundos apenas é permitido depois de celebrado um acordo específico para esse fim com a Sociedade Gestora. Na ausência desse acordo, a Sociedade Gestora poderá recusar um investimento em Acções se estiver relacionado com um produto estruturado que seja considerado pela Sociedade Gestora como podendo não ser compatível com os interesses de outros Accionistas.

### **Depositário**

A Brown Brothers Harriman (Luxembourg) S.C.A. ("BBH") foi nomeada, pela Sociedade, como Depositário da Sociedade responsável (i) pela custódia dos activos da Sociedade, (ii) pela monitorização do numerário, (iii) pela supervisão das funções e (iv) por quaisquer outros serviços conforme

acordado por escrito, ocasionalmente, entre a Sociedade e o Depositário. A BBH é uma *Société en Commandite par Actions* organizada nos termos da lei do Grão-Ducado do Luxemburgo. É uma instituição de crédito constituída no Luxemburgo em 9 de Fevereiro de 1989 e tem a sua sede social em 80 route d'Esch, 1470 Luxemburgo. Possui licença para realizar actividades bancárias nos termos da lei do Luxemburgo de 5 de Abril de 1993 relativa ao sector dos serviços financeiros, conforme redacção em vigor. A BBH é uma subsidiária totalmente detida pelo Brown Brothers Harriman & Co. ("BBH & Co."). Fundado em 1818, o BBH & Co. é um banco comercial constituído sob a forma de parceria nos termos da legislação da banca privada dos estados de Nova Iorque, Massachusetts e Pensilvânia.

Foi confiada ao Depositário a custódia dos activos da Sociedade. No que se refere aos instrumentos financeiros que podem ser detidos em custódia, os mesmos poderão ser detidos directamente pelo Depositário ou, na medida permitida pelos regulamentos e pelas leis aplicáveis, através de depositários/subdepositários terceiros. Se os activos forem de uma natureza que não permita a sua detenção em custódia, o Depositário deverá verificar a titularidade desses activos e manter um registo dos mesmos.

O Depositário tem como obrigação garantir que os fluxos de caixa da Sociedade são devidamente monitorizados e, em particular, que os valores em numerário de subscrição foram recebidos e que todo o numerário da Sociedade foi colocado em contas em nome (i) da Sociedade ou (ii) do Depositário em nome da Sociedade.

Para além disso, o Depositário tem a obrigação de:

- (A) garantir que a venda, emissão, recompra, resgate e cancelamento das Acções da Sociedade são efectuados em conformidade com as leis luxemburguesas e os Estatutos;
- (B) garantir que o valor das Acções da Sociedade é calculado em conformidade com as leis luxemburguesas e os Estatutos;
- (C) cumprir as instruções da Sociedade, excepto se entrarem em conflito com as leis luxemburguesas e os Estatutos;
- (D) garantir que em transacções que envolvam os activos da Sociedade qualquer pagamento é enviado para a Sociedade dentro dos prazos estabelecidos;
- (E) garantir que o rendimento da Sociedade é aplicado em conformidade com as leis luxemburguesas e os Estatutos.

O Depositário fornece regularmente à Sociedade um inventário completo de todos os activos da Sociedade.

O Depositário poderá delegar a terceiros a custódia dos activos da Sociedade a correspondentes (os "Correspondentes"), sujeito às condições estipuladas nos regulamentos e nas leis aplicáveis e às disposições do acordo de depositário celebrado entre a Sociedade e a Brown Brothers Harriman (Luxembourg) S.C.A. (o "Acordo de Depositário"). Em relação aos Correspondentes, o Depositário implementou um processo concebido para seleccionar os fornecedores terceiros da mais elevada qualidade em cada mercado. O Depositário deve actuar com o devido profissionalismo e diligência na escolha e nomeação de cada Correspondente, a fim de garantir que cada Correspondente possui e mantém a experiência e competência necessárias. O Depositário também deve avaliar periodicamente se os Correspondentes cumprem os

requisitos legais e regulamentares aplicáveis e deve supervisionar continuamente cada Correspondente para garantir que as obrigações dos Correspondentes continuem a ser devidamente cumpridas. A lista de Correspondentes relevantes para a Sociedade está disponível em <http://www.bbh.com/luxglobalcustodynetworklist>. A lista pode ser actualizada ocasionalmente e está disponível junto do Depositário mediante pedido por escrito.

No caso de perda de um instrumento financeiro detido em custódia, o Depositário é obrigado a devolver um instrumento financeiro de tipo idêntico ou o montante correspondente à Sociedade sem atrasos indevidos, excepto se tal perda resultar de um evento externo fora do controlo razoável do Depositário e cujas consequências seriam inevitáveis apesar de todos os esforços razoáveis.

A responsabilidade do Depositário não será afectada pelo facto de confiar parte ou a totalidade da custódia dos activos da Sociedade sob sua custódia aos Correspondentes.

O Depositário mantém políticas e procedimentos empresariais abrangentes e detalhados que obrigam a que o Depositário cumpra as leis e os regulamentos aplicáveis. O Depositário possui políticas e procedimentos que regulam a gestão de conflitos de interesse. Estas políticas e procedimentos tratam dos conflitos de interesses que poderão surgir no decorrer da prestação de serviços à Sociedade.

As políticas do Depositário obrigam a que todos os conflitos de interesses materiais que envolvam partes internas ou externas sejam prontamente divulgados, encaminhados para a gestão sénior, registados, mitigados e/ou evitados, conforme apropriado. Caso um conflito de interesses não possa ser evitado, o Depositário deverá manter e acionar disposições organizacionais e administrativas eficazes para tomar todas as medidas razoáveis a fim de (i) divulgar conflitos de interesses à Sociedade e aos Accionistas e (ii) gerir e monitorizar esses conflitos.

O Depositário garante que os funcionários são informados, formados e aconselhados quanto às políticas e aos procedimentos de conflitos de interesses e que esses deveres e responsabilidades são devidamente separados para evitar problemas de conflitos de interesses. A conformidade com as políticas e os procedimentos de conflitos de interesses é supervisionada e monitorizada pelo conselho de gestão enquanto sócio comanditado do Depositário e pela gestão autorizada do Depositário, assim como as funções de conformidade, auditoria interna e gestão de riscos do Depositário.

O Depositário deve tomar todas as medidas razoáveis para identificar e mitigar possíveis conflitos de interesses. Tal inclui a implementação de políticas de conflitos de interesses que sejam adequadas à dimensão, complexidade e natureza do seu negócio. Estas políticas identificam as circunstâncias que dão origem, ou podem dar origem, a conflitos de interesses e incluem os procedimentos a seguir e as medidas a adoptar para gerir conflitos de interesses. O Depositário mantém e monitoriza um registo de conflitos de interesses.

O Depositário também actua como Agente Administrativo no seguimento dos termos do acordo de administração celebrado entre o Depositário e a Sociedade Gestora. O Depositário implementou actividades de separação adequadas entre as suas funções enquanto Depositário e as funções desempenhadas enquanto Agente Administrativo, incluindo governança e processos de escalonamento. Para

além disso, a função de depositário é hierárquica e funcionalmente separada da unidade de negócio de administração.

Pode ocorrer um possível risco de conflitos de interesses em situações nas quais os Correspondentes podem participar ou ter uma relação comercial e/ou de negócio em separado com o Depositário paralelamente à relação de delegação de custódia. Na condução dos seus negócios, podem surgir conflitos de interesses entre o Depositário e o Correspondente. Caso um Correspondente tenha uma ligação de grupo com o Depositário, o Depositário responsabiliza-se por identificar possíveis conflitos de interesses decorrentes dessa ligação, caso exista, e tomará todas as medidas razoáveis para mitigar esses conflitos de interesses.

O Depositário não vislumbra a existência de conflitos de interesses específicos decorrentes de qualquer delegação a qualquer Correspondente. O Depositário notificará o Conselho de Administração e/ou a Sociedade Gestora no caso do surgimento de conflitos de interesses.

Se existirem quaisquer outros possíveis conflitos de interesses relativamente ao Depositário, devem ser identificados, mitigados e tratados de acordo com as políticas e os procedimentos do Depositário. As informações actualizadas relativas aos deveres de custódia do Depositário e aos conflitos de interesses que poderão surgir podem ser obtidas, gratuitamente e mediante pedido, junto do Depositário.

O Depositário receberá da Sociedade todas as comissões que estejam de acordo com a prática normal no Grão-Ducado do Luxemburgo. As comissões de custódia e as comissões de administração são acumuladas em cada Dia de Cálculo, sendo incluídas nos Valores Patrimoniais Líquidos dos Fundos no Dia de Cálculo seguinte e pagas mensalmente. A comissão paga por este serviço de custódia é de 0,025% por ano do Valor Patrimonial Líquido do Fundo. As comissões da BBH estão sujeitas a uma quantia mínima anual acordada entre a BBH e a Sociedade.

As comissões de custódia podem estar sujeitas a uma revisão pelo Depositário e pela Sociedade, ocasionalmente. Além disso, o Depositário, ou respectivos delegados, têm direito ao reembolso de despesas suportadas no desempenho das suas funções e consideradas razoáveis.

### **Agente Administrativo**

A Sociedade Gestora delegou determinadas funções de administração à BBH na qualidade de Agente Administrativo. As comissões relativas à contabilidade e avaliação do Fundo no âmbito da capacidade da BBH de Agente Administrativo são acumuladas em cada Dia de Cálculo e incluídas nos Valores Patrimoniais Líquidos dos Fundos no Dia de Cálculo seguinte, e pagas mensalmente até um máximo de 0,07% por ano do Valor Patrimonial Líquido do Fundo. As comissões da BBH estão sujeitas a um montante mínimo anual acordado entre a BBH e a Sociedade Gestora.

As comissões de transacção poderão ser revistas periodicamente pelo Agente Administrativo e pela Sociedade Gestora. Além disso, o Agente Administrativo tem direito ao reembolso de quaisquer despesas suportadas no desempenho das suas funções e consideradas razoáveis.

Os montantes pagos ao Depositário e Agente Administrativo constarão das demonstrações financeiras da Sociedade.



## Outros Encargos e Despesas

A Sociedade pagará todos os encargos e despesas contraídos com o funcionamento da mesma, incluindo, entre outros, impostos, encargos de serviços de auditoria e jurídicos, consultoria fiscal, taxas de corretagem, quaisquer custos e despesas de pesquisa de investimento, em conformidade com uma Conta de Pagamento de Pesquisa ("RPA") e custos do serviço de gestão de numerário, tal como mais adiante descrito no Anexo III, taxas e impostos governamentais, despesas com a admissão à cotação na bolsa de valores e comissões devidas às autoridades de supervisão em vários países, incluindo os custos de obtenção e manutenção dos registos para que as Acções da Sociedade possam ser comercializadas em diferentes países; despesas com a emissão e resgate de Acções e com o pagamento de dividendos, despesas de registo, seguros, juros e os custos com o cálculo e a publicação dos preços das Acções, correio, telefone, transmissões por fax e utilização de outras formas de comunicação electrónica; custos de impressão de procurações, extractos, certificados de Acções, se existentes, ou confirmações de operações, relatórios para os Accionistas, Prospectos e documentação suplementar, brochuras explicativas e outras informações ou documentação periódicas.

Para além dos habituais encargos bancários e custos de corretagem pagos pela Sociedade, as empresas da Schroders que prestam serviços à Sociedade poderão ser remuneradas por esses serviços.

## Índice de Referência

Salvo indicação em contrário no Prospecto, os índices ou índices de referência utilizados no âmbito do significado do Regulamento (UE) 2016/1011 (o "Regulamento relativo aos índices utilizados como índices de referência"), pelos Fundos são, à data deste Prospecto, fornecidos pelos administradores de índices de referência que beneficiam de disposições de transição previstas ao abrigo do Regulamento relativo aos índices utilizados como índices de referência e, em conformidade, podem ainda não constar do registo de administradores e índices de referência mantidos pela ESMA nos termos do Artigo 36 do Regulamento relativo aos índices utilizados como índices de referência. Estes administradores de índices de referência devem solicitar a autorização ou o registo como administrador ao abrigo do Regulamento relativo aos índices utilizados como índices de referência antes de 1 de Janeiro de 2020. As informações actualizadas respeitantes a este registo têm de estar disponíveis no máximo até 1 de Janeiro de 2020. A Sociedade Gestora mantém planos por escrito que definem as medidas que serão tomadas caso um índice de referência altere substancialmente ou deixe de ser fornecido. Estão disponíveis cópias com uma descrição destes planos, gratuitamente e mediante pedido, na sede social da Sociedade. À data deste Prospecto, os administradores de índices de referência utilizados por um Fundo e que foram incluídos no registo de administradores de índices de referência mantido pela ESMA são os seguintes:

Administradores de Índices de referência	Localização	Índices de Referência
FTSE International Ltd	Londres	Russell 1000

## 3.2. Comissões de Desempenho

Relativamente aos serviços prestados pelos respectivos Gestores de Investimento em relação aos Fundos, os Gestores de Investimento poderão ter direito a receber uma comissão de desempenho para além de uma comissão de

gestão. Podem ser utilizadas duas metodologias para calcular uma comissão de desempenho, conforme descrito a seguir, podendo encontrar informações detalhadas sobre a metodologia que está a ser utilizada para cada Fundo no Anexo III. Uma comissão de desempenho é calculada antes de eventuais Ajustes de Diluição (conforme definido na secção "Ajustes de Diluição" no final da secção 2.4).

Um Período de Desempenho deverá ser cada Ano Financeiro excepto:

- se o Valor Patrimonial Líquido por Acção (antes da dedução de qualquer comissão de desempenho paga ou a pagar no que respeita a esse Período de Desempenho) no final desse Ano Financeiro for inferior ao "High Water Mark", caso em que o início do Período de Desempenho continuará a ser a data desse "High Water Mark";
- se uma comissão de desempenho for introduzida em relação a um Fundo durante um Ano Financeiro, então o seu primeiro Período de Desempenho terá início na data da introdução dessa comissão e o "High Water Mark" deverá ser o Valor Patrimonial Líquido por Acção na data dessa introdução; e
- quando o Período de Desempenho terminar durante um Ano Financeiro

### (A) Comissões de Desempenho – utilização de uma Hurdle ou um Índice de Referência com um High Water Mark

Os critérios que necessitam de ser cumpridos para que uma comissão de desempenho se torne devida são que o Valor Patrimonial Líquido por Acção no final de um Período de Desempenho (antes da dedução de qualquer comissão de desempenho paga ou a pagar no que respeita a esse Período de Desempenho) seja superior:

- (B) ao Valor Patrimonial Líquido por Acção no final do Período de Desempenho anterior relativamente ao qual foi paga ou era pagável uma comissão de desempenho (isto é, após dedução de qualquer comissão de desempenho paga ou a pagar no que respeita a esse Período de Desempenho anterior) (sendo esse Valor Patrimonial Líquido por Acção o "High Water Mark"); e
- (C) à Hurdle ou ao Índice de Referência (conforme a Sociedade e o Gestor de Investimento relevante acordaram por escrito e divulgaram aos Accionistas relevantes) a aplicar a esse Gestor de Investimentos e Fundo.

A comissão de desempenho (conforme acumulada abaixo, se aplicável) será paga durante o mês imediatamente a seguir ao fecho de cada Período de Desempenho. Além disso, se um Accionista proceder ao resgate ou à troca total ou parcial das suas Acções antes de terminado um Período de Desempenho, as eventuais comissões de desempenho acumuladas relativas a essas Acções cristalizarão nesse Dia de Negociação, passando a ser devidas ao Gestor de Investimentos. O *High Water Mark* não é reinicializado nos Dias de Negociação em que as comissões de desempenho cristalizam na sequência do resgate ou da troca de Acções.

Uma vez que o Valor Patrimonial Líquido por Acção poderá ser diferente nas várias Classes de Acções, serão realizados cálculos independentes da comissão de desempenho em cada Classe de Acções de um mesmo Fundo, o que poderá dar origem a valores diferentes da comissão de desempenho.

Em cada Dia Útil, se os critérios de uma comissão de desempenho devida conforme estipulado acima forem cumpridos (tratando para estes efeitos cada Dia útil tal como se fosse o Dia Útil final do Período de Desempenho), a comissão de desempenho de uma Classe de Acções é acumulada nesse Dia Útil e reflectida no Valor Patrimonial Líquido de cada uma dessas Classes de Acções no Dia de Cálculo seguinte, aplicando-se o multiplicador relevante identificado na secção Comissão de Desempenho da tabela "Características do Fundo" do Fundo relevante apresentada no Anexo III ao excedente:

- (D) do Valor Patrimonial Líquido por Acção relevante determinado no mesmo Dia de Cálculo (antes da dedução de qualquer comissão de desempenho paga ou a pagar no que respeita a esse Período de Desempenho); menos
- (E) o valor mais elevado de entre o High Water Mark e a Hurdle ou o Índice de Referência (conforme aplicável) nesse Dia de Cálculo

multiplicado pelo número médio de Acções em emissão no Dia Útil relevante.

Em cada Dia de Cálculo, qualquer provisão contabilística realizada no Dia de Cálculo anterior é ajustada de modo a reflectir o desempenho da Classe de Acções, positivo ou negativo, calculado nos termos referidos anteriormente. Se o Valor Patrimonial Líquido por Acção no Dia de Cálculo for inferior à *Hurdle* ou ao Índice de Referência (conforme aplicável) ou ao *High Water Mark*, a provisão efectuada no Dia de Cálculo anterior será devolvida à Classe de Acções relevante do Fundo relevante. No entanto, a provisão contabilística nunca poderá ser negativa. Os Gestores de Investimentos não pagarão, em circunstância alguma, a um Fundo ou a Accionistas em caso de desempenho negativo.

#### **(F) Comissões de Desempenho – em retornos absolutos com um High Water Mark**

Os critérios que necessitam de ser cumpridos para que uma comissão de desempenho se torne devida são que o Valor Patrimonial Líquido por Acção no final de um Período de Desempenho (antes da dedução de qualquer comissão de desempenho paga ou a pagar no que respeita a esse Período de Desempenho) seja superior ao *High Water Mark*.

A comissão de desempenho (conforme acumulada abaixo, se aplicável) será paga durante o mês imediatamente a seguir ao fecho de cada Período de Desempenho. Além disso, se um Accionista proceder ao resgate ou à troca total ou parcial das suas Acções antes de terminado um Período de Desempenho, as eventuais comissões de desempenho acumuladas relativas a essas Acções cristalizarão nesse Dia de Negociação, passando a ser devidas ao Gestor de Investimentos. O *High Water Mark* não é reinicializado nos Dias de Negociação em que as comissões de desempenho cristalizam na sequência do resgate ou da troca de Acções.

Uma vez que o Valor Patrimonial Líquido por Acção poderá ser diferente nas várias Classes de Acções, a comissão de desempenho será sujeita a diferentes cálculos para cada Classe de Acções de um Fundo, o que poderá dar origem a montantes diferentes da comissão de desempenho.

Em cada Dia Útil, se os critérios de uma comissão de desempenho devida conforme estipulado acima forem cumpridos (tratando-se para estes efeitos cada Dia útil como se fosse o Dia Útil final do Período de Desempenho), a comissão de desempenho de uma Classe de Acções é acumulada nesse Dia Útil e reflectida no Valor Patrimonial Líquido de cada uma dessas Classes de Acções no Dia de Cálculo seguinte, aplicando-se o multiplicador relevante identificado na secção Comissão de Desempenho da tabela "Características do Fundo" do Fundo relevante apresentada no Anexo III, ao excedente

- do Valor Patrimonial Líquido por Acção relevante determinado no mesmo Dia de Cálculo (antes da dedução de qualquer comissão de desempenho paga ou a pagar no que respeita a esse Período de Desempenho); menos

- o *High Water Mark*,

multiplicado pelo número médio de Acções em emissão no Dia Útil relevante.

Em cada Dia de Cálculo, qualquer provisão contabilística realizada no Dia de Cálculo anterior é ajustada de modo a reflectir o desempenho da Classe de Acções, positivo ou negativo, calculado nos termos referidos anteriormente. Se o Valor Patrimonial Líquido por Acção no Dia de Cálculo for inferior à *High Water Mark*, a provisão efectuada no Dia de Cálculo anterior será devolvida à Classe de Acções relevante do Fundo relevante. No entanto, a provisão contabilística nunca poderá ser negativa. Os Gestores de Investimentos não pagarão, em circunstância alguma, a um Fundo ou a Accionistas em caso de desempenho negativo.

#### **(G) Informações Gerais**

Em qualquer uma das metodologias acima, se o Valor Patrimonial Líquido por Acção for inferior à *High Water Mark*, o Gestor de Investimentos não irá beneficiar de quaisquer acumulações de comissão de desempenho, incluindo para Acções recentemente emitidas e que apenas registam um desempenho positivo. Os Administradores reservam-se assim o direito de encerrar imediatamente a Classe de Acções relevante a novas subscrições, apesar de os resgates e trocas continuarem a ser permitidos conforme habitual. As Acções numa nova Classe de Acções relevante irão então tornar-se disponíveis para subscrição com uma *High Water Mark* definida no Valor Patrimonial Líquido por Acção inicial dessa Classe. Com efeito, tal irá criar comissões de desempenho baseadas em séries. Para ser possível diferenciar entre Classes de Acções adicionais na mesma série, cada Classe de Acções irá ser designada numa sequência alfabética, de forma a que, por exemplo, uma segunda emissão de Acções A se tornasse em Acções Aa e, de seguida, Acções Ab, Acções Ac e assim sucessivamente. No final de cada Período de Desempenho em que é necessário pagar uma acumulação de comissão de desempenho em determinadas séries de uma Classe de Acções, os Administradores reservam-se o direito de consolidar estas séries de uma Classe de Acções relevante numa única série. Se não for necessário pagar uma acumulação de comissão de desempenho, a *High Water Mark* permanece inalterada.

À data da emissão do presente Prospecto, os Fundos e Classes de Acções relevantes em relação aos quais poderá ser aplicada uma comissão de desempenho são especificados nos Detalhes dos Fundos no Anexo III,

incluindo informações sobre qualquer *Hurdle* ou Índice de Referência utilizado. Para que não subsistam dúvidas, os Índices de Referência referidos no Anexo III apenas são utilizados para calcular a comissão de desempenho e em nenhuma circunstância deverão ser considerados indicativos de um estilo de investimento ou nível de desempenho de investimento específicos. Em relação a Classes de Acções com cobertura cambial, as versões com cobertura cambial do Índice de Referência ou *Hurdle* da comissão de desempenho relevante (incluindo índices de referência monetários equivalentes à moeda) poderão ser utilizadas para fins de cálculo da comissão de desempenho.

### 3.3. Informações sobre a Sociedade

(A) A Sociedade é uma sociedade de investimentos em estrutura de agrupamento do tipo aberto e de responsabilidade limitada, organizada como uma *société anonyme* e que se qualifica como uma "Société d'Investissement à Capital Variable" ("SICAV") ao abrigo da Parte I da Lei. A Sociedade foi constituída a 21 de Outubro de 2009, tendo os respectivos Estatutos sido publicados no *Mémorial* a 12 de Novembro de 2009. Os Estatutos foram mais recentemente alterados a 6 de Agosto de 2019.

A Sociedade está registada sob o Número B148818 no "Registre de Commerce et des Sociétés", onde se encontram depositados e disponíveis para consulta os Estatutos. A Sociedade foi constituída por período indeterminado.

(B) O capital mínimo da Sociedade exigido pela lei do Luxemburgo é de 1.250.000 EUR. O capital social da Sociedade está representado por Acções integralmente realizadas, sem valor nominal, sendo este, em qualquer momento, igual ao seu valor patrimonial líquido. Caso o capital da Sociedade atinja um valor inferior a dois terços do capital mínimo, deverá ser convocada uma assembleia-geral extraordinária de Accionistas para ser analisada a dissolução da Sociedade. Qualquer decisão para liquidar a Sociedade tem de ser tomada por maioria simples dos votos dos Accionistas presentes ou representados na assembleia. Se o capital social cair para um valor inferior a um quarto do capital mínimo, os Administradores terão de convocar uma assembleia-geral extraordinária de Accionistas para decidir sobre a liquidação da Sociedade. Nessa assembleia, a decisão de liquidar a Sociedade poderá ser tomada por Accionistas que, em conjunto, representem um quarto dos votos expressos dos Accionistas presentes ou representados.

A Moeda de Referência da Sociedade é o EUR.

(C) Foram celebrados os seguintes contratos físicos, os quais não foram celebrados no decurso normal da actividade:

- (1) Acordo de Serviço do Fundo celebrado entre a Sociedade e a Schroder Investment Management (Europe) S.A., ao abrigo do qual esta última foi nomeada Sociedade Gestora.
- (2) Acordo de Depositário entre a Sociedade e a Brown Brothers Harriman (Luxembourg) S.C.A.
- (3) Acordo de Consultoria entre a Sociedade e a Schroder Investment Management Limited.

(D) Os contratos físicos referidos anteriormente poderão ser pontualmente alterados, mediante acordo entre as partes contratantes.

(E) Em relação ao Acordo de Depositário acima indicado:

- (1) O Depositário ou a Sociedade podem rescindir o Acordo de Depositário a qualquer momento, mediante aviso por escrito com 90 (noventa) dias de antecedência (ou antes, no caso de determinadas violações ao Acordo de Depositário), desde que o Acordo de Depositário não cesse até ser nomeado um depositário de substituição.
- (2) As informações actualizadas respeitantes à descrição dos deveres do Depositário e aos conflitos de interesses que poderão surgir, assim como quaisquer funções de custódia delegadas pelo Depositário, a lista de delegados terceiros e quaisquer conflitos de interesses que possam decorrer dessa delegação estarão disponíveis para os Investidores, mediante pedido, junto do Depositário.

### Documentos da Sociedade

Poderão ser obtidas junto da sede social da Sociedade, gratuitamente e mediante pedido, cópias dos Estatutos, do Prospecto e dos relatórios financeiros. Em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, antes da sua primeira subscrição, será disponibilizado, aos Investidores, um Documento com as Informações Fundamentais Destinadas aos Investidores relativamente ao Fundo no qual pretendem investir. Os Documentos com as Informações Fundamentais Destinadas aos Investidores encontram-se disponíveis junto da sede social da Sociedade e através da Internet, em [www.schroders.lu](http://www.schroders.lu). Os contratos físicos acima referidos encontram-se disponíveis para consulta durante o horário normal de expediente, junto da sede social da Sociedade.

### Desempenho Histórico dos Fundos

As informações sobre o desempenho passado de cada Fundo em funcionamento há mais de um ano civil constarão do Documento com as Informações Fundamentais Destinadas aos Investidores desse Fundo, disponível na sede social da Sociedade e através da Internet em [www.schroders.lu](http://www.schroders.lu). As informações sobre o desempenho passado estão igualmente disponíveis nas fichas informativas dos Fundos, na Internet, em [www.schroders.lu](http://www.schroders.lu) e, mediante pedido, junto da sede social da Sociedade.

### Notificações aos Accionistas

Notificações ou outras comunicações relevantes aos Accionistas respeitantes ao respectivo investimento na Sociedade podem ser publicadas no sítio Web [www.schroders.lu](http://www.schroders.lu), nos relatórios anuais ou semestrais da Sociedade ou consultadas na sede da Sociedade, Sociedade Gestora ou de qualquer terceiro. Para além disso, quando requerido pela lei luxemburguesa ou pela CSSF, os Accionistas também serão notificados por escrito, ou de qualquer outra forma, conforme previsto na lei luxemburguesa. Em particular, os Accionistas devem consultar 2.6 "Assembleias e Relatórios".

### Perguntas e Reclamações

Para quaisquer informações adicionais relativas à Sociedade, ou para qualquer reclamação quanto ao funcionamento da mesma, deverá contactar o *Compliance Officer*, Schroder Investment Management (Europe) S.A., 5, rue Höhenhof, 1736 Senningerberg, Grão-Ducado do Luxemburgo.

### 3.4. Dividendos

#### Política de Dividendos

Prevê-se que a Sociedade venha a distribuir dividendos em numerário a titulares de Acções de Distribuição na moeda da Classe de Acções relevante (para que não subsistam dúvidas, no que respeita à Classe de Acções com Cobertura em BRL, seria a Moeda do Fundo relevante (e não BRL)). Os dividendos anuais relativos a Acções de Distribuição são declarados separadamente na assembleia-geral de Accionistas. Além disso, os Administradores poderão declarar dividendos intercalares relativos a Acções de Distribuição.

Os Administradores podem decidir que os dividendos sejam automaticamente reinvestidos na compra de novas Acções. Todavia, não serão distribuídos quaisquer dividendos se o seu montante for inferior a 50 EUR ou respectivo equivalente. Esse montante será automaticamente reinvestido.

Os dividendos a reinvestir serão pagos à Sociedade Gestora, que reinvestirá o dinheiro em nome dos Accionistas em Acções adicionais da mesma Classe de Acções. Estas Acções serão emitidas na data de pagamento de acordo com o Valor Patrimonial Líquido por Acção da Classe de Acções relevante, não sendo representadas por certificados. As fracções de Acções nominativas serão reconhecidas até duas casas decimais.

Os dividendos devidos de Acções que não sejam reclamados num período de cinco anos após a data de registo do dividendo serão confiscados e reverterão a favor do respectivo Fundo.

### 3.5. Tributação

As informações seguintes baseiam-se na interpretação que os Administradores fazem da lei e da prática em vigor à data de publicação deste documento e aplica-se aos Investidores que comprem Acções da Sociedade como forma de investimento. Os Investidores deverão, contudo, aconselhar-se junto dos seus consultores financeiros ou outros consultores profissionais relativamente às eventuais consequências fiscais, ou outras, resultantes da compra, posse, transferência, troca, resgate ou outra forma de negociação das Acções da Sociedade, ao abrigo da legislação dos seus países de cidadania, residência ou domicílio.

**Este resumo está sujeito a alterações futuras**

#### Tributação no Luxemburgo

##### (A) Tributação da Sociedade

No Luxemburgo a Sociedade não está sujeita a tributação sobre o seu rendimento, lucros ou ganhos. A Sociedade não está sujeita ao imposto sobre o património líquido.

Não é devido imposto de selo, imposto sobre entradas de capital ou outro imposto no Luxemburgo aquando da emissão de Acções da Sociedade.

A Sociedade está sujeita a um imposto de subscrição (taxe d'abonnement) cobrado à taxa de 0,05% por ano, com base no Valor Patrimonial Líquido da Sociedade, no final do trimestre relevante, calculado e pago trimestralmente. É aplicável um imposto de subscrição reduzido de 0,01% por ano a Fundos cujo objectivo exclusivo é o investimento colectivo em instrumentos do mercado monetário e depósitos junto de instituições de crédito, ou ambos. É aplicável um imposto de subscrição reduzido de 0,01% por ano dos activos líquidos a Fundos

individuais ou Classes de Acções individuais, desde que esse Fundo ou Classe de Acções inclua apenas um ou mais investidores institucionais.

A isenção do imposto de subscrição aplica-se a (i) investimentos num OIC luxemburguês, estando este sujeito ao imposto de subscrição, (ii) OIC, subfundos do mesmo ou classes específicas reservadas a planos de pensões de reforma, (iii) OIC do Mercado Monetário e (iv) OICVM e OIC sujeitos à parte II da Lei de 2010 cujos títulos estão cotados ou são negociados pelo menos numa bolsa de valores ou num outro mercado regulamentado com operações regulares, reconhecido e aberto ao público e cujo objecto exclusivo consiste em replicar o desempenho de um ou mais índices.

#### Imposto de retenção na fonte

Os rendimentos de juros e dividendos auferidos pela Sociedade poderão estar sujeitos a um imposto de retenção na fonte não recuperável nos países de origem. A Sociedade poderá estar sujeita a outros impostos sobre a apreciação, realizada ou não realizada, dos seus activos nos países de origem e poderão ser reconhecidas disposições neste âmbito em determinadas jurisdições.

As distribuições efectuadas pela Sociedade não estão sujeitas ao imposto de retenção na fonte no Luxemburgo.

##### (B) Tributação dos Accionistas

#### Accionistas não residentes no Luxemburgo

Pessoas singulares ou entidades colectivas não residentes e sem um estabelecimento permanente no Luxemburgo às quais são atribuíveis Acções não estão sujeitas ao imposto sobre mais-valias realizadas do Luxemburgo aquando da alienação das Acções nem sobre a distribuição recebida da Sociedade e as Acções não irão estar sujeitas ao imposto sobre o património líquido.

#### Foreign Account Tax Compliance Act de 2010 dos EUA (FATCA) e Norma Comum de Comunicação da OCDE ("CRS") de 2016

A FATCA foi promulgada nos EUA a 18 de Março de 2010 como parte da *Hiring Incentives to Restore Employment Act*. Inclui disposições ao abrigo das quais a Sociedade, enquanto Instituição Financeira Estrangeira ("FFI") poderá ter de reportar directamente ao Internal Revenue Service ("IRS") determinadas informações acerca de acções detidas por contribuintes dos EUA ou outras entidades estrangeiras sujeitas à FATCA e recolher informações de identificação adicionais para este efeito. As instituições financeiras que não celebrem um acordo com o Internal Revenue Service ("IRS") e cumpram o regime FATCA poderão estar sujeitas a um imposto sobre o rendimento de 30% sobre qualquer pagamento de rendimento obtido nos EUA, assim como sobre o produto bruto resultante da venda de títulos que gerem rendimento nos EUA a favor da Sociedade. A 28 de Março de 2014, o Grão-Ducado do Luxemburgo celebrou um Acordo Intergovernamental ("IGA") (Modelo 1) com os EUA e implementou o IGA na lei luxemburguesa em Julho de 2015.

A Norma Comum de Comunicação ("Common Reporting Standard – CRS") foi implementada pela Directiva do Conselho 2014/107/UE sobre a troca automática obrigatória de informações fiscais que foi adoptada a 9



de Dezembro de 2014 e foi implementada na lei luxemburguesa pela lei de 18 de Dezembro de 2015 relativa à troca automática de informações financeiras no âmbito da tributação ("Lei CRS"). A CRS tornou-se efectiva entre os estados-membros da UE a 1 de Janeiro de 2016. Ao abrigo da CRS poderá ser requerida à Sociedade a comunicação à autoridade fiscal do Luxemburgo de determinadas informações sobre acções detidas pelos investidores que sejam residentes fiscais num país aderente da CRS e a recolha de informações de identificação adicionais para este efeito.

A fim de cumprir as obrigações relativas à FATCA e à CRS poderá ser requerida à Sociedade a obtenção de determinadas informações dos seus Investidores para averiguar o respectivo estatuto fiscal. Ao abrigo da FATCA IGA acima referida, se o Investidor for uma pessoa especificada, tal como uma entidade detida nos EUA mas não uma entidade dos EUA, uma Instituição Financeira Estrangeira ("FFI") não participante ou não fornecer a documentação necessária, a Sociedade terá de reportar à autoridade fiscal do Luxemburgo informações relativas a estes Investidores, de acordo com as leis e os regulamentos aplicáveis, que, por sua vez, reportará estas informações ao *Internal Revenue Service* ("IRS"). Ao abrigo da CRS, se o Investidor for residente fiscal num país aderente à CRS e não fornecer a documentação solicitada, a Sociedade terá de reportar informações sobre estes Investidores à autoridade fiscal do Luxemburgo, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis. Desde que a Sociedade actue em conformidade com estas disposições, não estará sujeita a um imposto de retenção na fonte ao abrigo da FATCA.

Os Accionistas e os intermediários devem ter em atenção que, de acordo com a política existente da Sociedade, as Acções não são oferecidas nem vendidas em nome de Pessoas dos EUA ou Investidores que não forneçam as informações relativas à CSR adequadas. São proibidas transferências subsequentes de Acções a Pessoas dos EUA. Se as Acções forem beneficiariamente detidas por uma Pessoa dos EUA ou por uma pessoa que não tenha fornecido as informações relativas à CSR adequadas, a Sociedade poderá, segundo o seu critério, proceder ao resgate obrigatório dessas Acções. Para além disso, os Accionistas devem ter também em atenção que, ao abrigo da legislação FATCA, a definição de pessoas especificadas incluirá uma faixa mais ampla de Investidores comparativamente a outras legislações.

## **Tributação no Reino Unido**

### **(A) A Sociedade**

Os Administradores têm por objectivo conduzir os negócios da Sociedade de modo a assegurar que esta não se tornará residente no Reino Unido. Desta forma, e desde que a Sociedade não realize transacções no Reino Unido através de uma filial ou agência aí situada, a Sociedade não estará sujeita ao imposto sobre pessoas colectivas ou ao imposto sobre o rendimento do Reino Unido.

### **(B) Accionistas**

#### **Legislação relativa a Fundos Offshore**

A Parte 8 da Lei (Internacional e Outras Disposições) de Tributação de 2010 e o Instrumento Estatutário 2009/3001 (os "regulamentos para Fundos Offshore") estabelecem que, se um Investidor com residência ou normalmente residente no RU para efeitos de tributação

proceder à alienação de uma participação numa entidade *offshore* que constitua um "fundo *offshore*" e esse fundo *offshore* não se qualificar como um "reporting fund" ao longo do período durante o qual o Investidor detém essa participação, qualquer ganho realizado pelo Investidor com a venda, o resgate ou outra alienação da referida participação (incluindo uma possível alienação por morte) será tributado no acto da venda, resgate ou outra alienação como rendimento ("rendimentos *offshore*") e não como uma mais-valia. Para efeitos dessas disposições, a Sociedade é um "fundo *offshore*".

Todas as Classes de Acções da Sociedade são geridas com o objectivo de que se qualifiquem como "Reporting Funds" para efeitos de tributação. Desta forma, qualquer mais-valia decorrente da alienação de Acções da Sociedade não deverá ser requalificada como rendimento no âmbito dos regulamentos do Reino Unido relativos aos fundos *offshore*. Encontra-se disponível junto da Sociedade Gestora, mediante pedido, uma lista completa das Classes de Acções com estatuto de "Reporting". Encontra-se publicada no sítio Web do HM Revenue and Customs "HMRC", [www.gov.uk/government/publications/offshore-funds-list-of-reporting-funds](http://www.gov.uk/government/publications/offshore-funds-list-of-reporting-funds).

No âmbito dos regulamentos relativos aos fundos *offshore*, os Investidores em "Reporting Funds" estão sujeitos a impostos sobre a sua parte do rendimento do "Reporting Fund" relativamente a um período contabilístico, independentemente de o rendimento lhes ser ou não distribuído. Os titulares de Classes de Acções de Capitalização residentes no Reino Unido devem estar cientes de que terão de contabilizar e pagar impostos sobre os rendimentos que lhes tenham sido reportados relativamente às suas participações, numa base anual, através da sua declaração fiscal, independentemente de esse rendimento lhes ter sido ou não distribuído.

Para evitar quaisquer dúvidas, as distribuições que, de acordo com a cláusula 3.4 supramencionada, tenham sido reinvestidas em Acções adicionais deverão ser declaradas, para efeitos fiscais no RU, como tendo sido distribuídas aos Accionistas e posteriormente reinvestidas por eles, constituindo, assim, parte integrante do rendimento tributável do Accionista relativamente ao período em que o dividendo é considerado como tendo sido recebido.

De acordo com a Legislação relativa a Fundos Offshore, o rendimento declarável atribuível a cada Acção do Fundo será publicado num prazo de 10 meses após o final do período em análise no seguinte sítio Web da Schroders: <http://www.schroders.com/en/lu/professional-investor/fund-centre/fund-administration/income-tables/>.

É da responsabilidade do Investidor calcular e declarar o seu respectivo rendimento total declarável ao HMRC com base no número de Acções detidas no final do período em análise. Além do rendimento declarável atribuível a cada Acção do Fundo, o relatório incluirá informações sobre os montantes distribuídos por Acção e as datas de distribuição relativamente ao período em análise. Os Accionistas com necessidades específicas poderão solicitar que o seu relatório seja disponibilizado em formato de papel. Contudo, reservamo-nos o direito de cobrar por este serviço.

O Capítulo 3 da Parte 6 da Lei relativa a Impostos sobre Pessoas Colectivas de 2009 (*Corporation Tax Act 2009*) estipula que, se, em qualquer altura durante um período

contabilístico, uma pessoa abrangida pelo imposto sobre pessoas colectivas no RU detiver uma participação num fundo *offshore* nos termos das disposições relevantes da legislação fiscal, e se em qualquer altura desse período o fundo não satisfizer o "teste de investimentos qualificáveis", a participação detida por essa pessoa será tratada, durante esse período contabilístico, como direitos ao abrigo de uma relação de credor para efeitos do regime de relação de empréstimo. Um fundo *offshore* não satisfaz o "teste de investimentos qualificáveis" em qualquer altura em que mais de 60% dos seus activos, ao valor de mercado, consista de títulos de dívida pública e de empresas ou numerário em depósito ou certos contratos de derivados ou participações noutros organismos de investimento colectivo que, em qualquer momento durante o período contabilístico relevante, não satisfaçam eles próprios o "teste de investimentos qualificáveis". As Acções constituirão participações num fundo *offshore* e, com base nas políticas de investimento da Sociedade, esta poderia não satisfazer o "teste de investimentos qualificáveis".

### Imposto de Selo

As transferências de Acções não estarão sujeitas a imposto de selo no RU, a menos que o instrumento de transferência seja executado no RU, situação em que a transferência passa a estar sujeita no RU a um imposto de selo *ad valorem* à taxa de 0,5% do montante pago, arredondado até às 5 GBP mais próximas. No RU, não se aplica qualquer imposto de reserva sobre o imposto de selo (*stamp duty reserve tax*) sobre transferências de Acções ou acordos para transferência de Acções.

### Distribuições

No caso de Investidores individuais residentes no Reino Unido, as distribuições pagas por Fundos que detenham, num período contabilístico, mais de 60% dos seus activos em investimentos remunerados ou em investimentos que, do ponto de vista económico, sejam similares, são tratadas como um pagamento anual de juros. Quando as Acções forem detidas numa conta de poupanças individual ("ISA – Individual Savings Account"), este rendimento está isento de impostos. Relativamente a Acções detidas exteriormente a uma ISA, encontra-se disponível a partir de 6 de Abril de 2016 uma dedução para isentar as primeiras 1.000 GBP de rendimento de juros de impostos relativamente a contribuintes de taxa básica. Esta dedução é de 500 GBP para contribuintes de taxa mais elevada e nula para contribuintes de taxa adicional. O total de juros recebido superior à dedução num ano fiscal está sujeito a impostos às taxas aplicáveis a juros (actualmente 20%, 40% e 45%).

As distribuições pagas por Fundos que não tenham sempre mais de 60% dos respectivos activos em investimentos remunerados num período contabilístico são tratadas como dividendos estrangeiros.

Quando as Acções forem detidas externamente a uma ISA, está disponível uma isenção fiscal sobre os dividendos no valor de 2.000 £ e os dividendos totais recebidos num ano fiscal até esse montante serão isentos de imposto sobre o rendimento. Os dividendos que totalizarem um valor superior a esse montante serão sujeitos a impostos a taxas de 7,5%, 32,5% e 38,1% quando se enquadrarem nos escalões de taxa básica, taxa mais elevada e taxa adicional, respectivamente. Os dividendos recebidos sobre Acções detidas numa ISA continuarão a estar isentos de impostos.

### Compensação

A Sociedade realiza acordos de compensação completa. A compensação aplica-se a Acções adquiridas durante um Período de Distribuição. O montante do rendimento, calculado diariamente e incluído no preço de compra de todas as Acções compradas num Período de Distribuição, é devolvido aos titulares dessas Acções numa primeira distribuição, sob a forma de retorno de capital.

Sendo capital, não está sujeito a imposto sobre o rendimento e deve ser excluído do cálculo do rendimento declarável incluído numa declaração fiscal de um Accionista do Reino Unido. A componente de rendimento diário de todas as Acções é registada numa base de dados e disponibilizada, mediante pedido, junto da sede social da Sociedade, ou online, em [www.schroders.com/en/lu/professional-investor/fund-centre/fund-administration/equalisation/](http://www.schroders.com/en/lu/professional-investor/fund-centre/fund-administration/equalisation/).

O objectivo da aplicação da compensação é libertar os novos Investidores da Sociedade do pagamento de impostos sobre o rendimento já acumulado nas Acções que adquirem. A compensação não afectará Accionistas que detenham as suas Acções durante um Período de Distribuição completo.

## 3.6. Assembleias e Relatórios

### Assembleias

A assembleia-geral anual de Accionistas da Sociedade será realizada, de acordo com os regulamentos e as leis aplicáveis, no prazo de seis meses após o final de cada Ano Financeiro, na sede social da Sociedade ou noutro local no Grão-Ducado do Luxemburgo, conforme especificado na convocatória para essa assembleia. A assembleia-geral anual pode ser realizada no estrangeiro se, na opinião absoluta e final do Conselho de Administração, circunstâncias excepcionais assim o exigirem. As convocatórias para todas as assembleias-gerais de Accionistas serão enviadas por correio postal registado aos titulares de Acções com uma antecedência mínima de oito dias relativamente à data da assembleia. Essas convocatórias incluirão a ordem de trabalhos e especificarão o local da assembleia. Os requisitos legais relativos a convocatórias, quórum e votação em todas as assembleias-gerais e assembleias de Fundos ou de Classes de Acções, encontram-se referidos nos Estatutos. As assembleias de Accionistas de qualquer Fundo ou Classe de Acções deverão deliberar apenas sobre assuntos relacionados com esse Fundo ou essa Classe de Acções.

A convocatória de qualquer assembleia-geral de Accionistas poderá estabelecer que o quórum e a maioria nessa assembleia-geral sejam determinados de acordo com as Acções emitidas e em circulação numa determinada data e hora anteriores à assembleia-geral (a "Data de Registo"). O direito de um Accionista participar numa assembleia-geral de Accionistas e de exercer os direitos de voto associados às suas Acções será determinado por referência às Acções detidas por este Accionista na Data de Registo.

### Relatórios

O Ano Financeiro da Sociedade termina a 30 de Setembro de cada ano. Podem ser obtidas cópias dos relatórios financeiros anuais e semestrais no sítio Web [www.schroders.lu](http://www.schroders.lu) e gratuitamente na sede social da Sociedade. Esses relatórios fazem parte integrante do presente Prospecto.

### 3.7. Detalhes das Acções

#### Direitos dos Accionistas

As Acções emitidas pela Sociedade poderão ser transferidas livremente e dão direito a participar igualmente nos lucros e, no caso de Acções de Distribuição, nos dividendos das Classes de Acções a que se referem e no património líquido dessa Classe de Acções em caso de liquidação. As Acções não conferem quaisquer direitos preferenciais ou prioritários.

#### Votação

Nas assembleias-gerais, cada Accionista tem direito a um voto por cada Acção inteira detida.

Um Accionista de um Fundo ou Classe de Acções específicos terá direito, em qualquer assembleia individual de Accionistas desse Fundo ou Classe, a um voto por cada Acção inteira detida desse Fundo ou dessa Classe de Acções.

No caso de titularidade conjunta, apenas o Accionista designado em primeiro lugar poderá votar.

#### Resgate obrigatório

Os Administradores poderão impor ou retirar restrições sobre quaisquer Acções e, se necessário, obrigar ao resgate de Acções como forma de garantir que as mesmas não sejam adquiridas nem detidas por, ou em nome de, qualquer pessoa quando tal constituir uma violação da lei ou de exigências de qualquer país ou governo ou autoridade reguladora, ou cuja titularidade possa ter consequências fiscais ou outras de natureza pecuniária adversas para a Sociedade, incluindo, uma exigência de registo ao abrigo das leis e regulamentos de qualquer país ou autoridade. Os Administradores poderão, neste âmbito, exigir que o Accionista forneça as informações que considerem necessárias para apurar se o mesmo é o beneficiário efectivo das Acções detidas.

Se, em qualquer altura, os Administradores tiverem conhecimento de que uma Pessoa dos EUA, ou uma pessoa especificada para efeitos da FATCA, é beneficiária efectiva de Acções, a Sociedade terá o direito de proceder ao resgate obrigatório dessas Acções.

#### Transferências

A transferência de Acções nominativas pode ser efectuada mediante a entrega à Sociedade Gestora de um formulário próprio de transferência de Acções devidamente assinado.

#### Direitos em caso de dissolução

A Sociedade foi constituída por um período indeterminado. Contudo, a Sociedade poderá ser liquidada a qualquer momento por uma resolução adoptada em assembleia-geral extraordinária de Accionistas, na qual serão nomeados um ou mais liquidatários e definidos os respectivos poderes. A liquidação será realizada de acordo com as disposições da lei do Luxemburgo. O produto líquido da liquidação correspondente a cada Fundo deverá ser distribuído pelos liquidatários aos Accionistas do Fundo relevante, de forma proporcional ao valor da sua detenção de Acções, em numerário ou, mediante o consentimento prévio dos Accionistas, em espécie.

Se e quando os activos líquidos de todas as Classes de Acções de um Fundo forem inferiores a 50.000.000 EUR ou o equivalente noutra moeda, ou, no caso de uma Classe de Acções, se essa Classe de Acções descer para um montante inferior a 10.000.000 EUR ou o equivalente noutra moeda, ou quaisquer outros montantes conforme possam ser determinados periodicamente pelos Administradores como

sendo o nível mínimo para que os activos desse Fundo sejam operados de forma economicamente eficiente, ou se qualquer situação económica ou política vier a constituir razão determinante para tal, ou se tal se revelar necessário para defender os interesses dos Accionistas do Fundo relevante, os Administradores poderão decidir proceder ao resgate de todas as Acções desse Fundo ou à respectiva liquidação. Numa tal eventualidade, os Accionistas serão notificados através da publicação de um aviso de resgate ou de um aviso de liquidação (ou de qualquer outra forma de notificação) pela Sociedade, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis no Luxemburgo, antes do resgate obrigatório, e ser-lhes-á pago o Valor Patrimonial Líquido das Acções da Classe de Acções relevante detidas à data do resgate.

Nas mesmas circunstâncias anteriormente referidas, os Administradores poderão também decidir proceder à reorganização de qualquer Fundo através da sua divisão em dois ou mais Fundos independentes da Sociedade ou de outro OICVM. Essa decisão será publicada ou notificada da forma acima descrita, devendo a publicação ou notificação, além disso, conter informação relativa aos dois ou mais Fundos independentes que irão resultar dessa reorganização. Essa publicação ou notificação será realizada com uma antecedência mínima de um mês relativamente à data em que a reorganização se tornará efectiva, para permitir que os Accionistas possam solicitar o resgate ou a troca das respectivas Acções antes de se concretizar essa reorganização.

Se, por qualquer motivo, os activos líquidos de uma Classe de Acções tiverem diminuído, ou não tiverem atingido um montante determinado pelo Conselho (no interesse dos Accionistas) como sendo o nível mínimo para essa Classe de Acções ser operada de forma eficiente, o Conselho poderá decidir proceder à realocação dos activos e passivos dessa Classe de Acções nos de uma ou várias outras Classes de Acções da Sociedade e re-designar as Acções da(s) Classe(s) em causa como Acções de outra(s) Classe(s) de Acção(ões), (após uma divisão ou consolidação, se necessário, e o pagamento aos Accionistas do montante correspondente a qualquer direito fraccionado). O Accionista das Classes de Acções em questão será informado da reorganização através de um aviso e/ou de qualquer outra forma, conforme exigido ou permitido pelas leis e regulamentos aplicáveis do Luxemburgo.

Qualquer fusão de um Fundo com outro Fundo da Sociedade ou com outro OICVM ou OIC (sujeito à lei do Luxemburgo ou não), de qualquer fundo do mesmo, ou uma fusão da Sociedade com outro OICVM ou OIC (sujeito à lei do Luxemburgo ou não) (ou qualquer fundo do mesmo) deverá ser decidida pelo Conselho de Administração, excepto se o Conselho de Administração decidir submeter a decisão da fusão para a assembleia-geral de Accionistas do Fundo em questão. No último caso, não é necessário quórum para esta assembleia-geral e a decisão da fusão é tomada por uma maioria simples dos votos expressos. Essa fusão será efectuada em conformidade com as disposições da Lei.

Qualquer produto da liquidação não reclamado pelos Accionistas no fecho da liquidação de um Fundo será depositado em custódia na "Caisse de Consignations". Os montantes não reclamados do depósito em custódia dentro do período fixado por lei poderão estar sujeitos a confiscação, de acordo com o disposto na lei do Luxemburgo.

# Anexo I

## Restrições ao investimento

Os Administradores adoptaram as seguintes restrições relativamente ao investimento dos activos da Sociedade e às suas actividades. Estas restrições e políticas poderão ser periodicamente alteradas pelos Administradores se e quando os mesmos considerarem que essas alterações têm em vista a defesa dos interesses da Sociedade, caso em que o presente Prospecto será actualizado.

Uma vez que a Sociedade é constituída por mais de um Fundo, cada Fundo deverá ser considerado como um OICVM separado para efeitos da presente secção.

### 1. Investimento em Valores Mobiliários e Activos Líquidos

(A) A Sociedade investirá em:

- (1) valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário admitidos ou negociados num Mercado Regulamentado; e/ou
- (2) valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário negociados noutro mercado de um estado-membro da UE que seja regulamentado, que opere regularmente, que seja reconhecido e que esteja aberto ao público; e/ou
- (3) valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário admitidos a cotação oficial em bolsa numa bolsa de valores de um estado não-membro da UE que seja regulamentada, que opere regularmente, que seja reconhecida e que esteja aberta ao público; e/ou
- (4) valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos recentemente, desde que
  - (I) os termos de emissão incluam um compromisso de que será feito um pedido para admissão a cotação oficial numa bolsa de valores ou noutro Mercado Regulamentado que opere regularmente, seja reconhecido e esteja aberto ao público e
  - (II) essa admissão seja garantida num prazo de um ano após a emissão; e/ou
- (5) acções de OICVM e/ou outros OIC, domiciliados ou não num Estado-Membro da UE, desde que:
  - (I) esses outros OIC tenham sido autorizados de acordo com leis que determinem que ficam sujeitos a uma supervisão considerada pela CSSF como sendo equivalente à prevista na legislação da UE, e que a cooperação entre autoridades está suficientemente assegurada,
  - (II) o nível de protecção dos Accionistas desses OIC seja equivalente ao garantido aos Accionistas de um OICVM e, em particular, que os regulamentos sobre segregação de activos, contracção de empréstimos, concessão de empréstimos e vendas a descoberto de valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário sejam equivalentes aos requisitos da Directiva OICVM,
  - (III) a actividade de tais OIC seja apresentada em relatórios semestrais e anuais para permitir uma avaliação dos activos e passivos, rendimento e operações durante o período em análise,
  - (IV) não possam ser investidos mais de 10% dos activos do OICVM ou dos outros OIC, cuja aquisição tenha sido contemplada, em unidades de outros OICVM ou outros OIC, de acordo com os respectivos documentos de constituição; e/ou
- (6) depósitos em instituições de crédito cujo reembolso seja efectuado após solicitação ou que possam ser utilizados, com uma maturidade não superior a 12 meses, desde que a instituição de crédito tenha a sua sede social num país que seja um Estado-Membro da UE ou, se a sede social da instituição de crédito estiver situada num estado que não seja membro da UE, desde que a mesma esteja sujeita a regras prudenciais consideradas pela CSSF como sendo equivalentes às previstas na legislação da UE; e/ou
- (7) instrumentos financeiros derivados, incluindo instrumentos equivalentes liquidados em numerário, negociados num Mercado Regulamentado e/ou instrumentos financeiros derivados negociados em mercado de balcão, desde que:
  - (I) o subjacente consista em títulos contemplados nesta secção 1 (A), índices financeiros, taxas de juro, taxas de câmbio ou moedas estrangeiras, nos quais os Fundos possam investir de acordo com o seu objectivo de investimento;
  - (II) as contrapartes das transacções com derivados OTC sejam instituições sujeitas a supervisão prudencial e estejam integradas nas categorias aprovadas pela CSSF;
  - (III) os derivados OTC sejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou fechados por uma transacção de compensação a qualquer momento, pelo seu valor justo, por iniciativa da Sociedade; e/ou
- (8) instrumentos do mercado monetário, para além dos negociados num Mercado Regulamentado, desde que a emissão ou o emitente desses instrumentos sejam regulados, tendo em vista a protecção dos Investidores e das poupanças, e desde que esses instrumentos sejam:
  - (I) emitidos ou garantidos por uma autoridade central, regional ou local, ou por um banco central de um Estado-Membro da UE, pelo Banco Central Europeu, pela UE ou pelo Banco Europeu de Investimentos, por um Estado não-Membro da UE ou, no caso de um Estado Federal, por um dos membros que integrem a federação, ou por um organismo público internacional a que pertençam um ou mais Estados-Membros da UE, ou
  - (II) emitidos por um organismo cujos títulos sejam negociados num Mercado Regulamentado, ou



- (III) emitidos ou garantidos por um organismo sujeito a supervisão prudencial em conformidade com critérios definidos na legislação da UE ou por um organismo sujeito a, e em conformidade com, regras prudenciais consideradas pela CSSF como sendo, pelo menos, tão rigorosas quanto as definidas na legislação da UE, ou
- (IV) emitidos por outros organismos que integrem categorias aprovadas pela CSSF, desde que os investimentos em tais instrumentos se encontrem sujeitos a mecanismos de protecção do investidor equiparáveis aos previstos no primeiro, segundo ou terceiro pontos, e desde que o emitente seja uma sociedade com capital e reservas no montante mínimo de 10.000.000 EUR que divulga e publica os seus relatórios e contas anuais em conformidade com a Directiva 2013/34/UE de 26 de Junho de 2013, que seja uma entidade que, no âmbito de um grupo de empresas que integre uma ou mais empresas cotadas em bolsa, se dedique ao financiamento do grupo, ou que seja uma entidade que se dedique ao financiamento de veículos de securitização que beneficiem de uma linha de financiamento bancário.
- (9) Além disso, a Sociedade poderá investir até um máximo de 10% do Valor Patrimonial Líquido de qualquer Fundo em valores mobiliários ou instrumentos do mercado monetário diferentes dos referidos nas alíneas (A) (1) a (A) (4) e (A) (8) acima.
- (B) Cada Fundo poderá deter activos líquidos suplementares. Activos líquidos utilizados para suportar a exposição resultante da utilização de instrumentos financeiros derivados não são considerados activos líquidos suplementares.
- (C) (1) Cada Fundo não poderá investir mais de 10% do seu Valor Patrimonial Líquido em valores mobiliários ou instrumentos do mercado monetário emitidos pela mesma entidade emitente (e, no caso de *credit-linked securities*, a entidade emitente dos *credit-linked securities* e a entidade emitente dos títulos subjacentes). Cada Fundo não poderá investir mais de 20% do seu património líquido em depósitos efectuados junto da mesma entidade. A exposição de risco a uma contraparte de um Fundo numa transacção de derivados OTC não poderá exceder 10% do seu património líquido se a contraparte for uma das instituições de crédito referidas na alínea 1 (A) (6) acima, ou 5% dos seus activos líquidos nos outros casos.
- (2) Além disso, se um Fundo detiver investimentos em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário de qualquer emitente que, individualmente, represente mais de 5% do Valor Patrimonial Líquido desse Fundo, o total desses investimentos não deverá exceder 40% do Valor Patrimonial Líquido desse Fundo.
- Esta limitação não se aplica aos depósitos e transacções de derivados OTC efectuados junto de instituições financeiras sujeitas a supervisão prudencial.
- Sem prejuízo dos limites individuais definidos na alínea (C)(1), um Fundo não poderá acumular:
- investimentos em valores mobiliários ou instrumentos do mercado monetário emitidos por,
  - depósitos efectuados junto de, e/ou
  - exposição a riscos resultantes de transacções de derivados OTC com uma só entidade numa percentagem superior a 20% dos seus activos líquidos.
- (3) O limite de 10% fixado na alínea (C)(1) acima será de 35% no caso de valores mobiliários ou instrumentos do mercado monetário emitidos ou garantidos por um Estado-Membro da UE, pelas respectivas autoridades locais, ou por um Estado Elegível ou por organismos públicos internacionais de que façam parte um ou mais Estados-Membros da UE.
- (4) O limite de 10% fixado na alínea (C) (1) anterior será de 25% no caso de títulos de dívida emitidos por instituições de crédito com sede social num Estado-Membro da UE e que, nos termos da lei, estejam sujeitas a supervisão pública específica de forma a proteger os titulares desses títulos de dívida, desde que o montante resultante da emissão desses títulos de dívida seja investido, nos termos do disposto na lei aplicável, em activos que sejam suficientes para assegurar a cobertura das obrigações decorrentes desses títulos de dívida durante todo o período de validade dessas obrigações e que sejam prioritariamente utilizados no reembolso do capital e pagamento de juros em caso de incumprimento por parte desse emitente.
- Se um Fundo investir mais de 5% dos seus activos em títulos de dívida como os referidos na subalínea acima e emitidos por um só emitente, o valor total de tais investimentos não poderá exceder 80% do valor dos activos desse Fundo.
- (5) Os valores mobiliários e os instrumentos do mercado monetário referidos nas alíneas (C)(3) e (C) (4) não estão incluídos no cálculo do limite de 40% referido na alínea (C)(2).
- Os limites estabelecidos nas alíneas (C)(1), (C)(2), (C) (3) e (C)(4) acima não podem ser acumulados e, por isso, o valor dos investimentos em valores mobiliários e em instrumentos do mercado monetário emitidos pela mesma entidade, em depósitos ou instrumentos financeiros derivados nessa mesma entidade, efectuados de acordo com as alíneas (C)(1), (C)(2), (C)(3) e (C)(4), não poderá, em caso algum, exceder um total de 35% do Valor Patrimonial Líquido de cada Fundo.
- As empresas que, para efeitos de consolidação de contas, nos termos previstos na Directiva ou de acordo com normas internacionais de contabilidade reconhecidas, façam parte de um mesmo grupo, são consideradas como uma só entidade para efeitos de cálculo dos limites previstos nesta alínea (C).
- Um Fundo poderá, cumulativamente, investir até 20% do seu património líquido em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário de um mesmo grupo.
- (6) Sem prejuízo dos limites definidos na alínea (D), os limites previstos nesta alínea (C) serão de 20% no caso de investimentos em acções e/ou obrigações

emitidas pela mesma entidade, se a política de investimento de um Fundo tiver como objectivo reproduzir a composição de um determinado índice de acções ou obrigações, reconhecido pela CSSF, desde que:

- a composição do índice seja suficientemente diversificada,
- o índice represente um índice de referência adequado ao mercado a que se refere,
- o índice seja publicado de forma adequada.

O limite referido na subalínea acima subirá para 35% quando o mesmo se justificar por condições excepcionais de mercado, em especial nos Mercados Regulamentados onde determinados valores mobiliários ou instrumentos do mercado monetário tenham um peso significativo, desde que o investimento até 35% apenas seja permitido para um só emitente.

- (7) Se, em conformidade com o princípio da diversificação do risco, um Fundo tiver investido em valores mobiliários ou instrumentos do mercado monetário emitidos ou garantidos por um Estado-Membro da UE, pelas respectivas autoridades locais, por um Estado não-Membro da UE, por um Estado Elegível, por um Estado-Membro do Grupo dos vinte (G20), pela República de Singapura, pela Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China ou por organismos públicos internacionais de que façam parte um ou mais Estados-Membros da UE, a Sociedade poderá investir 100% do Valor Patrimonial Líquido de qualquer Fundo em tais valores mobiliários, desde que esse Fundo detenha valores mobiliários de, pelo menos, seis emissões diferentes e os valores mobiliários de qualquer uma das emissões não representem mais de 30% do Valor Patrimonial Líquido do Fundo.

Sem prejuízo do respeito pelo princípio da diversificação do risco, um Fundo não necessita de cumprir os limites estabelecidos nesta alínea (C) durante o período de seis meses que se segue à data da sua autorização.

- (D) (1) A Sociedade não poderá adquirir normalmente quaisquer acções com direitos de voto que lhe permitam exercer uma influência significativa na gestão da entidade emissora.
- (2) Cada Fundo não poderá adquirir mais de (a) 10% das acções sem direito a voto de um mesmo emitente, (b) 10% do valor dos títulos de dívida de um mesmo emitente, (c) 10% dos instrumentos do mercado monetário de um mesmo emitente, e/ou (d) 25% das unidades de um fundo do mesmo OICVM ou outro OIC. Contudo, os limites estabelecidos nas alíneas (b), (c) e (d) acima poderão não ser respeitados à data da aquisição se, a essa data, não for possível calcular o montante bruto dos títulos de dívida ou dos instrumentos do mercado monetário, ou o montante líquido dos títulos em emissão.
- (3) Os limites estabelecidos nas alíneas (D)(1) e (2) acima não se aplicam:
- (4) aos valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos ou garantidos por um Estado-Membro da UE ou pelas respectivas autoridades locais;

- (5) aos valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos ou garantidos por qualquer outro Estado Elegível;
- (6) aos valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos por organismos públicos internacionais que integrem um ou mais Estados-Membros da UE; ou
- (7) às acções detidas no capital de uma empresa constituída num Estado não-Membro da União Europeia que invista os seus activos principalmente em títulos de emitentes com sede social nesse Estado, caso essa participação, ao abrigo da legislação desse Estado, represente a única via através da qual os activos de tal Fundo podem ser investidos nos títulos de entidades emissoras desse Estado, desde que, no entanto, a política de investimento dessa empresa observe os limites estabelecidos nos Artigos 43, 46 e 48 (1) e (2) da Lei.

- (E) Nenhum Fundo poderá investir mais de 10% dos seus activos líquidos em unidades de participação de OICVM ou outros OIC. Para além disso, serão aplicáveis os seguintes limites:

- (1) Se for permitido a um Fundo investir mais de 10% do seu património líquido em acções de OICVM e/ou OIC, tal Fundo não poderá investir mais de 20% dos seus activos líquidos em acções de um único OICVM ou outro OIC.

Os investimentos em unidades de participação de OIC que não os OICVM não podem, no conjunto, exceder 30% dos activos líquidos de um Fundo.

- (2) Se um Fundo investir em acções de outros OICVM e/ou outros OIC associados à Sociedade pela existência de uma gestão ou controlo comuns, ou por uma participação directa ou indirecta, superior a 10% do capital ou dos direitos de voto, ou geridos por uma sociedade gestora associada ao Gestor de Investimentos, não serão cobradas quaisquer comissões de subscrição ou resgate à Sociedade decorrentes do seu investimento em acções desses OICVM e/ou OIC.

No que se refere aos investimentos de um Fundo em OICVM e outros OIC associados à Sociedade conforme referido na alínea anterior, o total da comissão de gestão (excluindo qualquer comissão de desempenho, se aplicável) cobrada a esse Fundo e a cada OICVM ou outros OIC em questão não deverá exceder 3,75% dos activos líquidos relevantes sob gestão. A Sociedade indicará no seu relatório anual todas as comissões de gestão cobradas, quer ao Fundo em questão, quer aos OICVM e outros OIC em que esse Fundo tenha investido durante o período em causa.

- (3) Um Fundo não poderá adquirir mais de 25% das acções de um mesmo OICVM e/ou de outros OIC. Este limite poderá não ser respeitado no momento da aquisição se, nesse momento, o montante bruto das acções em emissão não puder ser calculado. No caso de um OICVM ou outro OIC com múltiplos subfundos, esta restrição é aplicável tendo como referência todas as acções emitidas pelo OICVM/OIC em questão, incluindo todos os subfundos.

- (4) Os investimentos subjacentes detidos por OICVM ou outros OIC nos quais os Fundos invistam não têm de ser considerados para efeitos das restrições ao investimento fixadas anteriormente na secção 1 (C).
- (F) Um Fundo (o "Fundo Investidor") poderá subscrever, adquirir e/ou deter títulos a emitir ou emitidos por um ou mais Fundos (cada um deles, um "Fundo-alvo") sem que a Sociedade fique sujeita aos requisitos da Lei de 10 de Agosto de 1915 relativa a sociedades comerciais, na redacção em vigor, no que diz respeito à subscrição, aquisição e/ou detenção das suas próprias acções por parte de uma empresa, desde que, no entanto:
- (1) o Fundo-alvo ou Fundos-alvo não invistam, por sua vez, no Fundo Investidor investido neste ou nestes Fundos-alvo; e
  - (2) não possam ser investidos mais de 10% dos activos do Fundo-alvo ou dos Fundos-alvo cuja aquisição é contemplada, em conjunto, em unidades de outros Fundos-alvo; e
  - (3) os direitos de voto, se existentes, inerentes às acções do Fundo-alvo ou dos Fundos-alvo sejam suspensos durante o tempo em que estas são detidas pelo Fundo Investidor em questão, sem prejuízo do processamento adequado nas contas e relatórios periódicos; e
  - (4) em qualquer caso, e enquanto estes títulos forem detidos pelo Fundo Investidor, o seu valor não seja levado em consideração no cálculo do património líquido da Sociedade para efeitos de verificação do limite mínimo dos activos líquidos imposto pela Lei.

## 2. Investimentos Noutros Activos

- (A) A Sociedade não investirá em metais preciosos, em produtos primários ou em certificados representativos dos mesmos. Tal não impede que a Sociedade obtenha exposição a metais preciosos ou a matérias-primas através do investimento em instrumentos financeiros garantidos por metais preciosos ou por matérias-primas ou em instrumentos financeiros cujo desempenho esteja ligado a matérias-primas.
- (B) A Sociedade não procederá à compra ou venda de imóveis ou de opções, direitos ou interesses sobre os mesmos, desde que a Sociedade possa investir em títulos garantidos por imóveis ou interesses relativos aos mesmos ou emitidos por empresas que invistam em imóveis ou interesses relativos aos mesmos.
- (C) A Sociedade não poderá levar a cabo vendas a descoberto de valores mobiliários, instrumentos de mercado monetário ou outros instrumentos financeiros referidos nas secções 1(A) (5), (7) e (8).
- (D) A Sociedade apenas pode contrair empréstimos por conta de qualquer Fundo se os valores, em conjunto, não excederem 10% do Valor Patrimonial Líquido do Fundo e apenas se se tratar de empréstimos temporários. Para efeitos desta restrição, os empréstimos *back to back* não são considerados empréstimos contraídos.
- (E) A Sociedade não poderá hipotecar, penhorar ou onerar por hipoteca como caução de dívida, títulos detidos por conta de um Fundo, excepto se os empréstimos referidos anteriormente em (D) o justificarem, caso em que tais hipotecas ou penhoras não poderão exceder 10% do Valor Patrimonial Líquido de cada Fundo. Nas transacções com *swaps*, contratos de opções e cambiais

a prazo ou transacções de futuros, o depósito de títulos ou de outros activos numa conta independente não será considerado, para este efeito, como hipoteca ou penhora.

- (F) A Sociedade não subscreverá, directa ou indirectamente, títulos de outros emitentes.
- (G) A Sociedade respeitará, em relação a cada Fundo, outras restrições que possam vir a ser exigidas pelas autoridades de supervisão de qualquer país onde as Acções sejam comercializadas.

## 3. Instrumentos Financeiros Derivados

Conforme especificado anteriormente na secção 1(A)(7), a Sociedade poderá, relativamente a cada Fundo, investir em instrumentos financeiros derivados, incluindo, entre outros, os descritos mais detalhadamente a seguir.

No que se refere aos Fundos que utilizam a abordagem de compromisso detalhada abaixo, a Sociedade deverá assegurar que a exposição global de cada Fundo em termos de instrumentos financeiros derivados não excede os activos líquidos totais desse Fundo. A exposição total do Fundo ao risco não poderá, consequentemente, exceder 200% dos respectivos activos líquidos totais. Além disso, esta exposição total ao risco não poderá ser aumentada em mais de 10% através de empréstimos temporários (conforme acima referido na secção 2(D)), de forma a não exceder 210% dos activos líquidos totais de qualquer Fundo em qualquer circunstância.

A exposição global relacionada com instrumentos financeiros derivados é calculada tendo em consideração o valor actual dos activos subjacentes, o risco da contraparte, os movimentos de mercado previsíveis e o tempo disponível para liquidar as posições. O mesmo se deverá aplicar às sublinéas seguintes.

Cada Fundo poderá investir, como parte da sua política de investimento e respeitando os limites estipulados na secção 1 (A)(7) e na secção 1(C)(5), em instrumentos financeiros derivados, desde que a exposição aos activos subjacentes não exceda, globalmente, os limites ao investimento referidos nas secções 1(C)(1) a (6). Se um Fundo investir em instrumentos financeiros derivados indexados a um índice, estes investimentos não têm de ser conjugados com os limites definidos na secção 1(C). Quando um valor mobiliário ou instrumento do mercado monetário inclui um instrumento financeiro derivado, este último deve ser tido em consideração aquando da conformidade com os requisitos destas restrições. Se um Fundo investir em índices diversificados dentro dos limites estipulados na secção 1(A) (7), a exposição aos índices individuais irá cumprir os limites estabelecidos na secção 1(C)(6). Se um Fundo investir em índices não diversificados elegíveis, a exposição aos índices individuais irá cumprir as regras dos rácios 5/10/40% estabelecidas nas secções 1(C)(1) e (2). Os valores mobiliários ou instrumentos do mercado monetário garantidos por outros activos não são considerados como incluindo um instrumento financeiro derivado.

Os Fundos poderão utilizar instrumentos financeiros derivados para fins de investimento e de cobertura de risco, dentro dos limites impostos pelos Regulamentos. A utilização destes instrumentos e técnicas não deverá, em circunstância alguma, fazer com que o Fundo se afaste da sua política ou objectivo de investimento. Os riscos relativamente aos quais os Fundos poderão ser cobertos poderão ser, por exemplo, o risco de mercado, o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito, o risco de volatilidade ou o risco de inflação.

Cada Fundo poderá investir em instrumentos financeiros derivados transaccionados em mercado de balcão (OTC), incluindo, entre outros, *swaps* de retorno total, contratos por diferenças ou outros instrumentos financeiros derivados com características semelhantes, em conformidade com as condições estipuladas no Anexo I e na política e objectivo de investimento de cada Fundo. Esses derivados transaccionados em mercado de balcão devem estar sob a custódia do Depositário.

Um *swap* de retorno total é um acordo no qual uma das partes (pagador de retorno total) transfere o desempenho económico total de uma obrigação de referência para a outra parte (recebedor de retorno total). O desempenho económico total inclui o rendimento de juros e comissões, mais-valias ou menos-valias resultantes de movimentos do mercado e perdas de crédito.

Os *swaps* de retorno total celebrados pelo Fundo podem ser apresentados sob a forma de *swaps* financiados e/ou não financiados. Um *swap* não financiado significa um *swap* face ao qual não é efectuado um pagamento inicial pelo recebedor de retorno total no início. Um *swap* financiado significa um *swap* face ao qual o recebedor de retorno total paga um montante inicial em troca do retorno total do activo de referência, podendo, por conseguinte, ser mais dispendioso devido ao requisito de pagamento inicial.

Todas as receitas provenientes dos *swaps* de retorno total, líquidas de comissões e custos operacionais directos e indirectos, serão devolvidas a cada Fundo.

#### Acordos relativos a Derivados OTC

Um Fundo pode celebrar acordos relativamente a derivados OTC. As contrapartes de quaisquer operações com derivados financeiros OTC, tais como *swaps* de retorno total, contratos por diferenças ou outros instrumentos financeiros derivados com características semelhantes, realizadas por um Fundo, são seleccionadas a partir de uma lista de contrapartes aprovada pela Sociedade Gestora. As contrapartes serão instituições – que são instituições de crédito com sede social num estado-membro da UE, ou sociedades de investimento – que são autorizadas ao abrigo da directiva DMIF ou de um conjunto de regras equivalentes ou que são instituições financeiras reconhecidas e sujeitas a supervisão prudencial, com, no início da negociação, uma notação de, no mínimo, BBB/Baa2 ou equivalente para Instituições Financeiras com Importância Sistémica (SIFI) globais ou nacionais ou, no mínimo, A- ou equivalente se não forem SIFI. As contrapartes não terão poder de decisão quanto à composição ou gestão da carteira de Fundos relevante ou quanto aos activos subjacentes dos instrumentos financeiros derivados. A lista de contrapartes aprovadas pode ser alterada pela Sociedade Gestora. A identidade das contrapartes será divulgada no relatório anual da Sociedade.

#### Exposição Global

A exposição global será calculada utilizando a abordagem de compromisso ou a abordagem do Valor em Risco (VaR). Tal será especificado no Anexo III relativamente a cada Fundo.

#### Abordagem de Compromisso

No âmbito da abordagem de compromisso, as posições em derivados financeiros de um Fundo são convertidas no valor de mercado da posição equivalente no activo subjacente; ou no valor notional ou preço dos contratos de futuros, se forem mais conservadores. Também poderão ser utilizadas regras de compensação e cobertura. No âmbito desta

abordagem, a exposição global de um Fundo relativamente a instrumentos financeiros derivados encontra-se limitada a 100% do respectivo Valor Patrimonial Líquido.

#### Abordagem VaR

Os relatórios VaR serão elaborados e supervisionados diariamente com base nos seguintes critérios:

- período de participação de 1 mês;
- intervalo de confiança unilateral de 99%;
- um período efectivo de observação do histórico no mínimo de um ano (250 dias), excepto se as condições de mercado exigirem um período de observação mais breve; e
- actualização dos parâmetros utilizados no modelo, no mínimo, trimestralmente.

Serão também utilizados testes de *stress*, no mínimo, uma vez por mês.

Os limites VaR são definidos através de uma abordagem absoluta ou relativa.

#### Abordagem VaR Absoluta

A abordagem VaR absoluta é geralmente adequada na ausência de um índice de referência ou de uma carteira de referência identificável, por exemplo, com fundos de retorno absoluto. De acordo com a abordagem VaR absoluta, é definido um limite como uma percentagem do Valor Patrimonial Líquido do Fundo. O limite VaR absoluto de um Fundo tem de ser definido para uma percentagem igual ou inferior a 20% do respectivo Valor Patrimonial Líquido. Este limite baseia-se num período de participação de 1 mês e num intervalo de confiança unilateral de 99%.

#### Abordagem VaR Relativa

A abordagem VaR relativa é utilizada para Fundos relativamente aos quais está definido um VaR de referência que reflecte a estratégia de investimento seguida pelo Fundo. De acordo com a abordagem VaR relativa, é definido um limite como um múltiplo do VaR de um índice ou carteira de referência. O limite VaR relativo de um fundo tem de ser definido para um VaR igual ou inferior a duas vezes o VaR de referência do Fundo. No Anexo III do presente documento são apresentadas informações sobre o VaR de referência específico utilizado.

### 4. Utilização de Técnicas e Instrumentos relacionados com Valores Mobiliários e Instrumentos do Mercado Monetário

Técnicas e instrumentos (incluindo, entre outros, o empréstimo de valores mobiliários ou acordos de recompra e de revenda) relacionados com valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário podem ser utilizados por cada Fundo no sentido de uma gestão eficiente da carteira e quando tal seja do melhor interesse do Fundo e esteja em consonância com o objectivo de investimento e o perfil de risco do Investidor.

Na medida do permitido pelos Regulamentos e respeitando os limites prescritos pelos mesmos, cada Fundo poderá, com a finalidade de gerar capital ou rendimento adicional ou de reduzir os respectivos custos ou riscos, participar como comprador ou vendedor em acordos de recompra e de revenda opcional ou não opcional e envolver-se em operações de empréstimo de valores mobiliários.



Por enquanto, os Fundos não irão participar em acordos de recompra e de revenda e não se envolverão em operações de empréstimo de valores mobiliários. Se algum Fundo usar tais técnicas e instrumentos no futuro, a Sociedade cumprirá as regulamentações aplicáveis, particularmente a circular CSSF 14/592 relativa às directrizes ESMA sobre ETF e outras questões relacionadas com OICVM e a [Regulamentação \(UE\) 2015/2365](#) de 25 de Novembro de 2015 relativa à transparência de transacções de financiamento de títulos e de reutilização. O Prospecto será actualizado antes da utilização dessas técnicas e instrumentos.

### Empréstimo de Títulos

Cada fundo só se envolverá em transacções de empréstimo de títulos com instituições prestigiadas especializadas nestes tipos de transacções e que estão sujeitas a supervisão prudencial considerada pela CSSF como equivalente à prevista na legislação da UE.

Cada Fundo deverá garantir ser capaz, em qualquer momento, de recuperar qualquer valor mobiliário que tenha sido emprestado ou de rescindir qualquer contrato de empréstimo de valores mobiliários que tenha celebrado.

No que respeita a empréstimos de títulos, o Fundo deverá garantir que a respectiva contraparte entrega e mantém, diariamente, garantias correspondentes, pelo menos, ao valor de mercado dos títulos emprestados. Tais garantias devem cumprir os requisitos estabelecidos na secção 5 - "Gestão de Garantias", abaixo.

### Acordos de Recompra e de Revenda

Cada Fundo só celebrará acordos de recompra e de revenda com contrapartes sujeitas a regras de supervisão prudencial consideradas pela CSSF como equivalentes àquelas previstas na legislação da UE.

Um Fundo que celebrar um acordo de revenda deverá garantir ser capaz, em qualquer momento, de recuperar o valor total de numerário ou de rescindir o acordo de revenda.

Um Fundo que celebrar um acordo de recompra deve garantir ser capaz, em qualquer momento, de recuperar quaisquer valores mobiliários sujeitos ao acordo de recompra ou de rescindir o contrato de recompra que celebrou.

Os acordos de recompra e revenda a prazo que não excedam sete dias serão considerados acordos que permitem que os activos sejam recuperados em qualquer momento pelo Fundo.

Cada Fundo deverá garantir um nível de exposição a acordos de recompra e revenda que lhe permita cumprir em qualquer momento as respectivas obrigações de resgate.

## 5. Gestão de Garantias

As exposições ao risco de contraparte decorrentes de transacções de derivados financeiros OTC e de técnicas de gestão eficiente da carteira deverão ser combinadas aquando do cálculo dos limites de risco de contraparte previstos na secção 1(C), acima.

A garantia recebida em benefício de um Fundo poderá ser utilizada para reduzir a exposição ao risco de contraparte se cumprir as condições estipuladas nos regulamentos e nas leis aplicáveis. Se um Fundo realizar transacções de derivados financeiros OTC e utilizar técnicas de gestão eficiente da carteira, todas as garantias usadas para reduzir a exposição ao risco de contraparte deverão cumprir permanentemente os seguintes critérios:

- (A) Qualquer garantia recebida que não em numerário será de elevada qualidade, altamente líquida e negociada num Mercado Regulamentado ou num sistema de negociação multilateral com fixação de preços transparente, a fim de que possa ser vendida rapidamente, a um preço próximo da valorização pré-venda. As garantias recebidas devem também cumprir as disposições da secção 1(D), acima.
- (B) As garantias recebidas serão avaliadas de acordo com as regras descritas na secção "Cálculo do Valor Patrimonial Líquido", pelo menos diariamente. Activos que apresentam elevada volatilidade em termos de preços não deverão ser aceites como garantia, a menos que sejam aplicadas margens de avaliação conservadoras.
- (C) A garantia recebida deve ser de qualidade elevada.
- (D) A garantia recebida deverá ser emitida por uma entidade independente da contraparte e não deve ser expectável que apresente uma correlação elevada com o desempenho da contraparte.
- (E) As garantias deverão ser suficientemente diversificadas em termos de países, mercados e entidades emittentes. Considera-se que o critério de suficiente diversificação no que diz respeito à concentração de emittentes é respeitado se, no âmbito da gestão eficiente da carteira e das operações de derivados financeiros OTC, o Fundo receber de uma contraparte um cabaz de garantias com uma exposição máxima de 20% do seu Valor Patrimonial Líquido a um determinado emittente. Quando um Fundo está exposto a diferentes contrapartes, os diferentes cabazes de garantias devem ser agregados para o cálculo do limite de 20% da exposição a um único emittente. Por derrogação, um Fundo poderá estar totalmente colateralizado em diferentes valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos ou garantidos por um estado-membro, uma ou mais das respectivas autoridades locais, um Estado Elegível ou um organismo internacional público ao qual um ou mais dos seus estados-membros locais pertencem. Nesse caso, o Fundo tem de receber títulos de, no mínimo, seis emissões diferentes, mas os títulos de qualquer emissão individual não devem representar mais do que 30% do Valor Patrimonial Líquido do Fundo.
- (F) Quando existir uma transferência de título, a garantia recebida será detida pelo Depositário ou um dos seus Correspondentes ao qual o Depositário delegou a custódia dessa garantia. Para outros tipos de acordo de garantia, a garantia pode ser detida por depositários terceiros, sujeitos a supervisão prudencial e que não estejam relacionados com o provedor da garantia.
- (G) As garantias recebidas devem ser capazes de ser plenamente aplicadas pelo Fundo em qualquer momento, sem referência à, ou aprovação por parte da, contraparte e, se aplicável, as garantias recebidas também devem cumprir os limites de controlo estabelecidos nesta secção.
- (H) Sujeitas às condições acima apresentadas, as formas de garantia permitidas incluem:
  - (1) valores de caixa ou equivalentes, incluindo certificados bancários a curto prazo e instrumentos do mercado monetário;

- (2) obrigações governamentais com qualquer maturidade emitidas por países, incluindo, entre outros, Reino Unido, Estados Unidos, França e Alemanha, sem notação mínima.

A garantia será avaliada, diariamente, utilizando preços de mercado disponíveis e tendo em consideração as margens de avaliação adequadas que serão determinadas para cada classe de activos com base na política de margens de avaliação adoptada pela Sociedade Gestora.

- (A) Garantias não monetárias recebidas não serão vendidas, reinvestidas ou prometidas.
- (B) As garantias em numerário que não sejam recebidas em nome de Classes de Acções com cobertura do risco cambial só serão:
- (1) depositadas junto de entidades como prescrito na secção 1(A)(6) acima;
  - (2) aplicadas em obrigações governamentais de alta qualidade;
  - (3) utilizadas para fins de operações de revenda desde que as operações sejam efectuadas com instituições de crédito sujeitas a supervisão prudencial e o Fundo seja capaz de recuperar em qualquer altura o montante total acumulado;
  - (4) investidas em fundos do mercado monetário de curto prazo, tal como definido nas "Directrizes para uma Definição Comum de Fundos Europeus do Mercado Monetário".

As garantias em numerário reinvestidas devem ser diversificadas, de acordo com os requisitos de diversificação aplicáveis às garantias não monetárias, conforme acima definido. O reinvestimento da garantia em numerário envolve determinados riscos para um Fundo, tal como descrito no Anexo II.21.

#### Política de Garantias

As garantias recebidas pelo Fundo serão predominantemente limitadas a obrigações governamentais e numerário.

#### Política de Margens de Avaliação

As seguintes margens de avaliação relativas a garantias em operações OTC são aplicadas pela Sociedade Gestora (a Sociedade Gestora reserva-se o direito de alterar esta política a qualquer momento):

Garantias Elegíveis	Maturidade Restante	Porcentagem de Valorização
Numerário	N/D	100%
Obrigações Governamentais	Um ano ou menos	98%
	Mais de um ano e até cinco anos (inclusive)	97%
	Mais de cinco anos e até dez anos (inclusive)	95%
	Mais de dez anos e até trinta anos (inclusive)	93%
	Mais de trinta anos e até quarenta anos (inclusive)	90%
	Mais de quarenta anos e até cinquenta anos (inclusive)	87%

## 6. Processo de Gestão do Risco

A Sociedade adoptará uma estratégia de gestão do risco que lhe permitirá, em conjunto com o Gestor de Investimentos, controlar e avaliar, em qualquer momento, o risco das posições assumidas, a utilização das técnicas de gestão eficiente da carteira, a gestão das garantias, e o seu contributo para o perfil global de risco de cada Fundo. A Sociedade ou o Gestor de Investimentos adoptarão, se aplicável, um processo que permita uma avaliação rigorosa e independente do valor de quaisquer instrumentos derivados OTC.

A pedido do Investidor, a Sociedade Gestora fornecerá informação suplementar relativa aos limites quantitativos que se aplicam à gestão de risco de cada Fundo, a métodos escolhidos para este fim, e à evolução recente dos riscos e rendimentos das principais categorias de instrumentos. Esta informação suplementar inclui os níveis de VaR definidos para os Fundos que utilizem essa medida de risco.

O delineamento da estrutura de gestão de risco está disponível, mediante pedido, junto da sede social da Sociedade.

## 7. Diversos

- (A) A Sociedade não pode conceder empréstimos a outras pessoas, ou actuar como fiador em nome de terceiros, desde que, para efeitos desta restrição, a realização de depósitos bancários e a aquisição dos valores mobiliários referidos nas alíneas 1. (A) (1), (2) e (3) ou de activos líquidos suplementares não seja considerada como a realização de um empréstimo, e a Sociedade não seja impedida de adquirir os valores mobiliários anteriormente referidos que não estejam integralmente pagos.
- (B) A Sociedade não está obrigada a respeitar as percentagens dos limites de investimento aquando do exercício de direitos de subscrição inerentes a títulos que façam parte dos seus activos.
- (C) A Sociedade Gestora, os Gestores de Investimentos, os Distribuidores, o Depositário e quaisquer agentes autorizados ou seus associados, podem negociar em activos da Sociedade desde que tais operações sejam efectuadas com base em termos comerciais normais e no princípio da plena concorrência e contanto que cada uma dessas transacções cumpra qualquer uma das seguintes condições:
- (1) uma avaliação certificada da transacção seja fornecida por uma pessoa considerada pelos Administradores como independente e competente;
  - (2) a operação tenha sido efectuada nos melhores termos, com base em, e de acordo com, as regras de uma bolsa de investimentos organizada; ou se nem (1) nem (2) forem viáveis;
  - (3) se os Administradores considerarem que a transacção foi efectuada com base em termos comerciais normais e no princípio da plena concorrência.

# Anexo II

## Riscos de Investimento

### 1. Riscos Gerais

O desempenho passado não constitui necessariamente uma garantia de desempenho no futuro e as Acções, que não as Acções de Fundos de liquidez, caso existam, deverão ser encaradas como um investimento de médio a longo prazo. O valor dos investimentos e o rendimento por eles gerado tanto podem descer como subir, pelo que os Accionistas poderão não reaver o montante originalmente investido. Se a Moeda do Fundo for diferente da moeda de origem do Investidor, ou se a Moeda do Fundo for diferente das moedas dos mercados onde o Fundo investe, as possibilidades de perdas adicionais (ou de ganhos adicionais) para o Investidor são maiores do que os riscos normais do investimento, mesmo que seja utilizada cobertura do risco cambial.

### 2. Risco Associado ao Objectivo de Investimento

Os objectivos de investimento expressam um resultado pretendido, mas não há garantia de que esse resultado seja alcançado. Dependendo das condições de mercado e do ambiente macroeconómico, os objectivos de investimento poderão tornar-se mais difíceis ou mesmo impossíveis de alcançar. Não há qualquer garantia, expressa ou implícita, relativamente à probabilidade de se alcançar o objectivo de investimento de um Fundo.

### 3. Riscos Regulamentares

A Sociedade tem sede no Luxemburgo e os Investidores deverão ter em consideração o facto de nem todas as protecções regulamentares prestadas pelas suas autoridades locais serem aplicáveis. Além disso, os Fundos serão registados em jurisdições fora da UE. Devido a esses registos, os Fundos poderão ser sujeitos, sem que os Accionistas dos Fundos em questão sejam previamente informados, a regimes regulamentares mais restritivos. Nesses casos, os Fundos submeter-se-ão a estes requisitos mais restritivos. Tal facto poderá impedir os Fundos de utilizarem na maior extensão possível os limites de investimento.

### 4. Riscos Fiscais, Empresariais e Legais

Em algumas jurisdições, a interpretação e implementação de leis e regulamentos e a execução dos direitos dos accionistas ao abrigo de tais leis e regulamentos poderá envolver incertezas significativas. Além disso, as normas contabilísticas e de auditoria, as práticas de reporte e os requisitos de divulgação poderão diferir daqueles geralmente aceites a nível internacional. Alguns dos Fundos poderão ser sujeitos a um imposto de retenção na fonte e a outros impostos. As leis e regulamentos fiscais de todas as jurisdições são revistos frequentemente e poderão sofrer alterações a qualquer altura, nalguns casos resultando num efeito retrospectivo. A interpretação e aplicação das leis e regulamentos fiscais pelas autoridades fiscais nalgumas jurisdições não são consistentes nem claras e poderão variar de jurisdição para jurisdição e/ou de região para região. Qualquer alteração efectuada à legislação fiscal poderia afectar o valor dos investimentos detidos pelo Fundo e o desempenho do mesmo.

### 5. Factores de Risco Relativos a Sectores de Indústria/Áreas Geográficas

Os Fundos que se concentram numa indústria ou área geográfica específica estão sujeitos aos factores de risco e factores de mercado que afectam esta indústria ou área geográfica em particular, incluindo alterações legislativas, alterações das condições económicas globais e aumento das forças concorrenciais. Tal poderá resultar numa maior volatilidade do Valor Patrimonial Líquido das Acções do Fundo relevante. Riscos adicionais poderão incluir uma maior incerteza e instabilidade social e política e desastres naturais.

### 6. Concentração dos Riscos de Investimento

Embora a Sociedade tenha como política a diversificação da sua carteira de investimento, um Fundo poderá, em determinados momentos, deter relativamente poucos investimentos. O Fundo pode estar sujeito a perdas significativas se detiver uma posição de maior dimensão num investimento em particular que desvalorize ou seja afectado negativamente, incluindo por incumprimento do emitente.

### 7. Risco de Suspensão de Transacções de Acções

Lembramos aos Investidores que, em determinadas circunstâncias, pode ser suspenso o direito de resgate ou de troca das suas Acções (consulte a Secção 2.5, "Suspensões e Diferimentos").

### 8. Risco de Taxa de Juro

O valor de obrigações e de outros instrumentos de dívida sobe e desce, normalmente, em reacção a alterações das taxas de juro. A descida das taxas de juro provoca, em geral, a valorização dos instrumentos de dívida existentes e a subida das taxas de juro provoca, em geral, a desvalorização dos instrumentos de dívida existentes. O risco de taxa de juro é, normalmente, superior no caso de investimentos de duração ou maturidade longa. Alguns investimentos oferecem ao emitente a opção de proceder ao reembolso ou resgate de um investimento antes da respectiva data de maturidade. Se um emitente proceder ao reembolso ou resgate de um investimento num período de descida das taxas de juro, um Fundo poderá ter de reinvestir o produto de tal operação num investimento que ofereça uma rentabilidade inferior e, por isso, poderá não beneficiar de qualquer valorização em consequência de uma descida das taxas de juro.

### 9. Risco de Crédito

A capacidade, ou a capacidade percebida, do emitente de um título de dívida para efectuar atempadamente pagamentos de juros e de capital relacionados com o título afectará o valor do mesmo. É possível que a capacidade do emitente para cumprir as suas obrigações venha a diminuir consideravelmente num período em que um Fundo detenha títulos desse mesmo emitente, ou que o emitente deixe de cumprir as suas obrigações. É provável que a deterioração, real ou sentida, da capacidade de um emitente para cumprir as suas obrigações tenha um efeito prejudicial sobre o valor dos títulos desse emitente.

Se um título tiver sido classificado por mais do que uma organização de notação nacionalmente reconhecida, o Gestor de Investimentos do Fundo poderá adoptar a classificação mais elevada para determinar se o título em causa pode ser

classificado como "investment grade". Um Fundo não alienará necessariamente um título da sua carteira se a sua notação de crédito descer abaixo de "investment grade", embora o Gestor de Investimentos do Fundo possa analisar se esse título continuará a ser um investimento adequado para o Fundo. O Gestor de Investimentos de um Fundo analisa se um título é "investment grade" apenas no momento de aquisição do mesmo. Alguns dos Fundos investirão em títulos que não serão classificados por uma organização de notação nacionalmente reconhecida, mas a qualidade de crédito será determinada pelo Gestor de Investimentos.

O risco de crédito é, em geral, maior no caso dos investimentos cujo valor de emissão é inferior ao seu valor nominal e para os quais o pagamento de juros é efectuado apenas na data de maturidade e não periodicamente durante o tempo de vigência do investimento. As agências de notação de crédito baseiam as suas notações, em larga medida, no historial financeiro do emitente e na análise que fazem ao investimento no momento da atribuição da notação. A notação atribuída a um determinado investimento não reflecte necessariamente a situação financeira actual do emitente, nem qualquer avaliação da volatilidade e liquidez do investimento. Apesar de os investimentos classificados como "investment grade" apresentarem, em geral, um menor risco de crédito do que os investimentos com uma notação de crédito inferior a "investment grade", os primeiros poderão partilhar alguns dos riscos dos investimentos com classificações mais baixas, incluindo a possibilidade de os emitentes serem incapazes de proceder ao pagamento atempado de juros e capital e, por isso, entrarem em incumprimento.

## 10. Risco de Liquidez

O risco de liquidez existe quando determinados investimentos são difíceis de comprar ou vender. O investimento de um Fundo em títulos ilíquidos poderá reduzir os rendimentos do Fundo uma vez que este poderá não conseguir vender os títulos ilíquidos num momento e a um preço favoráveis. Os investimentos em títulos estrangeiros, derivados ou títulos com risco de mercado e/ou risco de crédito considerável são os que apresentam, tendencialmente, maior exposição ao risco de liquidez. Os títulos ilíquidos poderão apresentar uma elevada volatilidade e ser difíceis de avaliar.

## 11. Risco de Inflação/Deflação

A inflação é o risco de os activos de um Fundo ou o rendimento dos investimentos de um Fundo perderem o seu valor no futuro, na medida em que a inflação diminui o valor do dinheiro. À medida que a inflação sobe, o valor real da carteira de um Fundo pode diminuir. O risco de deflação é o risco de os preços de toda a economia poderem descer ao longo do tempo. A deflação poderá ter um efeito prejudicial na qualidade de crédito dos emitentes e aumentar a probabilidade de incumprimento por parte destes, o que poderá provocar a desvalorização da carteira de um Fundo.

## 12. Risco Associado aos Instrumentos Financeiros Derivados

No caso de um Fundo que utilize instrumentos financeiros derivados para satisfazer o seu objectivo de investimento específico, não existe qualquer garantia de que o desempenho de tais instrumentos venha a representar um contributo positivo para o Fundo e para os seus Accionistas.

Cada Fundo pode incorrer em custos e comissões associados a *swaps* de retorno total, contratos por diferenças ou outros instrumentos financeiros derivados com características semelhantes, em resultado da participação nestes instrumentos e/ou em resultado de qualquer aumento ou diminuição do respectivo montante nocional. O montante destas comissões pode ser fixo ou variável. As informações relativas aos custos e comissões incorridos por cada Fundo a este respeito, assim como a identidade dos destinatários e qualquer afiliação que possam ter com o Depositário, o Gestor de Investimento ou a Sociedade Gestora, se aplicável, estão disponíveis no relatório anual.

## 13. Risco Associado aos Warrants

Quando um Fundo investe em *warrants*, o preço, o desempenho e a liquidez desses *warrants* estão normalmente associados ao título subjacente. Contudo, o preço, o desempenho e a liquidez desses *warrants* registarão geralmente maiores flutuações do que os títulos subjacentes, dada a maior volatilidade do mercado de *warrants*. Para além do risco de mercado associado à volatilidade dos *warrants*, o investimento de um Fundo em *warrants* sintéticos, nos quais o emitente do *warrant* sintético é diferente do emitente do título subjacente, está sujeito ao risco de o emitente do *warrant* sintético não cumprir as suas obrigações relacionadas com as transacções, o que poderá provocar perdas ao Fundo e, em última instância, aos Accionistas.

## 14. Risco Associado aos Credit Default Swaps

Um *credit default swap* permite a transferência do risco de incumprimento. Tal permite que um Fundo compre efectivamente segurança relativamente a uma obrigação de referência que detenha (cobertura do risco do investimento) ou compre protecção relativamente a uma obrigação de referência da qual não seja o titular do título físico, na expectativa de que a qualidade de crédito se vá deteriorar. Uma das partes, o comprador de protecção, faz uma série de pagamentos ao vendedor de protecção e, se ocorrer um evento de crédito (uma diminuição da qualidade do crédito, o que será definido previamente no acordo entre as partes), será feito um pagamento ao comprador. Se não ocorrer o evento de crédito, o comprador pagará todos os prémios exigidos, terminando o *swap* na data de maturidade sem haver lugar a outros pagamentos. O risco do comprador está, assim, limitado ao valor dos prémios pagos. Além disso, se ocorrer um evento de crédito e o Fundo não detiver a obrigação de referência subjacente, poderá haver um risco de mercado, pois o Fundo poderá precisar de tempo para obter a obrigação de referência e entregá-la à contraparte. Para além disso, se a contraparte entrar num processo de insolvência, o Fundo poderá não recuperar o montante total que lhe é devido pela contraparte. O mercado de *credit default swaps* poderá, algumas vezes, apresentar-se mais ilíquido do que os mercados de obrigações. A Sociedade atenuará esse risco, controlando, da forma que achar mais conveniente, o recurso a este tipo de transacção.

## 15. Risco Associado a Futuros, Opções e Transacções a Prazo

Um Fundo poderá recorrer a opções, contratos de futuros e transacções a prazo sobre moedas, títulos, índices, volatilidade, inflação e taxas de juro para fins de cobertura de risco e de investimento.

As transacções em futuros poderão revestir-se de um elevado grau de risco. O montante da margem inicial é baixo relativamente ao valor do contrato de futuros, pelo que as operações são "alavancadas". Um movimento de mercado relativamente pequeno terá um impacto proporcionalmente



maior, o que poderá favorecer ou prejudicar o Fundo. A colocação de determinadas ordens que se destinam a limitar perdas a determinados montantes poderá não ser eficaz porque as condições de mercado poderão impossibilitar a execução das mesmas.

As transacções de opções poderão também revestir-se de um elevado grau de risco. A venda de opções [por subscrição ("writing") ou concessão ("granting")] envolve geralmente riscos muito maiores do que a compra de opções. Embora o prémio recebido pelo Fundo seja fixo, o Fundo poderá ter de suportar uma perda que exceda em muito aquele montante. O Fundo também estará exposto ao risco de o comprador exercer a opção e o Fundo ter de liquidar a mesma em numerário ou comprar ou entregar o investimento subjacente. Se a opção estiver "coberta" pelo facto de o Fundo deter uma posição correspondente no investimento subjacente ou um futuro sobre outra opção, o risco poderá ser reduzido.

As transacções a prazo e a compra de opções, em particular as realizadas em mercados de balcão e não compensadas através de uma contraparte central, envolvem um maior risco da contraparte. No caso de incumprimento de uma contraparte, o Fundo poderá não obter o pagamento ou a entrega de activos esperados. Tal poderá resultar na perda do lucro não realizado.

## 16. Risco Associado a Credit Linked Notes

Uma *credit linked note* é um instrumento de dívida que assume tanto o risco de crédito da entidade (ou entidades) de referência relevante(s) como o do emitente da *credit linked note*. Há também um risco associado ao pagamento do cupão. Se uma entidade de referência, num cabaz de *credit linked notes*, sofrer um evento de crédito, o cupão será reposto e é pago pelo montante nominal reduzido. Tanto o capital residual como o cupão estão expostos a novos eventos de crédito. Em casos extremos, todo o capital poderá ser perdido. Existe também o risco de incumprimento por parte do emitente da *equity linked note*.

## 17. Risco Associado a Equity Linked Notes

A componente de retorno de uma *equity linked note* baseia-se no desempenho de um único título, de um cabaz de títulos ou de um índice de acções. O investimento nestes instrumentos poderá causar uma perda de capital se o valor do título subjacente diminuir. Em casos extremos, a totalidade do capital poderá ser perdida. Estes riscos também estão associados ao investimento directo em acções. O retorno a pagar pela *equity linked note* é determinado a uma hora específica numa data de avaliação, independentemente das flutuações de preço das acções subjacentes. Não há nenhuma garantia de obtenção de retorno ou rendimento sobre um investimento. Existe também o risco de incumprimento por parte do emitente da *equity linked note*.

Um Fundo poderá recorrer a *equity linked notes* como forma de aceder a certos mercados, como, por exemplo, mercados emergentes e menos desenvolvidos, onde o investimento directo não é possível. Esta abordagem poderá implicar os seguintes riscos adicionais: ausência de um mercado secundário para tais instrumentos, ausência de liquidez dos títulos subjacentes e dificuldade em vender esses instrumentos em períodos em que os mercados subjacentes se encontrem encerrados.

## 18. Risco de Valores Mobiliários Vinculados a Seguros

Os valores mobiliários vinculados a seguros podem incorrer em perdas graves ou totais em resultado de eventos objecto de seguro como catástrofes naturais, de origem humana ou outras. As catástrofes podem ser causadas por vários acontecimentos, incluindo, entre outros, furacões, terramotos, tufões, tempestades de granizo, inundações, maremotos, tornados, tempestades de vento, temperaturas extremas, acidentes aéreos, incêndios, explosões e acidentes marítimos. A incidência e a gravidade de tais catástrofes são inerentemente imprevisíveis, e as perdas do Fundo decorrentes de tais catástrofes poderão ser significativas. Qualquer evento climático ou outro que possa resultar num aumento da probabilidade e/ou gravidade de tais eventos (por exemplo, o aquecimento global, que gera furacões mais frequentes e violentos) poderá ter um efeito material adverso no Fundo. Embora a exposição de um Fundo a tais eventos seja diversificada de acordo com o respectivo objectivo de investimento, um único evento catastrófico poderá afectar várias zonas geográficas e linhas de negócios, ou a frequência ou a gravidade de eventos catastróficos poderão exceder as expectativas, podendo, em ambos os casos, ocorrer consequências significativamente adversas no que diz respeito ao Valor Patrimonial Líquido do Fundo.

## 19. Riscos Gerais Associados a Transacções em Mercados OTC

Os instrumentos transaccionados em mercados OTC poderão envolver volumes de transacção mais pequenos e os respectivos preços poderão apresentar maior volatilidade do que os instrumentos transaccionados principalmente em bolsa. Tais instrumentos poderão apresentar-se menos líquidos do que os instrumentos mais amplamente transaccionados. Além disso, os preços desses instrumentos poderão incluir uma margem de lucro do corretor não divulgada que um Fundo terá de pagar incluída no preço de compra.

Em termos gerais, existe uma menor regulação e supervisão governamental das transacções em mercados de balcão em comparação com as transacções efectuadas em bolsas de valores regulamentadas. Os derivados OTC são executados directamente com a contraparte, ao invés de serem executados através de uma bolsa e câmara de compensação reconhecidas. As contrapartes de derivados OTC não têm as mesmas protecções que poderão ser aplicadas às que negociam em bolsas reconhecidas, como a garantia de desempenho de uma câmara de compensação.

O principal risco da participação em derivados OTC (como opções, *forwards*, *swaps* ou contratos por diferença não transaccionados em bolsa) é o risco de incumprimento de uma contraparte que se tenha tornado insolvente ou que de outra forma não seja capaz de, ou recuse, cumprir as suas obrigações ao abrigo dos termos do instrumento. Os derivados OTC podem expor um Fundo ao risco de a contraparte não liquidar uma transacção em conformidade com os respectivos termos, ou atrasar a liquidação da transacção, devido a uma situação de litígio sobre os termos do contrato (seja ou não de boa-fé) ou devido a insolvência, falência ou problemas de liquidez da contraparte. O risco de contraparte é geralmente mitigado pela transferência ou penhor de uma garantia a favor do Fundo. Contudo, o valor da garantia pode flutuar e pode ser difícil vender, pelo que não são dadas certezas de que o valor da garantia detida será suficiente para cobrir o montante em dívida ao Fundo.



Um Fundo poderá participar em derivados OTC compensados através de uma câmara de compensação que serve como contraparte central. A compensação central foi concebida no sentido de reduzir o risco de contraparte e aumentar a liquidez em comparação com derivados OTC compensados bilateralmente, mas não elimina totalmente esses riscos. A contraparte central solicitará a margem ao corretor de compensação que, por sua vez, solicitará a margem ao Fundo. Existe um risco de perda por um Fundo face aos depósitos de conta-margem iniciais e de variação no caso de incumprimento do corretor de compensação com o qual o Fundo mantém uma posição aberta ou se a margem não for identificada e correctamente reportada ao Fundo específico, principalmente se a margem for detida numa conta colectiva de intermediário mantida pelo corretor de compensação com a contraparte central. Se o corretor de compensação se tornar insolvente, o Fundo poderá não ter a possibilidade de transferir ou proceder à "portabilidade" das respectivas posições para outro corretor de compensação.

O Regulamento da UE N.º 648/2012 sobre derivados OTC, contrapartes centrais e repositórios de transacções (também conhecido como o Regulamento da União Europeia relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transacções, ou "EMIR"), que entrou em vigor a 16 de Agosto de 2012, introduz requisitos uniformizados no que respeita às transacções de derivados OTC estipulando que determinadas transacções de derivados OTC "elegíveis" sejam sujeitas a compensação por contrapartes de compensação centrais regulamentadas e obrigando à comunicação de determinados detalhes de transacções de derivados a repositórios de transacções. Para além disso, o EMIR (European Market Infrastructure Regulation) impõe requisitos quanto a procedimentos e acordos adequados com o objectivo de medir, monitorizar e atenuar o risco operacional e de crédito da contraparte no que respeita a contratos de derivados OTC que não estejam sujeitos a compensação obrigatória. Estes requisitos incluem a troca de margem e, no caso de troca de margem inicial, a respectiva segregação pelas partes, incluindo pela Sociedade.

Embora várias das obrigações inerentes ao EMIR tenham entrado em vigor, à data deste Prospecto o requisito de submeter determinadas transacções de derivados OTC a contrapartes de compensação centrais (CCP – Central Clearing Counterparties) e os requisitos de margem quanto às transacções de derivados OTC estarão sujeitos a um prazo de implementação por fases. Ainda não é totalmente clara a forma como o mercado de derivados OTC se adaptará ao novo regime regulamentar. Consequentemente, é difícil prever o impacto total do EMIR sobre a Sociedade, que poderá incluir um aumento nos custos gerais de celebração e manutenção de contratos de derivados OTC. Os potenciais Investidores e os Accionistas devem estar cientes de que as alterações regulamentares decorrentes do EMIR e de outros regulamentos semelhantes, tais como a *Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act*, poderão eventualmente prejudicar a capacidade do Fundo em cumprir a sua política de investimento e atingir o seu objectivo de investimento.

Os investidores devem ter em atenção que as alterações regulamentares decorrentes do EMIR e de outras leis aplicáveis que obrigam à compensação central de derivados OTC podem eventualmente prejudicar a capacidade de os Fundos cumprirem as respectivas políticas de investimento e atingirem o respectivo objectivo de investimento.

Os investimentos em derivados OTC podem estar sujeitos ao risco de diferentes avaliações em resultado de diferentes métodos de avaliação permitidos. Embora a Sociedade tenha

implementado procedimentos de avaliação adequados para determinar e verificar o valor dos derivados OTC, determinadas transacções são complexas e a avaliação só poderá ser fornecida por um número limitado de participantes do mercado que também poderão estar a actuar como a contraparte das transacções. Uma avaliação inexacta pode resultar no reconhecimento inexacto de mais-valias ou menos-valias e exposição da contraparte.

Ao contrário dos derivados transaccionados em bolsa, que são padronizados no que respeita aos seus termos e condições, os derivados OTC são geralmente estabelecidos através da negociação com a outra parte do instrumento. Embora este tipo de acordo permita uma maior flexibilidade para adaptar o instrumento às necessidades das partes, os derivados OTC podem envolver mais riscos legais em comparação com os instrumentos transaccionados em bolsa, uma vez que pode existir o risco de perda se o acordo for considerado como não sendo legalmente vinculativo ou não documentado correctamente. Pode também existir o risco legal ou de documentação pelo facto de as partes discordarem quanto à interpretação apropriada dos termos do acordo. Contudo, estes riscos são geralmente mitigados, em certa medida, pelo uso de acordos padrão da indústria, como os publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (ISDA).

## 20. Risco da Contraparte

A Sociedade executa transacções através de, ou com, corretores, câmaras de compensação, contrapartes de mercado e outros agentes. A Sociedade estará sujeita ao risco de essa contraparte não ter capacidade para satisfazer as suas obrigações, quer devido a insolvência, falência ou outras causas.

Um Fundo poderá investir em instrumentos, como títulos de dívida, obrigações ou *warrants*, cujo desempenho esteja associado a um mercado ou investimento a que o Fundo pretenda obter exposição. Esses instrumentos são emitidos por uma diversidade de contrapartes e, através desse investimento, o Fundo ficará exposto ao risco da contraparte do emitente, para além da exposição ao investimento que pretende.

Os Fundos só participarão em transacções de derivados em mercados OTC, incluindo transacções de *swap*, com instituições prestigiadas que estejam sujeitas a supervisão prudencial e que sejam especializadas neste tipo de transacções. Em princípio, o risco da contraparte nas transacções de derivados realizadas com instituições de primeira classe não deve ultrapassar 10% do património líquido do Fundo relevante se a contraparte for uma instituição de crédito, ou 5% nos outros casos. No entanto, no caso de incumprimento da contraparte, as perdas efectivas poderão ultrapassar tais limites.

## 21. Risco Específico relacionado com a Gestão de Garantias

O risco da contraparte resultante do investimento em instrumentos financeiros derivados OTC e transacções de empréstimo de títulos, acordos de recompra e transacções de venda com compromisso de compra é normalmente mitigado pela transferência ou penhora de uma garantia a favor de um Fundo. Contudo, as transacções podem não estar totalmente colateralizadas. As comissões e os retornos em dívida ao Fundo podem não estar colateralizados. Se uma contraparte entrar em incumprimento, o Fundo poderá ter de vender garantias não monetárias recebidas aos preços prevalecentes no mercado. Nesse caso, o Fundo pode realizar uma menos-valia devido, entre outros, à fixação de preços ou

à monitorização inexactas da garantia, movimentos de mercado adversos, deterioração da notação de crédito dos emitentes da garantia ou falta de liquidez do mercado no qual a garantia é negociada. As dificuldades na venda da garantia podem atrasar ou restringir a capacidade de o Fundo cumprir os pedidos de resgate.

Um Fundo também pode incorrer numa perda pelo reinvestimento da garantia em numerário recebida, se permitido. Essa perda pode resultar da descida no valor dos investimentos realizados. Uma descida no valor de tais investimentos reduziria o montante de garantia disponível para ser devolvido pelo Fundo à contraparte, ao abrigo dos termos da transacção. O Fundo teria de cobrir a diferença no valor entre a garantia inicialmente recebida e o montante disponível para ser devolvido à contraparte, resultando, consequentemente, numa perda para o Fundo.

## 22. Risco de Compensação de Derivados OTC

As transacções de derivados OTC de um Fundo poderão ser compensadas antes da data na qual a obrigação de compensação obrigatória se torna efectiva ao abrigo do EMIR, a fim de beneficiar da fixação do preço e de outros eventuais benefícios. As transacções de derivados OTC podem ser compensadas ao abrigo do modelo "agency" ou ao abrigo do modelo "principal-to-principal". Ao abrigo do modelo "principal-to-principal", existe habitualmente uma transacção entre o Fundo e o respectivo corretor de compensação e outra transacção *back-to-back* entre o corretor de compensação e a CCP (contraparte de compensação central), ao passo que no modelo "agency", existe uma transacção entre o Fundo e a CCP. É previsível que a maioria das transacções de derivados OTC de um Fundo submetidas a compensação seja realizada ao abrigo do modelo "principal-to-principal". Contudo, os riscos seguintes são relevantes para ambos os modelos, salvo especificações em contrário.

A CCP solicitará a margem ao corretor de compensação que, por sua vez, solicitará a margem ao Fundo. Os activos do Fundo lançados como margem serão detidos numa conta mantida pelo corretor de compensação com a CCP. Essa conta poderá incluir activos de outros clientes do corretor de compensação (uma "conta colectiva de intermediário") e, nesse caso, numa situação de falta de liquidez, os activos do Fundo transferidos como margem poderão ser utilizados para cobrir as perdas relacionadas com os outros clientes do corretor de compensação face ao incumprimento de um corretor de compensação ou de uma CCP.

A margem fornecida ao corretor de compensação pelo Fundo poderá ultrapassar a margem que o corretor de compensação terá de entregar à CCP, em particular se for utilizada uma conta colectiva de intermediário. O Fundo será exposto ao corretor de compensação no que respeita a qualquer margem que tenha sido lançada junto do corretor de compensação, mas não lançada e registada numa conta com a CCP. No caso de insolvência ou incumprimento do corretor de compensação, os activos do Fundo lançados como margem poderão não estar tão bem protegidos como estariam se tivessem sido registados numa conta com a CCP.

O Fundo será exposto ao risco de a margem não ser identificada face ao Fundo em particular enquanto está em circulação entre a conta do Fundo e a conta do corretor de compensação e, posteriormente, entre a conta do corretor de compensação e a CCP. Essa margem poderá, antes da liquidação, ser utilizada para compensar as posições de outro cliente do corretor de compensação no caso de incumprimento de um corretor de compensação ou CCP.

A capacidade de uma CCP em identificar activos atribuíveis a um cliente em particular numa conta colectiva de intermediário depende da comunicação correcta da margem e das posições desse cliente pelo corretor de compensação relevante para essa CCP. Portanto, o Fundo está sujeito ao risco operacional de o corretor de compensação não comunicar correctamente tais posições e margem à CCP. Nesse caso, a margem transferida pelo Fundo numa conta colectiva de intermediário poderá ser utilizada para compensar as posições de outro cliente do corretor de compensação nessa conta colectiva de intermediário no caso de incumprimento de um corretor de compensação ou CCP.

Se o corretor de compensação se tornar insolvente, o Fundo poderá ter a possibilidade de transferir ou proceder à "portabilidade" das respectivas posições para outro corretor de compensação. A portabilidade nem sempre será exequível. Em particular, sob o modelo de "principal-to-principal", no qual as posições do Fundo estão incluídas numa conta colectiva de intermediário, a capacidade de o Fundo proceder à portabilidade das respectivas posições depende do acordo atempado entre todas as outras partes cujas posições estão incluídas nessa conta colectiva de intermediário, pelo que a portabilidade poderá não ser exequível. Caso a portabilidade não seja exequível, as posições do Fundo poderão ser liquidadas e o valor atribuído a essas posições pela CCP poderá ser inferior ao valor total atribuído às mesmas pelo Fundo. Adicionalmente, poderá verificar-se um atraso considerável no retorno de qualquer soma líquida devida ao Fundo enquanto os procedimentos de insolvência relativamente ao corretor de compensação estiverem a decorrer.

Caso uma CCP se torne insolvente, passe a estar sujeita a administração ou a um procedimento equivalente ou de outra forma não cumprir o seu desempenho, é improvável que o Fundo tenha direito a uma reivindicação directa face à CCP e qualquer reivindicação será efectuada através do corretor de compensação. Os direitos de um corretor de compensação contra a CCP dependerão da legislação do país no qual a CCP está estabelecida e de outras protecções opcionais que a CCP possa oferecer, tal como o uso de uma entidade depositária terceira para deter a margem do Fundo. No caso de incumprimento de uma CCP, é provável que a portabilidade das posições para uma outra CCP seja difícil ou impossível, sendo, portanto, provável que as transacções sejam cessadas. Nessas circunstâncias, é provável que o corretor de compensação recupere apenas uma percentagem do valor de tais transacções e, consequentemente, o montante que o Fundo irá recuperar do corretor de compensação será, de forma similar, limitado. Os passos, momento, nível de controlo e riscos relacionados com esse processo dependerão da CCP, das respectivas regras e da legislação de insolvência relevante. Contudo, é provável que se verifique um atraso substancial e incerteza quanto ao momento e à forma como esses activos ou numerário, caso existam, o corretor de compensação receberá da CCP e, consequentemente, o montante que o Fundo receberá do corretor de compensação.

## 23. Risco de Custódia

Os activos da Sociedade são mantidos sob custódia junto do Depositário, estando os Investidores expostos ao risco de o Depositário não ser capaz de cumprir integralmente as suas obrigações em termos de restituição, num curto prazo, de todos os activos da Sociedade, em caso de falência do mesmo. Os activos da Sociedade serão identificados pelos registos do Depositário como pertencendo à Sociedade. Os títulos detidos pelo Depositário serão mantidos separados de outros activos do Depositário, o que atenua, mas não exclui,

o risco de não restituição em caso de falência. No entanto, essa separação não se aplica a numerário, o que faz aumentar o risco de não restituição em caso de falência. O Depositário não mantém sob sua custódia todos os activos da Sociedade, mas recorre a uma rede de subdepositários que não fazem parte do mesmo grupo de empresas do Depositário. Os Investidores estão expostos ao risco de falência dos subdepositários se a obrigação de o Depositário substituir os activos detidos pelo subdepositário não for desencadeada ou se o Depositário também entrar em falência.

Um Fundo poderá investir em mercados onde os sistemas de custódia e/ou liquidação não estejam completamente desenvolvidos. Os activos do Fundo transaccionados nesses mercados e que tenham sido confiados a esses subdepositários poderão estar expostos a riscos em circunstâncias em que o Depositário não possa ser responsabilizado.

## **24. Risco Associado a Pequenas Empresas**

O valor de um Fundo que invista em pequenas empresas poderá flutuar mais do que o valor de outros Fundos. As pequenas empresas poderão oferecer maiores oportunidades de valorização do capital do que as grandes empresas, mas poderão também envolver alguns riscos especiais. A probabilidade de apresentarem linhas de produtos, mercados ou recursos financeiros limitados, ou de dependerem de um grupo de gestão pequeno e sem experiência, é muito maior do que no caso de grandes empresas. Os títulos de pequenas empresas poderão, sobretudo em períodos de queda dos mercados, tornar-se menos líquidos, estar sujeitos a volatilidade dos preços a curto prazo e a diferenças maiores entre os preços de negociação. Poderão também ser transaccionados em mercados OTC ou numa bolsa regional, ou poderão ainda registar pouca liquidez. Consequentemente, os investimentos em pequenas empresas poderão ser mais vulneráveis a desenvolvimentos adversos do que os investimentos em grandes empresas, e o Fundo poderá ter maior dificuldade em comprar ou vender as suas posições em títulos de pequenas empresas a preços correntes de mercado. Para além disso, poderá ser disponibilizada ao público menos informação sobre pequenas empresas ou haver um menor interesse do mercado pelos títulos, podendo ainda os preços dos títulos demorar mais tempo a reflectir o valor total do lucro potencial ou dos activos do emitente.

## **25. Risco das Empresas Ligadas à Tecnologia**

Os investimentos no sector da tecnologia poderão apresentar um risco maior e uma maior volatilidade do que os investimentos numa gama mais alargada de títulos de diferentes sectores económicos. Os títulos de capital das empresas em que um Fundo poderá investir apresentam alguma probabilidade de virem a ser afectados por desenvolvimentos científicos ou tecnológicos a nível mundial e os seus produtos ou serviços poderão tornar-se rapidamente obsoletos. Além disso, algumas destas empresas oferecem produtos ou serviços sujeitos a regulamentação governamental e poderão, por isso, ser afectadas negativamente por políticas governamentais. Assim, os investimentos realizados por um Fundo poderão ver o seu valor diminuir drasticamente em resposta a contratempos do mercado, de investigação ou regulamentares.

## **26. Risco Associado a Títulos de Dívida de Notação Inferior e de Rendimentos mais Elevados**

Um Fundo poderá investir em títulos de dívida de notação inferior e de rendimentos mais elevados, os quais estão sujeitos a um maior risco de mercado e de crédito do que os títulos com uma notação superior. Em termos gerais, os títulos de notação inferior pagam rendimentos mais elevados do que títulos com notações mais elevadas para compensar os Investidores pelo risco mais elevado. As notações inferiores de tais títulos reflectem uma maior possibilidade de alterações adversas na situação financeira do emitente, ou uma subida das taxas de juro, poderem comprometer a capacidade do emitente para efectuar pagamentos aos titulares dos títulos. Correspondentemente, um investimento nestes Fundos é acompanhado por um maior grau de risco de crédito do que o que está presente em investimentos em títulos com uma notação superior e um rendimento inferior.

## **27. Risco Associado a Títulos de Empresas Imobiliárias**

Os riscos associados ao investimento em títulos de empresas que se dedicam principalmente à indústria imobiliária incluem: o carácter cíclico dos valores imobiliários; os riscos relacionados com a situação económica mundial e local; o excesso de construção e o aumento da concorrência; o aumento do imposto predial e dos custos operacionais; as tendências demográficas e as variações das receitas de arrendamento; as alterações à legislação sobre definição de localizações; os prejuízos com sinistros ou determinações de inabitabilidade; os riscos ambientais; as restrições regulamentares sobre as rendas; as alterações dos valores das áreas circundantes; os riscos do respectivo grupo; a alteração do grau de atractividade da propriedade para os inquilinos; o aumento das taxas de juro; e outras influências do mercado de capitais do sector imobiliário. De uma forma geral, as subidas das taxas de juro aumentarão os custos de obtenção de financiamento, o que poderá reduzir, directa ou indirectamente, o valor dos investimentos do Fundo.

Em determinados momentos, o mercado imobiliário não teve o mesmo comportamento dos mercados de acções e obrigações. Uma vez que o comportamento, positivo ou negativo, do mercado imobiliário não tem, frequentemente, uma correlação com os mercados de acções e obrigações, estes investimentos poderão afectar, positiva ou negativamente, o desempenho do Fundo.

## **28. Riscos Associados a Títulos Relacionados com Hipotecas e Outros Títulos Garantidos por Activos**

Os títulos garantidos por hipotecas, incluindo obrigações hipotecárias com garantia e certos títulos garantidos por hipotecas com transacção separada de juros ou capital, representam uma participação em, ou são garantidos por, empréstimos hipotecários. Os títulos garantidos por activos têm uma estrutura semelhante à dos títulos garantidos por hipotecas, mas, em vez de empréstimos hipotecários ou juros sobre empréstimos hipotecários, os activos subjacentes poderão incluir, por exemplo, vendas a prestações de veículos motorizados ou contratos de empréstimos a prestações, arrendamentos de vários tipos de imóveis e bens móveis e dívidas de contratos de cartões de crédito.

Os investimentos de dívida tradicionais pagam, geralmente, uma taxa de juro fixa até à maturidade, altura em que é paga a totalidade do capital. Em contrapartida, os pagamentos relativos a investimentos garantidos por hipotecas e a muitos



investimentos garantidos por activos incluem, geralmente, juros e pagamento parcial de capital. O capital também poderá ser voluntariamente pago antecipadamente, ou em consequência de um refinanciamento ou da execução de uma hipoteca. Um Fundo poderá ter de investir o produto dos investimentos pagos antecipadamente noutros investimentos com condições e rendimentos menos atractivos. Consequentemente, estes títulos poderão apresentar, em períodos de descida das taxas de juro, um potencial de valorização do capital inferior ao de outros títulos com maturidades comparáveis, embora possam envolver um risco semelhante de queda do valor de mercado em períodos de subida das taxas de juro. Uma vez que a taxa de pagamento antecipado geralmente desce quando as taxas de juro sobem, é provável que uma subida das taxas de juro aumente a duração e, assim, a volatilidade dos títulos garantidos por hipotecas e dos títulos garantidos por activos. Para além do risco de taxa de juro (conforme acima descrito), os investimentos em títulos garantidos por hipotecas constituídos por crédito hipotecário de alto risco (*sub-prime*) poderão estar sujeitos a um maior grau de risco de crédito, de risco de avaliação e de risco de liquidez (conforme acima descrito). A duração é uma medida do tempo de vida esperado de um título de rendimento fixo utilizada para determinar o grau de sensibilidade do preço do título a alterações das taxas de juro. Ao contrário da maturidade de um título de rendimento fixo, que apenas mede o tempo decorrido até à data do pagamento final, a duração tem em conta o tempo decorrido até que todos os pagamentos de juros e de capital de um determinado título sejam efectuados, incluindo a forma como estes pagamentos são afectados por pagamentos antecipados e por alterações das taxas de juro.

A capacidade de um emitente de títulos garantidos por activos de fazer valer a sua participação em títulos nos activos subjacentes poderá ser limitada. Alguns investimentos garantidos por hipotecas e por activos recebem apenas a componente de juros ou a componente de capital dos pagamentos relativos aos activos subjacentes. Os rendimentos e os valores destes investimentos são extremamente sensíveis a alterações das taxas de juro e da taxa dos pagamentos de capital relativos aos activos subjacentes. O valor das componentes de juros tende a diminuir se as taxas de juro baixarem e as taxas de reembolso (incluindo o pagamento antecipado) das hipotecas ou dos activos subjacentes aumentarem. Um Fundo poderá perder todo o montante investido numa componente de juros devido a uma descida das taxas de juro. Pelo contrário, o valor das componentes de capital tende a diminuir se as taxas de juro subirem e as taxas de reembolso baixarem. Além disso, o mercado das componentes de juros e das componentes de capital poderá apresentar-se volátil e limitado, o que pode dificultar a sua compra ou venda por parte de um Fundo.

Um Fundo poderá ganhar exposição a investimentos garantidos por hipotecas e por activos através da celebração de contratos junto de instituições financeiras para a compra dos investimentos a um preço fixo numa data futura. Um Fundo poderá ou não retomar os investimentos na data de cessação desse contrato, mas nem por isso deixará de estar exposto a alterações do valor dos investimentos subjacentes durante a vigência do contrato.

## 29. Risco Associado às Ofertas Públicas Iniciais

Os Fundos poderão investir em ofertas públicas iniciais, que, muitas vezes, são pequenas empresas. Esses títulos não têm historial de negociação, e a informação sobre essas empresas poderá estar disponível apenas por períodos de

tempo limitados. Os preços dos títulos envolvidos em ofertas públicas iniciais poderão estar sujeitos a uma maior volatilidade do que os dos títulos mais antigos.

## 30. Risco Associado a Títulos de Dívida Emitidos nos Termos da Regra 144A da Lei de Valores Mobiliários (Securities Act) de 1933

A Regra 144A da SEC faculta uma isenção "porto seguro" dos requisitos de registo da Lei de Valores Mobiliários (*Securities Act*) de 1933 para a revenda de títulos restritos a compradores institucionais qualificados, conforme definido na Regra. A vantagem para os Investidores poderá ser a obtenção de maiores rendimentos devido a encargos administrativos mais baixos. Contudo, a disseminação das transacções em mercados secundários de títulos abrangidos pela Regra 144A está restringida e apenas disponível a compradores institucionais qualificados. Tal poderá aumentar a volatilidade dos preços dos títulos e, em condições extremas, reduzir a liquidez de um determinado título abrangido pela Regra 144A.

## 31. Risco Associado ao Investimento em Títulos de Mercados Emergentes e de Mercados Menos Desenvolvidos

O investimento em títulos de mercados emergentes e de mercados menos desenvolvidos apresenta riscos diferentes dos, e/ou maiores do que os, riscos que envolvem o investimento em títulos de países desenvolvidos. Esses riscos incluem: menor capitalização de mercado dos mercados de títulos, que poderão registar períodos de relativa falta de liquidez; volatilidade significativa dos preços; restrições ao investimento estrangeiro; possível repatriação do rendimento do investimento e do capital. Além disso, poderá ser exigido aos Investidores estrangeiros o registo do produto das vendas efectuadas, podendo eventuais crises económicas ou políticas levar a um controlo dos preços, fusões forçadas, expropriações ou a tributação pertinente de confiscação, apreensões, nacionalizações ou à criação de monopólios governamentais. A inflação e flutuações bruscas das taxas de inflação têm tido, e poderão continuar a ter, efeitos negativos nas economias e nos mercados de títulos de determinados países emergentes e menos desenvolvidos.

Apesar de muitos dos títulos dos mercados emergentes e menos desenvolvidos em que um Fundo pode investir serem transaccionados em bolsa, poderão ser impostos limites aos volumes transaccionados, podendo ainda o Investidor deparar-se com sistemas de liquidação menos organizados que os dos mercados desenvolvidos. Por outro lado, as normas aplicadas pelas autoridades de supervisão poderão não ser comparáveis às dos mercados desenvolvidos. Assim, poderão existir riscos de atraso nos pagamentos e de os fundos ou os títulos do Fundo relevante serem postos em risco devido a falhas ou defeitos dos sistemas ou a deficiências administrativas das contrapartes. Essas contrapartes poderão não ter os recursos materiais ou financeiros de contrapartes semelhantes dos mercados desenvolvidos. Poderá também haver o perigo de surgirem reivindicações concorrentes relativas a títulos detidos por, ou a serem transferidos para, um Fundo, e podem não existir, ou ser limitados ou inadequados, esquemas de compensação que satisfaçam as reivindicações do Fundo em qualquer uma destas situações.

Os investimentos em acções na Rússia estão actualmente sujeitos a determinados riscos relacionados com a titularidade e custódia de títulos. Tal situação resulta do facto de não serem emitidos quaisquer certificados físicos de acções e de a titularidade de títulos ser comprovada pelos

registros contabilísticos de uma empresa ou do responsável pelo seu registo (que não é um agente ou responsável perante o Depositário), e não por regulamentação local. Nem o Depositário, nem nenhum dos seus correspondentes locais, bem como nenhum sistema depositário central, serão titulares de quaisquer certificados representativos de participações em empresas russas.

Os investimentos em acções na Rússia também podem ser liquidados utilizando o depositário local, o *National Settlement Depository* ("NSD"). Embora o NSD seja legalmente reconhecido como uma central de depósito de títulos ("CSD"), actualmente não é operado como uma CSD e pode não proteger a finalidade de posse. Tal como os depositários locais, o NSD continua a ter de registar as posições patrimoniais junto do responsável pelos registos em nome dos próprios mandatários.

Se surgirem preocupações relativamente a um investidor específico, toda a posição de um mandatário num depositário poderá ser congelada durante um período de meses até que a investigação esteja concluída. Consequentemente, existe o risco de a capacidade de um investidor efectuar negociações ser restringida por causa de outro titular de conta NSD. Simultaneamente, caso um responsável pelo registo subjacente seja suspenso, os investidores a efectuarem liquidações através de responsáveis pelo registo não podem efectuar transacções, mas a liquidação entre duas contas de depositário pode ser efectuada. Quaisquer discrepâncias entre um responsável pelo registo e os registos do NSD poderão ter impacto nos direitos empresariais e na potencial actividade de liquidação de clientes subjacentes, facto que é mitigado através das frequentes reconciliações de posição entre os depositários e os responsáveis pelo registo.

Os títulos transaccionados na *Moscow Exchange MICEX-RTS* podem ser tratados como investimento em títulos negociados num Mercado Regulamentado.

Os riscos adicionais dos títulos de mercados emergentes podem incluir: maior grau de incerteza e instabilidade social, política e económica; maior envolvimento governamental na economia; menor supervisão e regulação governamental; impossibilidade de recurso a técnicas de cobertura cambial; empresas recentemente organizadas e de pequena dimensão; diferenças nas normas de auditoria e de elaboração de relatórios financeiros, o que poderá resultar na ausência de informações materialmente relevantes sobre os emitentes; e sistemas legais menos desenvolvidos. Além disso, a tributação dos juros e mais-valias recebidos por não-residentes varia nos diferentes mercados emergentes e menos desenvolvidos e, em alguns casos, poderá ser comparativamente mais elevada. Por outro lado, poderá não existir uma legislação e procedimentos fiscais bem definidos, e tais leis poderão permitir uma tributação com efeitos retroactivos, pelo que o Fundo poderia, no futuro, ficar sujeito a impostos locais não previstos no exercício das actividades de investimento e de avaliação de activos.

## **32. Riscos Específicos Associados a Transacções de Empréstimo de Títulos e de Recompra**

As transacções de empréstimo e de recompra de títulos envolvem determinados riscos. Não há garantia de que um Fundo consiga alcançar o objectivo pelo qual entrou numa transacção.

As transacções de recompra poderão expor um Fundo a riscos semelhantes aos dos instrumentos financeiros derivados opcionais ou a prazo, os quais são descritos noutras secções deste Prospecto. No caso de incumprimento da contraparte ou de uma dificuldade operacional, os

empréstimos de títulos poderão ser recuperados com atraso e apenas parcialmente, o que poderá restringir a capacidade de um Fundo para concluir a venda de títulos ou cumprir pedidos de resgate.

A exposição de um Fundo à respectiva contraparte será mitigada pelo facto de a contraparte perder o direito à garantia em caso de incumprimento da transacção. Se a garantia assumir a forma de títulos, há um risco de, quando for vendida, o numerário realizado não ser suficiente para liquidar a dívida da contraparte para com um Fundo ou para comprar títulos que substituam os títulos que foram emprestados à contraparte. Neste último caso, o agente de empréstimo tripartido de um Fundo irá indemnizar um Fundo por falta de fundos disponíveis para comprar títulos de substituição, mas há o risco de a indemnização ser insuficiente ou mesmo incerta.

No caso de o Fundo reinvestir garantias em numerário num ou mais dos tipos de investimento permitidos referidos no Anexo I – Restrições ao Investimento "5. Gestão de Garantias", existe o risco de o investimento obter um rendimento inferior aos juros devidos à contraparte relativos a esse numerário, e de que o rendimento seja inferior ao montante em numerário investido. Também há o risco de o investimento se tornar ilíquido, o que limitaria a capacidade de um Fundo para recuperar os respectivos títulos emprestados e, por conseguinte, a sua capacidade para concluir a venda dos títulos ou satisfazer pedidos de resgate.

## **33. Potenciais Conflitos de Interesses**

Os Gestores de Investimentos e a Schroders poderão efectuar transacções nas quais os Gestores de Investimentos ou a Schroders tenham, directa ou indirectamente, interesses, o que poderá envolver um eventual conflito com os deveres dos Gestores de Investimentos perante a Sociedade.

Os funcionários da Schroders poderão ter investimentos pessoais num fundo ou conta, incluindo na Sociedade, gerido pelos Gestores de Investimentos, os quais pontualmente poderão aumentar ou resgatar, total ou parcialmente, dependendo das respectivas necessidades. Os Gestores de Investimentos ou a Schroders poderão ter investido directa ou indirectamente na Sociedade.

Nem os Gestores de Investimentos, nem a Schroders serão responsáveis perante a Sociedade por quaisquer lucros, comissões ou remunerações obtidos ou recebidos de ou devido a tais transacções ou a quaisquer transacções relacionadas, nem as comissões dos Gestores de Investimentos, salvo indicação em contrário, serão reduzidas. Porém, os Gestores de Investimentos ou a Schroders, conforme oportuno, têm o dever de garantir que essas transacções são efectuadas em termos que não sejam menos favoráveis para a Sociedade do que se não tivesse existido um eventual conflito.

A perspectiva da Comissão de Desempenho pode originar investimentos mais arriscados do que seria habitual por parte dos Gestores de Investimentos.

Se um Gestor de Investimentos estiver registado na SEC, encontram-se descritas informações adicionais relativas a conflitos de interesses e riscos específicos para o Gestor de Investimentos no Formulário ADV, Parte 2A, desse Gestor de Investimentos, que se encontra disponível no sítio da Web de Divulgação Pública do Consultores de Investimentos ([www.advisersinfo.sec.gov](http://www.advisersinfo.sec.gov)).



No exercício das suas funções, o Depositário deve actuar de forma honesta, justa, profissional, independente e apenas de acordo com os interesses da Sociedade e dos Investidores da Sociedade. O Depositário não pode realizar actividades que digam respeito à Sociedade e que possam criar conflitos de interesses entre a Sociedade, os Investidores da Sociedade, a Sociedade Gestora e o Depositário, excepto se o Depositário tiver, funcionalmente e hierarquicamente, separado o desempenho das suas tarefas de custódia de outras tarefas potencialmente incompatíveis, e os possíveis conflitos de interesses são devidamente identificados, geridos, monitorizados e divulgados aos Investidores da Sociedade.

### 34. Fundos de Investimento

Alguns dos Fundos poderão investir a totalidade ou uma parte substancial dos seus activos em Fundos de Investimento. Excepto se divulgado o contrário, os riscos de investimento identificados neste Anexo irão aplicar-se independentemente de um Fundo investir directamente, ou indirectamente através de Fundos de Investimento, nos activos em questão.

Os investimentos dos Fundos em Fundos de Investimento poderão resultar num aumento das comissões/despesas totais de funcionamento, administração, depósito, gestão e desempenho. No entanto, os Gestores de Investimentos procurarão negociar uma redução das comissões de gestão e essa redução reverterá integralmente a favor do Fundo relevante.

### 35. Taxas de Câmbio

A Moeda de Referência de cada Fundo não é, necessariamente, a moeda de investimento do Fundo em questão. Os investimentos em fundos de investimento são feitos nas moedas que, na perspectiva dos Gestores de Investimentos, mais beneficiam o desempenho dos Fundos.

Os Accionistas que investem num Fundo cuja Moeda de Referência seja diferente da sua deverão ter em atenção que as flutuações das taxas de câmbio poderão fazer aumentar ou diminuir o valor dos seus investimentos.

### 36. Títulos de Rendimento Fixo

O valor dos títulos de rendimento fixo detidos por Fundos sofrerá, em geral, oscilações devido a alterações das taxas de juro, podendo essas oscilações afectar o preço das Acções dos Fundos que investem em títulos de rendimento fixo.

### 37. Títulos de Capital

Quando um Fundo investe em acções ou efectua investimentos relacionados com acções, os valores de títulos de capital poderão diminuir devido a condições gerais do mercado que não estão especificamente relacionadas com uma empresa em particular, tais como condições económicas adversas, existentes ou previstas, alterações na previsão geral dos rendimentos empresariais, alterações nas taxas de juro ou cambiais ou um sentimento do investidor globalmente adverso. Estes poderão igualmente diminuir devido a factores que afectam uma indústria em particular ou várias indústrias, tais como falta de mão-de-obra ou aumento dos custos de produção e condições de concorrência numa indústria. Normalmente, os títulos de capital possuem uma volatilidade de preço superior à de títulos de rendimento fixo.

### 38. Capitais Privados

Os investimentos que concedem uma exposição a capitais privados envolvem mais riscos do que os associados a investimentos tradicionais. Mais especificamente, os investimentos em capitais privados poderão implicar uma exposição a empresas menos amadurecidas e menos líquidas. O valor dos instrumentos financeiros que concedem exposição a capitais privados poderá ser afectado de forma similar aos investimentos directos em capitais privados.

### 39. Matérias-primas

Os investimentos que concedem exposição a matérias-primas envolvem mais riscos do que os associados a investimentos tradicionais. Mais especificamente:

- acontecimentos políticos, militares e causas naturais poderão influenciar a produção e a transacção de matérias-primas e, consequentemente, influenciar negativamente os instrumentos financeiros que garantem a exposição a matérias-primas;
- o terrorismo e outras actividades criminosas poderão ter influência na oferta de matérias-primas e, por isso, afectar também negativamente os instrumentos financeiros que garantem exposição a matérias-primas.

O desempenho das matérias-primas, metais preciosos e futuros sobre matérias-primas depende igualmente da situação geral da oferta dos respectivos bens, da procura pelos mesmos, do rendimento, da extracção e da produção esperados, assim como da procura esperada, podendo, por esta razão, ser especialmente volátil.

### 40. Risco de Títulos Convertíveis

Os títulos convertíveis são normalmente obrigações ou acções preferenciais que podem ser convertidas num número específico de acções da empresa emitente a um preço de conversão especificado.

Os títulos convertíveis combinam as características de investimento e os riscos de acções e obrigações. Dependendo do valor do título subjacente, o título convertível irá apresentar um comportamento mais semelhante ao de uma acção ou ao de uma obrigação.

Quando o preço do título subjacente ultrapassa o preço de conversão, o título convertível apresenta geralmente um comportamento mais semelhante ao de uma acção e será mais sensível a alterações em títulos de capital. Quando o preço do título subjacente é inferior ao preço de conversão, o título convertível apresenta geralmente um comportamento mais semelhante ao de uma obrigação e será mais sensível a alterações nas taxas de juro e *spreads* de crédito.

Considerando o benefício fornecido pela potencial conversão, os títulos convertíveis oferecem geralmente rendimentos mais baixos do que títulos não convertíveis de qualidade semelhante.

Podem também ter uma qualidade de crédito mais baixa e tendem a ser menos líquidos do que títulos não convertíveis tradicionais. Os títulos de dívida com qualidade de crédito mais baixa estão geralmente sujeitos a um maior risco de mercado, de crédito e de incumprimento comparativamente a títulos com notação mais elevada.

## 41. Risco de Obrigações Convertíveis Contingentes

As obrigações convertíveis contingentes são normalmente um instrumento de dívida que pode ser convertido em ações do emissor ou parcial ou totalmente amortizado ao ocorrer um evento automático predefinido. Os termos da obrigação estabelecerão eventos automáticos e taxas de conversão específicos. Os eventos automáticos poderão ser alheios ao controlo do emissor. Um evento automático comum é a diminuição do rácio de capital do emissor abaixo de um determinado limiar. A conversão poderá fazer com que o valor do investimento desça significativa e irreversivelmente e, em alguns casos, até para zero.

O pagamento de cupões sobre determinadas obrigações convertíveis contingentes poderá ser totalmente discricionário e poderá ser cancelado pelo emissor, em qualquer altura, por qualquer razão e durante qualquer período de tempo.

Contrariamente à hierarquia de capital típica, os investidores em obrigações convertíveis contingentes poderão sofrer uma perda de capital antes dos titulares de ações.

A maior parte das obrigações convertíveis contingentes é emitida como instrumentos de dívida perpétua amortizáveis em datas predeterminadas. As obrigações convertíveis contingentes perpétuas poderão não ser amortizadas na data de amortização predefinida e os investidores poderão não receber o retorno do capital na data de amortização ou em qualquer data.

Não existem padrões amplamente aceites para a valorização de obrigações convertíveis contingentes. O preço ao qual as obrigações são vendidas poderá, por conseguinte, ser superior ou inferior ao preço ao qual tinham sido valorizadas imediatamente antes da sua venda.

Em determinadas circunstâncias, poderá ser difícil encontrar um comprador de obrigações convertíveis contingentes e o vendedor poderá ter de aceitar um desconto significativo relativamente ao valor esperado da obrigação para a conseguir vender.

## 42. Risco Soberano

Existe o risco de os governos, ou respectivas agências, entrarem em incumprimento ou não cumprirem integralmente as suas obrigações. Para além disso, não existe um processo de falência para títulos de dívida soberana sobre os quais o dinheiro para pagar as obrigações dos títulos de dívida soberana possa ser cobrado na totalidade ou em parte. Consequentemente, os detentores de títulos de dívida soberana poderão ser solicitados a participar na reprogramação de títulos de dívida soberana e alargar mais os empréstimos aos emitentes de títulos de dívida soberana.

## 43. Impacto das Estratégias de Fundo de Fundos na Eficiência Fiscal dos Accionistas

O retorno depois de impostos dos Accionistas está dependente da regulamentação fiscal local da residência fiscal dos Accionistas (consulte a secção 3.5, "Tributação", para informações sobre tributação em geral).

Em determinados países, como a Áustria e o RU, existe regulamentação fiscal que pode conduzir a que uma maior percentagem do retorno do investimento obtido a partir de

fundos de fundos seja tributada quando na posse dos Accionistas a uma taxa mais elevada do que seria o caso com fundos de estratégia única.

Esta regulamentação fiscal poderá ser activada se for considerado que os investimentos seleccionados pelo Gestor de Investimentos para os fundos de fundos não cumprem determinados testes fixados pelas autoridades fiscais do país de residência dos Accionistas.

No RU, os retornos de investimentos que são "non-reporting funds" são tratados como sendo totalmente rendimento e declaráveis como rendimento pelo fundo de fundos. Assim, uma maior percentagem do retorno dos Accionistas do fundo de fundos é tratada como rendimento e não como mais-valia, sendo tributada em conformidade a taxas actualmente superiores às das mais-valias.

O Gestor de Investimentos do fundo de fundos procurará seleccionar investimentos que se qualifiquem como "reporting funds" para minimizar o impacto desta regulamentação fiscal local para os Accionistas. Porém, é possível que tais investimentos não estejam disponíveis para satisfazer determinados objectivos estratégicos do Gestor de Investimentos e, sendo esse o caso, poderá ser necessário adquirir "non-reporting funds".

O Gestor de Investimentos fornecerá todas as informações necessárias, conforme exigido pela regulamentação fiscal local, para que os Accionistas possam calcular as suas responsabilidades fiscais de acordo com a regulamentação.

## 44. Negócio Dependente de Indivíduos-chave

O sucesso de um Fundo depende significativamente da aptidão e experiência dos indivíduos-chave do seu Gestor de Investimentos e qualquer indisponibilidade futura dos respectivos serviços poderá ter um impacto negativo no desempenho do Fundo.

## 45. Risco de Cobertura

Um Fundo poderá (directamente ou indirectamente) assumir posições longas e curtas em instrumentos relacionados, para efeitos de cobertura. A cobertura face a uma descida no valor da posição de uma carteira não elimina as flutuações nos valores das posições dessa carteira nem evita perdas se os valores dessas posições descerem. As transacções de cobertura podem limitar a oportunidade de ganhos se o valor da posição da carteira aumentar. No caso de uma correlação imperfeita entre uma posição num instrumento de cobertura e a posição da carteira que se pretende proteger, a protecção desejada poderá não ser conseguida e um Fundo poderá ser exposto ao risco de perda. Para além disso, não é possível cobrir totalmente ou na perfeição face a qualquer risco, sendo que a cobertura acarreta os seus próprios custos.

## 46. Risco de Venda de Posições Curtas Sintéticas

Um Fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para implementar posições curtas sintéticas. Se o preço do instrumento ou do mercado no qual o Fundo assumiu posições curtas aumentar, o Fundo sofrerá uma perda em relação ao aumento no preço desde o momento em que a posição curta foi assumida, acrescentando-se quaisquer prémios e juros pagos a uma contraparte. Por conseguinte, a participação em posições curtas envolve o risco de as perdas poderem ser exageradas, potencialmente perdendo mais dinheiro do que o custo efectivo do investimento.

## 47. Riscos Relativos aos Investimentos no Mercado Chinês

Os Investidores poderão também estar sujeitos a riscos específicos do mercado chinês. Qualquer alteração significativa nas políticas económica, social e ao nível da política da China continental poderá ter um impacto negativo sobre os investimentos no mercado chinês. O enquadramento regulamentar e jurídico dos mercados de capitais na China continental poderá não estar tão bem desenvolvido como o existente em países desenvolvidos. As normas e práticas contabilísticas chinesas podem diferir significativamente das normas contabilísticas internacionais. Os sistemas de liquidação e compensação dos mercados de títulos chineses poderão não estar bem testados e poderão estar sujeitos a riscos mais elevados em termos de erro ou ineficiência. Os Investidores devem também estar cientes de que alterações na legislação fiscal da China continental poderão afectar o montante de rendimento e o montante de retorno de capital que podem ser obtidos a partir dos investimentos no Fundo.

Em particular, a posição fiscal de investidores estrangeiros detentores de acções chinesas tem sido historicamente incerta. As transferências de acções A e B de empresas residentes na República Popular da China ("RPC") por accionistas empresariais estrangeiros estão sujeitas a um imposto de retenção na fonte sobre mais-valias de 10%, embora o imposto não tenha sido cobrado no passado e se mantenham as incertezas relativamente ao momento da cobrança, a qualquer impacto retrospectivo e ao método de cálculo. Posteriormente, as autoridades fiscais da República Popular da China anunciaram em Novembro de 2014 que as mais-valias nas transferências de acções e de outros investimentos em acções na China efectuados por investidores estrangeiros estarão sujeitos a uma isenção "temporária" dos impostos de retenção na fonte sobre as mais-valias. Não houve quaisquer comentários sobre a duração desta isenção temporária. Uma vez que o comunicado também confirmou explicitamente que as mais-valias anteriores ao comunicado permanecem sujeitas a essa tributação, a Administração formou a opinião prudente de que as disposições relativas aos impostos de retenção na fonte sobre as mais-valias na República Popular da China deverão ser retidas sobre as mais-valias de acções A e B de sociedades com sede na China, entre 1 de Janeiro de 2008 e 17 de Novembro de 2014, mas não serão realizados outros acréscimos para as mais-valias realizadas após o dia 17 de Novembro de 2014, dependendo de futuros desenvolvimentos. A situação continua a ser objecto de estudo quanto a indicações de quaisquer alterações na prática do mercado ou quanto à disponibilização de orientações adicionais das autoridades chinesas, e os aumentos do imposto de retenção na fonte sobre as mais-valias podem ser retomados sem pré-aviso após a divulgação de tal orientação, caso a Administração e os seus consultores acharem ser o apropriado.

Os impostos sobre o rendimento das sociedades, sobre os rendimentos individuais e sobre as transacções serão objecto de uma isenção temporária sobre as mais-valias das transacções de acções A da China por parte de investidores estrangeiros (incluindo os Fundos) ao abrigo do Shanghai-Hong Kong Stock Connect ou do Shenzhen-Hong Kong Stock Connect. Contudo, é exigido aos investidores estrangeiros o pagamento de tributação sobre os dividendos e/ou acções bonificadas à taxa de 10%, os quais serão retidos e pagos às autoridades fiscais competentes relevantes da República Popular da China pelas sociedades cotadas. No caso de investidores com domicílio fiscal numa jurisdição que tenha celebrado um acordo fiscal com a República Popular da

China, esses investidores poderão solicitar um reembolso do imposto de retenção na fonte da China pago em excesso, caso o acordo fiscal relevante previr um montante inferior do imposto de retenção na fonte sobre os dividendos a uma taxa inferior sobre dividendos. Esses investidores poderão solicitar às autoridades fiscais um reembolso da diferença.

## 48. China – Riscos Relativos ao Estatuto RQFII e à Quota RQFII

Os Investidores devem ter em atenção que o estatuto RQFII ("Investidor Institucional Estrangeiro Qualificado RMB") dos Gestores de Investimentos poderá ser suspenso ou revogado, e que tal pode afectar negativamente o desempenho da Sociedade ao requerer que a Sociedade proceda à alienação das suas detenções de títulos.

Os Investidores devem ter em atenção que não existe qualquer garantia de que os Gestores de Investimentos irão continuar a manter o respectivo estatuto RQFII ou a disponibilizar a respectiva quota RQFII. Os Investidores devem também ter em atenção que poderá não ser atribuída à Sociedade uma porção suficiente da quota RQFII dos Gestores de Investimentos para satisfazer todos os pedidos de subscrição recebidos pela Sociedade e que os pedidos de resgate podem não ser processados atempadamente devido a alterações adversas em leis ou regulamentos relevantes. A Sociedade poderá não ter a utilização exclusiva de toda a quota RQFII concedida pela State Administration of Foreign Exchange (SAFE) ao Gestores de Investimentos, uma vez que os Gestores de Investimentos poderão, segundo o seu critério, alocar a quota RQFII que poderia de outra forma ter sido disponibilizada à Sociedade a outros produtos. Essas restrições podem resultar numa rejeição de pedidos de subscrição e numa suspensão de transacções da Sociedade. Em circunstâncias extremas, a Sociedade pode incorrer em perdas significativas devido à insuficiência da quota RQFII, às suas capacidades de investimento limitadas, ou à sua incapacidade de implementar na totalidade ou prosseguir o seu objectivo ou estratégia de investimento, devido a restrições de investimento RQFII, a iliquidez do mercado de títulos nacional chinês e/ou a atrasos ou perturbações na execução de transacções ou na liquidação de transacções.

As quotas RQFII são geralmente concedidas a RQFII (como os Gestores de Investimentos). As regras e restrições ao abrigo dos regulamentos RQFII aplicam-se geralmente aos Gestores de Investimentos (na sua qualidade de RQFII) enquanto um todo e não simplesmente aos investimentos efectuados pela Sociedade. A SAFE tem poder para impor sanções regulamentares se o RQFII ou o depositário do RQFII (ou seja, no caso da Sociedade, o Depositário chinês) violar qualquer disposição das regras e regulamentos aplicáveis publicados pela SAFE ("Regras SAFE"). Quaisquer violações podem resultar na revogação da quota RQFII ou noutras sanções regulamentares e poderão ter um impacto negativo na porção da quota RQFII dos Gestores de Investimentos disponibilizada para investimento pela Sociedade.

## 49. China – Riscos de Repatriação e Liqueidez

Actualmente, não existem restrições à repatriação de proveitos a partir da China para Fundos investidos em títulos *onshore*. No entanto, não existe qualquer garantia de que a repatriação não será sujeita a regras e restrições mais rigorosas devido a alterações nos regulamentos actuais. Tal pode influenciar a liquidez do Fundo e a sua capacidade de satisfazer pedidos de resgate mediante solicitação.

## 50. Riscos do Mercado Obrigacionista Interbancário Chinês

O mercado obrigacionista *onshore* da China consiste sobretudo do mercado obrigacionista interbancário e do mercado obrigacionista cotado em bolsa. O mercado obrigacionista interbancário chinês é um mercado OTC (mercado de balcão) constituído em 1997. Actualmente, mais de 90% da actividade de transacções de obrigações em CNY ocorre no mercado obrigacionista interbancário chinês e os principais produtos transaccionados neste mercado incluem obrigações governamentais, obrigações empresariais, obrigações de bancos de apoio à política e notas de médio prazo.

O mercado obrigacionista interbancário chinês encontra-se numa fase de desenvolvimento e internacionalização. Volatilidade de mercado e potencial falta de liquidez devido a um baixo volume de negociação podem resultar em volatilidade significativa dos preços de determinados títulos de dívida negociados nesse mercado. Os fundos que investem nesse mercado estão, desta forma, sujeitos a riscos de liquidez e volatilidade e podem sofrer perdas na negociação de obrigações chinesas *onshore*. Em particular, os *spreads bid/offer* dos preços de obrigações chinesas *onshore* podem ser alargados e os Fundos relevantes podem, desta forma, incorrer em custos de negociação e realização significativos quando da venda desses investimentos.

Na medida em que um Fundo realize transacções no mercado obrigacionista interbancário chinês, o Fundo poderá também estar exposto a riscos associados a procedimentos de liquidação e ao incumprimento de contrapartes. A contraparte que participou numa transacção com o Fundo poderá não cumprir a sua obrigação de liquidar a transacção através da entrega do título relevante ou através do pagamento por valor.

O mercado obrigacionista interbancário chinês está também sujeito a riscos regulamentares.

## 51. Shanghai-Hong Kong Stock Connect e Shenzhen-Hong Kong Stock Connect

Todos os Fundos que possam investir na China, podem investir em acções A da China ao abrigo dos programas Shanghai-Hong Kong Stock Connect e Shenzhen-Hong Kong Stock Connect (os "Stock Connect"), sujeitos a quaisquer limites regulamentares aplicáveis. O Stock Connect é um programa de transacção e de compensação de títulos desenvolvido pela Hong Kong Exchanges and Clearing Limited ("HKEx"), Hong Kong Securities Clearing Company Limited ("HKSCC"), Shanghai Stock Exchange ou Shenzhen Stock Exchange e China Securities Depository and Clearing Corporation Limited ("ChinaClear") com o objectivo de atingir um acesso mútuo ao mercado de acções entre a China continental e Hong Kong. O Stock Connect permite aos investidores estrangeiros negociar determinadas acções A da China cotadas na Shanghai Stock Exchange ou na Shenzhen Stock Exchange através de corretores baseados em Hong Kong.

Os Fundos que procuram investir nos mercados de títulos nacionais da República Popular da China poderão utilizar o Stock Connect, além dos programas "Investidores Institucionais Estrangeiros Qualificados" (QFII) e "Investidor Institucional Estrangeiro Qualificado em RMB" (RQFI) e, assim, estão sujeitos aos seguintes riscos adicionais:

**Risco Geral:** Os regulamentos relevantes não foram testados e estão sujeitos a alterações. Não há certezas quanto ao modo como os mesmos serão aplicados, pelo que poderão

afectar negativamente os Fundos. O Stock Connect requer a utilização de novos sistemas de tecnologia de informação que poderão estar sujeitos a riscos operacionais devido à sua natureza transfronteiriça. Se os sistemas relevantes não funcionarem adequadamente, as transacções nos mercados de Hong Kong e de Shanghai/Shenzhen através do Stock Connect poderão registar perturbações.

**Risco de compensação e liquidação:** A HKSCC e a ChinaClear estabeleceram os programas de compensação e cada uma delas tornar-se-á participante da outra, a fim de facilitar a liquidação e compensação das transacções transfronteiriças. No caso das transacções transfronteiriças iniciadas num mercado, a câmara de compensação desse mercado irá, por um lado, proceder à compensação e liquidação dos seus próprios participantes de compensação e, por outro lado, comprometer-se-á a cumprir as obrigações de liquidação e compensação dos seus participantes com a câmara de compensação da contraparte.

**Titularidade Legal/Beneficiária:** Quando os títulos são mantidos sob custódia numa base transfronteira, existem riscos específicos de titularidade legal/beneficiária associados a requisitos obrigatórios dos Depositários Centrais de Títulos locais, a HKSCC e a ChinaClear.

À semelhança de outros mercados emergentes e menos desenvolvidos, o quadro legislativo está a começar a desenvolver o conceito de titularidade legal/formal e de titularidade beneficiária ou interesse em títulos. Além disso, a HKSCC como titular mandatária, não garante a titularidade dos activos detidos ao abrigo do Stock Connect e não tem qualquer obrigação de aplicar a titularidade ou outros direitos associados à titularidade em nome dos beneficiários efectivos. Consequentemente, os tribunais poderão considerar que qualquer mandatário ou depositário, como titular registado dos activos do Stock Connect, terá a propriedade completa dos mesmos e que esses activos do Stock Connect farão parte do conjunto de títulos de tal entidade disponíveis para distribuição aos credores dessas entidades e/ou que um beneficiário efectivo não terá quaisquer direitos sobre os mesmos. Consequentemente, os Fundos e o Depositário não podem assegurar que a titularidade destes títulos ou propriedade pelos Fundos dos mesmos é garantida.

Na medida em que é considerado que a HKSCC está a exercer funções de salvaguarda no que respeita a activos detidos através da mesma, deve salientar-se que o Depositário e os Fundos não terão relação legal com a HKSCC e nenhum recurso legal directo contra a HKSCC no caso de os Fundos sofrerem perdas resultantes do desempenho ou insolvência da HKSCC.

Na eventualidade de incumprimento por parte da ChinaClear, a responsabilidade da HKSCC ao abrigo dos seus contratos de mercado com os participantes de compensação, limitar-se-á ao apoio aos participantes com reclamações. A HKSCC agirá de boa-fé a fim de obter a recuperação das acções e dos valores em numerário pendentes da ChinaClear através das vias legais disponíveis ou da liquidação da ChinaClear. Nesta situação, os Fundos poderão não recuperar totalmente as suas perdas ou os seus activos ao abrigo do Stock Connect e o processo de recuperação também pode ser adiado.

**Risco Operacional:** A HKSCC desempenha funções de compensação, liquidação e como mandatária, além de fornecer outros serviços relacionados com as transacções executadas pelos participantes do mercado de Hong Kong. Os regulamentos da República Popular da China que incluem determinadas restrições na compra ou venda serão aplicados a todos os participantes do mercado. No caso de venda, é



exigido ao corretor a entrega prévia de acções, aumentando o risco da contraparte. Devido a tais requisitos, os Fundos poderão não adquirir e/ou alienar atempadamente as suas participações em acções A da China.

**Limitações de Quotas:** O Stock Connect está sujeito a limitações de quotas que podem restringir a capacidade de os Fundos investirem em acções A da China ao abrigo do Stock Connect, em tempo oportuno.

**Compensação dos Investidores:** Os Fundos não beneficiarão de esquemas de compensação de investidores locais. O Stock Connect funcionará apenas nos dias em que tanto os mercados da República Popular da China como os de Hong Kong estejam abertos para negociação e quando os bancos em ambos os mercados estejam abertos nos dias de liquidação correspondentes. Poderão existir ocasiões em que, embora seja um dia normal de negociação para o mercado da República Popular da China, os Fundos não poderão executar transacções de acções A da China. Os Fundos poderão estar sujeitos a riscos de flutuação de preços nas acções A da China durante o período em que o Stock Connect não esteja a negociar como resultado.

**Risco de Investimento:** Os títulos transaccionados através do Shenzhen-Hong Kong Stock Connect podem ser de pequenas empresas que estão sujeitas aos "Riscos Associados a Pequenas Empresas", conforme detalhado anteriormente neste Anexo.



# Anexo III

## Detalhes dos Fundos

O objectivo da Sociedade é oferecer aos Investidores a flexibilidade de poderem escolher entre carteiras de investimento com objectivos de investimento e níveis de risco diferentes.

Os objectivos e políticas de investimento a seguir descritos vinculam o Gestor de Investimentos de cada Fundo, embora não possa haver nenhuma garantia de que um objectivo de investimento seja alcançado.

Se um Fundo fizer referência a uma região ou a um país, tal significa que irá investir em ou obter exposição a empresas estabelecidas, constituídas, cotadas ou com actividade comercial essencialmente nessa região ou nesse país.

Os objectivos e políticas de investimento a seguir descritos vinculam o Gestor de Investimentos de cada Fundo, embora não possa haver nenhuma garantia de que um objectivo de investimento seja alcançado.

Os objectivos e políticas de investimento específicos de cada um dos Fundos estão sujeitos à seguinte interpretação: cada Fundo será gerido activamente e investirá, de acordo com o seu nome ou com a sua política de investimento, directamente ou (se tal tiver sido especificado) através de derivados, em investimentos correspondentes à moeda, título, país, região ou indústria aplicáveis indicados no objectivo de investimento ou na política de investimento.

Se a política de investimento de um Fundo estiver relacionada com investimentos em empresas de um país ou região específicos, essa referência significa (na ausência de qualquer outra especificação) investimentos em empresas constituídas, sedeadas, cotadas ou exercendo as suas actividades principais nesse país ou região.

### Índices de Referência

Se a política de investimento de um Fundo incluir um índice de referência, este foi escolhido pelas seguintes razões:

- (A) no que respeita ao índice de referência comparador, o índice de referência foi seleccionado porque representa uma comparação adequada para efeitos de desempenho;
- (B) no que respeita a um índice de referência-alvo que é um índice financeiro, o índice de referência foi seleccionado porque é representativo dos tipos de participações nos quais o Fundo provavelmente investirá, sendo, desta forma, um alvo adequado em relação ao retorno que o Fundo pretende fornecer;
- (C) no que respeita a um índice de referência-alvo que não é um índice financeiro, o índice de referência foi seleccionado porque o retorno-alvo do Fundo consiste em igualar ou ultrapassar o retorno desse índice de referência, conforme indicado no objectivo de investimento. O Fundo também pode apresentar um índice de referência comparador se o gestor de investimentos acreditar que o mesmo representa uma comparação adequada para efeitos de desempenho;

- (D) no que respeita a um índice de referência restritivo, o índice de referência foi seleccionado porque o gestor está condicionado pelo valor, pelo preço ou pelos componentes desse índice de referência, conforme indicado no objectivo de investimento.

### Utilização de derivados

Cada Fundo pode utilizar derivados, longos e curtos, com o objectivo de obter ganhos de investimento, reduzir o risco (incluindo a gestão de riscos de taxas de juro e cambiais) ou gerir o Fundo de modo mais eficiente, em conformidade com a sua política de investimento e perfil de risco específico, conforme divulgado abaixo. Esses derivados incluem, entre outros, opções transaccionadas em mercado de balcão e/ou em bolsa, futuros (incluindo contratos de futuros cambiais), opções sobre futuros, warrants, swaps (incluindo swaps de retorno total, swaps de carteira, swaps cambiais, swaps de taxa de juro, credit default swaps e índices de credit default swaps), contratos por diferenças, contratos a prazo (incluindo contratos cambiais a prazo), credit linked notes e/ou uma combinação das hipóteses acima mencionadas. Uma parte significativa das posições longas de cada Fundo será suficientemente líquida para cobrir sempre as obrigações do Fundo resultantes das suas posições curtas.

### Nível de alavancagem esperado:

- Fundos que quantificam a exposição global através de uma abordagem *Value-at-Risk* (VaR) divulgam o seu nível de alavancagem esperado.
- O nível de alavancagem esperado é um indicador e não um limite regulamentar. Os níveis de alavancagem do Fundo poderão ser superiores ao esperado desde que o Fundo permaneça de acordo com o seu perfil de risco e cumpra o seu limite VaR.
- O relatório anual irá fornecer o nível de alavancagem real durante o período passado e explicações adicionais sobre este valor.
- O nível de alavancagem é uma medida (i) da utilização de derivados e (ii) do reinvestimento de garantias no que respeita a transacções de gestão eficiente da carteira. Não tem em consideração outros activos físicos directamente detidos na carteira dos Fundos relevantes. Também não representa o nível de potenciais perdas de capital que um Fundo poderá incorrer.

O nível de alavancagem é calculado como (i) a soma dos nominais de todos os contratos financeiros derivados celebrados pelo Fundo, expressa como uma percentagem do Valor Patrimonial Líquido do Fundo e (ii) qualquer alavancagem adicional gerada pelo reinvestimento da garantia no que respeita a transacções de gestão eficiente da carteira.

Esta metodologia não:

- faz distinção entre instrumentos financeiros derivados que são utilizados para fins de investimento ou de cobertura. Consequentemente, as estratégias cujo objectivo consiste em reduzir o risco contribuirão para o aumento do nível de alavancagem do Fundo.

- possibilita a compensação de posições em derivados. Consequentemente, os *roll overs* de derivados e as estratégias que se apoiam numa combinação de posições longas e curtas poderão contribuir para um grande aumento do nível de alavancagem, ao passo que não aumentam ou originam apenas um aumento moderado do risco total do Fundo;
- toma em consideração a volatilidade de activos derivados subjacentes, nem faz distinção entre activos de longo e de curto prazo. Consequentemente, um Fundo que apresente um nível elevado de alavancagem não tem necessariamente um risco superior ao de um Fundo que apresente um nível baixo de alavancagem.

Os detalhes relativos a cada Fundo são apresentados a seguir. Os Fundos com um asterisco (\*) a seguir ao nome não estão disponíveis para subscrição na altura da emissão deste Prospecto. O lançamento desses Fundos terá lugar se e quando os Administradores o entenderem, altura em que o Prospecto será alterado em conformidade.

Cada Fundo, salvo especificação em contrário no Anexo III, poderá investir até 5% numa base líquida em obrigações convertíveis contingentes. Para mais informações sobre os riscos associados ao investimento nestes Fundos, consulte o Anexo II, "Riscos do Investimento".

As palavras e expressões definidas no Prospecto terão, excepto se lhes for atribuída outra definição neste Anexo (na descrição específica de cada Fundo), o mesmo significado que lhes foi atribuído quando utilizadas neste Anexo.

# Schroder GAIA BlueTrend

## Objectivo de Investimento

O Fundo tem como objectivo proporcionar crescimento do capital através do investimento em mercados de títulos de taxa fixa e variável, acções e títulos relacionados com acções, moedas e matérias-primas a nível mundial.

## Política de Investimento

O Gestor de Investimentos implementou um sistema informático computadorizado que, através de uma análise quantitativa, identifica padrões de tendências e preços para determinar negociações que são então colocadas. O Gestor de Investimentos procura explorar oportunidades quando os preços apresentam tendências de subida ou descida persistentes e identificáveis.

O Fundo investe directamente (através de participações físicas) e/ou indirectamente (através de derivados) em mercados de títulos de taxa fixa e variável, acções e títulos relacionados com acções e matérias-primas a nível mundial, bem como em Fundos de Investimento que investem nesses instrumentos.

Os investimentos em matérias-primas são efectuados indirectamente utilizando i) derivados (incluindo swaps de retorno total) cujos activos subjacentes consistem de índices de matérias-primas diversificados elegíveis e outros activos subjacentes elegíveis e/ou ii) valores mobiliários elegíveis que não incluem um instrumento derivado. O Fundo não irá adquirir matérias-primas físicas directamente, nem irá investir directamente em qualquer derivado que tenha matérias-primas físicas como um activo subjacente.

A exposição do Fundo a qualquer matéria-prima única não irá exceder 20% dos activos do Fundo (ou 35% no caso de uma matéria-prima em condições de mercado excepcionais, conforme possa ser o caso quando uma determinada matéria-prima for, no conjunto, excessivamente dominante num índice de matérias-primas diversificado). A exposição global do Fundo a qualquer matéria-prima única (quando calculada numa base líquida) será longa ou curta.

O Fundo utiliza derivados extensivamente (incluindo swaps de retorno total e contratos por diferenças), através de posições longas e curtas, com o objectivo de obter ganhos de investimento, reduzir o risco (incluindo a gestão dos riscos de taxas de juro e cambial) ou gerir o Fundo de modo mais eficiente. Caso o Fundo utilize swaps de retorno total e

contratos por diferenças, o activo subjacente consiste em instrumentos e índices nos quais o Fundo poderá de outra forma investir directamente de acordo com o respectivo Objectivo e Política de Investimento. Em particular, podem ser utilizados swaps de retorno total e contratos por diferenças para obter exposição longa e curta a acções e títulos relacionados com acções e índices de matérias-primas. A exposição bruta a swaps de retorno total e contratos por diferenças não irá ultrapassar 200% e deverá manter-se no intervalo de 10% a 150% do Valor Patrimonial Líquido. Em determinadas circunstâncias, esta proporção poderá ser superior. O Fundo poderá assumir posições curtas sintéticas e longas líquidas ou curtas líquidas aquando da combinação de posições longas e curtas.

O Fundo poderá investir em instrumentos do mercado monetário e deter numerário. O Fundo poderá excepcionalmente deter até 100% dos respectivos activos em numerário.

O Fundo poderá investir até 10% dos seus activos em Fundos de Investimento do tipo aberto.

O Fundo poderá estar limitado em termos de capacidade e, consequentemente, o Fundo ou algumas das suas Classes de Acções poderão ser fechados a novas subscrições ou trocas para o Fundo ou Classe de Acções, conforme descrito na secção 2.3.

## Exposição Global ao Risco

O Fundo emprega a abordagem *Value-at-Risk* (VaR) absoluta para avaliar o seu risco de mercado.

## Nível de Alavancagem Esperado

3.500% dos activos líquidos totais

Com o objectivo de implementar a sua estratégia de investimento, o Fundo irá basear-se intensivamente em instrumentos financeiros derivados que irão gerar um nível elevado de alavancagem.

Quando surgirem no mercado oportunidades, o nível de alavancagem do Fundo poderá ser significativamente superior, já que o Fundo se baseia em instrumentos que requerem um nível substancial de alavancagem bruta para gerar uma quantidade de risco limitada, como contratos de taxa de juro de curto prazo.

## Características do Fundo

Moeda do Fundo	USD
Gestor de Investimentos	Systematica Investments Limited
	A Systematica Investments Limited é uma sociedade anónima de Jersey, estabelecida ao abrigo da Lei das Sociedades (Jersey) de 1991, e foi constituída a 21 de Outubro de 2014. A Systematica Investments Limited actua como sócio comanditado da Systematica Investments LP, uma sociedade em comandita de Guernsey estabelecida, ao abrigo da Lei de Sociedades em Comandita (Guernsey) de 1995, a 5 de Novembro de 2014. A Systematica Investments Limited, na qualidade de sócio comanditado da Systematica Investments LP, é regulada pela <i>Jersey Financial Services Commission</i> (Comissão de Serviços Financeiros de Jersey) ao abrigo da Lei de Serviços Financeiros (Jersey) de 1998.

Subgestor de Investimentos	Poderá encontrar uma lista actualizada dos Subgestores de Investimento nomeados no sítio Web <a href="http://www.schroders.com/gaiabluetrend">www.schroders.com/gaiabluetrend</a> . Esta lista também será publicada nos relatórios anuais e semestrais da Sociedade.
Hora Limite de Negociação <sup>1</sup>	13h00, hora do Luxemburgo, três Dias Úteis antes de um Dia de Negociação
Frequência de Negociação/Dia de Negociação	Semanalmente, todas as quartas-feiras ou no Dia Útil seguinte se a quarta-feira não for Dia Útil <sup>1</sup> e no último Dia Útil de um mês
Dia de Cálculo	Todos os Dias Úteis. O Valor Patrimonial Líquido por Acção é calculado para o Dia Útil anterior.
Disponibilidade do Valor Patrimonial Líquido por Acção	O Valor Patrimonial Líquido por Acção estará disponível em cada Dia de Cálculo. Chama-se a atenção dos Accionistas para o facto de que o tratamento de pedidos de subscrição, resgate e troca se baseará apenas no Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para Dias de Negociação. O Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para Dias de não Negociação é disponibilizado apenas para fins de reporte e comissões.
Período de Liquidação das Receitas de Subscrição e de Resgate <sup>2</sup>	Num prazo de três Dias Úteis a partir do Dia de Negociação relevante
Considerações Específicas Relativas ao Risco <sup>3</sup>	<p>O Fundo utiliza alavancagem suficiente através de instrumentos financeiros derivados, que irão ampliar ganhos e perdas sobre os seus investimentos e resultar em flutuações maiores do respectivo Valor Patrimonial Líquido. Esta situação aumenta significativamente o risco do Fundo comparativamente a um fundo sem alavancagem. A alavancagem ocorre quando a exposição económica global do Fundo excede o respectivo montante de activos investido.</p> <p>A exposição longa e curta obtida através de <i>swaps</i> de retorno total indexados a índices e a obrigações poderá aumentar a exposição a riscos relacionados com o crédito.</p> <p>O Fundo poderá investir em títulos relacionados com matérias-primas incluindo, entre outros, futuros de matérias-primas e fundos de matérias-primas transaccionados em bolsa. Os títulos relacionados com matérias-primas são altamente voláteis. Os mercados de matérias-primas são influenciados por, entre outros factores, relações de oferta em procura em constante mutação, condições atmosféricas, programas e políticas governamentais, agrícolas, comerciais e de negócios concebidos para influenciar os preços de matérias-primas, eventos políticos e económicos mundiais e alterações nas taxas de juro. Em particular, posições de futuros de matérias-primas poderão ser ilíquidas porque determinadas bolsas de matérias-primas limitam as flutuações relativamente a determinados preços de contratos de futuros durante um único dia através de regulamentos referidos como "limites de flutuação de preços diários" ou "limites diários". Ao abrigo desses limites diários, durante um único dia de negociação não serão executadas quaisquer negociações a preços superiores a esses limites diários. Quando o preço de um contrato relativo a um futuro específico subir ou descer num montante igual ao limite diário, as posições no futuro não podem ser assumidas ou liquidadas, excepto se os negociadores estiverem dispostos a realizar negociações ao ou respeitando o limite.</p> <p>O Gestor de Investimentos irá utilizar determinadas estratégias de investimento quantitativas, que estão sujeitas a uma diversidade de riscos incluindo, entre outros, a dependência de tecnologia exclusiva ou licenciada, e correspondentemente a sujeição a, ou a falha dessas tecnologias ou estratégias poderá ter um efeito mais substancial na capacidade do Gestor de Investimentos de cumprir os objectivos do Fundo em comparação a fundos que não estão tão dependentes dessas tecnologias ou estratégias.</p>
Perfil do Investidor Típico	<p>O Fundo poderá estar indicado para Investidores mais preocupados em maximizar os retornos a longo prazo do que em minimizar possíveis perdas a curto prazo. O Fundo não se destina a Investidores de retalho; destina-se a Investidores sofisticados. Um Investidor sofisticado significa um Investidor que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) compreende a estratégia, características e riscos do Fundo de forma a tomar uma decisão de investimento informada; e</li> <li>b) tem conhecimento de, e experiência de investimento em, produtos financeiros que utilizam derivados complexos e/ou estratégias de derivados (como este Fundo) e dos mercados financeiros a nível geral.</li> </ul>
Comissão de Desempenho	20% (15% para a classe E) (o multiplicador) do desempenho superior absoluto relativamente ao princípio do nível mais alto ( <i>High Water Mark</i> ), segundo a metodologia descrita na secção 3.2(B).
Considerações sobre Custos Específicos	O Fundo utilizará estratégias que envolvem a negociação frequente de títulos. Uma vez que as comissões e os custos de corretagem são pagáveis por transacção, um Fundo poderá incorrer em mais custos face a um fundo que transacciona com menor frequência.

<sup>1</sup> Normalmente, as instruções aceites pela Sociedade Gestora após a Hora Limite de Negociação para um Dia de Negociação serão executadas no Dia de Negociação seguinte, salvo renúncia por parte da Sociedade Gestora e desde que os Accionistas sejam tratados equitativamente.

<sup>2</sup> No caso de pedidos através de Distribuidores, poderão aplicar-se diferentes procedimentos de subscrição e resgate.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os riscos associados ao investimento neste Fundo, consulte o Anexo II, "Riscos de Investimento".

## Características das Classes de Acções

Classes de Acções	Subscrição Inicial Mínima	Subscrição Adicional Mínima	Participação Mínima	Comissão Inicial <sup>4</sup>
A	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 3%
C	10.000 USD	5.000 USD	100.000 USD	Até 1%
C1	100.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
E	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
I	5.000.000 USD	2.500.000 USD	5.000.000 USD	Nenhuma
N	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Nenhuma

Classes de Acções	Comissão de Gestão de Investimentos <sup>5</sup>	Comissão de Distribuição <sup>5</sup>	Comissão de Desempenho
A	2,00%	Nenhuma	Sim
C	25%	Nenhuma	Sim
C1	25%	Nenhuma	Sim
E	1,00%	Nenhuma	Sim
I	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
N	1,00%	Nenhuma	Sim

O encargo de cobertura da classe de acções até 0,03% será suportado por Classes de Acções com cobertura cambial.

<sup>4</sup> As percentagens são apresentadas com base no montante total da subscrição, que representa 3,09278% para Acções A e 1,0101% para Acções C, C1 e E, do Valor Patrimonial Líquido por Acção.

<sup>5</sup> As percentagens são apresentadas com base no Valor Patrimonial Líquido do Fundo ou no Valor Patrimonial Líquido por Acção, conforme for mais adequado.



# Schroder GAIA Contour Tech Equity

## Objectivo de Investimento

O Fundo tem como objectivo proporcionar crescimento de capital investindo em acções e títulos relacionados com acções a nível mundial, incluindo de mercados emergentes.

## Política de Investimento

O Fundo tem como objectivo proporcionar crescimento de capital investindo em posições longas e curtas em acções e títulos relacionados com acções de empresas dos, ou relacionadas com os, sectores da tecnologia, meios de comunicação social e telecomunicações. O Fundo poderá também investir noutras acções e títulos relacionados com acções.

Os investimentos serão efectuados directamente (através de participações físicas) e/ou indirectamente através de derivados. O Fundo poderá utilizar derivados (incluindo swaps de retorno total e contratos por diferenças), a longo e curto prazo, com o objectivo de obter ganhos de investimento, reduzir o risco (incluindo gestão do risco cambial) ou gerir o Fundo de modo mais eficiente. O Fundo tem flexibilidade para assumir o risco cambial associado aos investimentos do Fundo. Caso o Fundo utilize swaps de retorno total, o activo subjacente consistirá em instrumentos e índices nos quais o Fundo poderá investir directamente de acordo com o respectivo Objectivo e Política de Investimento. Em particular, podem ser utilizados swaps de retorno total e contratos por diferenças para obter exposição longa e curta a acções e títulos relacionados com acções. A exposição bruta a swaps de retorno total e contratos por diferenças não irá ultrapassar 325% e deverá manter-se no intervalo de 125% a 275% do Valor Patrimonial

Líquido. Em determinadas circunstâncias, esta proporção poderá ser superior. O Fundo poderá assumir posições longas líquidas ou curtas líquidas aquando da combinação de posições longas e curtas.

O Fundo poderá investir em instrumentos do mercado monetário e deter numerário. O Fundo poderá, a título excepcional, deter até 100% dos seus activos em numerário. O Fundo poderá investir até 10% dos seus activos em Fundos de Investimento do tipo aberto.

Uma vez que o Fundo não está limitado a índices, é gerido sem referência a um índice.

O Fundo poderá estar limitado em termos de capacidade e, consequentemente, o Fundo ou algumas das suas Classes de Acções poderão ser fechados a novas subscrições ou trocas para o Fundo ou Classe de Acções, conforme descrito na secção 2.3.

## Exposição Global ao Risco

O Fundo emprega a abordagem Value-at-Risk (VaR) absoluta para avaliar o seu risco de mercado.

## Nível de Alavancagem Esperado

450% dos activos líquidos totais.

O nível de alavancagem poderá ser mais elevado quando a volatilidade diminui substancialmente, quando se prevêem mercados em baixa ou quando surgem determinadas oportunidades no mercado.

## Características do Fundo

Moeda do Fundo	USD
Gestor de Investimentos	Contour Asset Management, LLC  A Contour Asset Management, LLC é uma sociedade estabelecida em Nova Iorque, EUA, e foi constituída a 9 de Julho de 2010. É regulada pela <i>Securities and Exchange Commission</i> (Comissão de Valores Mobiliários) (EUA) ao abrigo da <i>Investment Advisers Act</i> (Lei de Consultores de Investimento) dos Estados Unidos de 1940.
Hora Limite de Negociação <sup>1</sup>	13h00, hora do Luxemburgo, três Dias Úteis antes de um Dia de Negociação
Frequência de Negociação/Dia de Negociação	Semanalmente, todas as quartas-feiras ou no Dia Útil seguinte se uma quarta-feira não for um Dia Útil <sup>1</sup> e no último Dia Útil de um mês
Dia de Cálculo	Todos os Dias Úteis. O Valor Patrimonial Líquido por Acção é calculado para o Dia Útil anterior.
Disponibilidade do Valor Patrimonial Líquido por Acção	O Valor Patrimonial Líquido por Acção estará disponível em cada Dia de Cálculo. Chama-se a atenção dos Accionistas para o facto de que o tratamento de pedidos de subscrição, resgate e troca se baseará apenas no Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para Dias de Negociação. O Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para Dias de não Negociação é disponibilizado apenas para fins de reporte e comissões.
Período de Liquidação das Receitas de Subscrição e de Resgate <sup>2</sup>	Num prazo de três Dias Úteis a partir do Dia de Negociação relevante
Considerações Específicas Relativas ao Risco <sup>3</sup>	A utilização de instrumentos financeiros derivados para fins de investimento poderá aumentar a volatilidade da cotação das Acções, o que poderá resultar em perdas maiores para o Investidor.  A exposição longa e curta obtida através de swaps de retorno total indexados a acções poderá aumentar a exposição a riscos relacionados com acções.

<sup>1</sup> Normalmente, as instruções aceites pela Sociedade Gestora após a Hora Limite de Negociação para um Dia de Negociação serão executadas no Dia de Negociação seguinte, salvo renúncia por parte da Sociedade Gestora e desde que os Accionistas sejam tratados equitativamente.

<sup>2</sup> No caso de pedidos através de Distribuidores, poderão aplicar-se diferentes procedimentos de subscrição e resgate.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os riscos associados ao investimento neste Fundo, consulte o Anexo II, "Riscos de Investimento".

	O Fundo poderá assumir posições significativas em empresas que poderão estar concentradas num único sector e/ou região geográfica. Isto poderá resultar em alterações significativas no valor do Fundo, subidas ou descidas, num breve período de tempo, o que poderá afectar adversamente o desempenho do Fundo.
Perfil do Investidor Típico	O Fundo poderá estar indicado para Investidores mais preocupados em maximizar os retornos a longo prazo do que em minimizar possíveis perdas a curto prazo.
Comissão de Desempenho	20% (o multiplicador) do desempenho superior absoluto, sujeito ao princípio do nível mais alto ( <i>High Water Mark</i> ), segundo a metodologia descrita na secção 3.2(B).

## Características das Classes de Acções

Classes de Acções	Subscrição Inicial Mínima	Subscrição Adicional Mínima	Participação Mínima	Comissão Inicial <sup>4</sup>
A	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 3%
A1	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 2%
C	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
C1	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
E	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
I	5.000.000 USD	2.500.000 USD	5.000.000 USD	Nenhuma

Classes de Acções	Comissão de Gestão de Investimentos <sup>5</sup>	Comissão de Distribuição <sup>5</sup>	Comissão de Desempenho
A	2,00%	Nenhuma	Sim
A1	2,00%	0,50%	Sim
C	1,25%	Nenhuma	Sim
C1	1,25%	Nenhuma	Sim
E	1,00%	Nenhuma	Sim
I	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma

O encargo de cobertura da classe de acções até 0,03% será suportado por Classes de Acções com cobertura cambial.

<sup>4</sup> As percentagens são apresentadas com base no montante total da subscrição, que representa 3,09278% para Acções A, 2,04081% para Acções A1 e 1,0101% para Acções C, C1 e E, do Valor Patrimonial Líquido por Acção.

<sup>5</sup> As percentagens são apresentadas com base no Valor Patrimonial Líquido do Fundo ou no Valor Patrimonial Líquido por Acção, conforme for mais adequado.

# Schroder GAIA Egerton Equity

## Objectivo de Investimento

O Fundo tem como objectivo proporcionar valorização do capital através do investimento em acções e em títulos relacionados com acções a nível mundial, incluindo mercados emergentes.

## Política de Investimento

O Fundo, através de posições longas e curtas, investe em acções e títulos relacionados com acções, títulos de taxa fixa e variável e Fundos de Investimento que investem nesses instrumentos.

Os investimentos podem ser realizados directamente (através de participações físicas) e/ou indirectamente (através de derivados). O Fundo poderá utilizar derivados (incluindo swaps de retorno total e contratos por diferenças), a longo e curto prazo, com o objectivo de obter ganhos de investimento, reduzir o risco ou gerir o Fundo de modo mais eficiente. O Fundo irá normalmente assumir posições curtas líquidas aquando da combinação de posições longas e curtas. Caso o Fundo utilize swaps de retorno total e contratos por diferenças, o activo subjacente consistirá em instrumentos nos quais o Fundo poderá investir de acordo com o respectivo Objectivo e Política de Investimento. Em particular, podem ser utilizados swaps de retorno total e contratos por diferenças para obter exposição longa e curta ou para cobrir a exposição a acções e títulos relacionados com acções. A exposição bruta a swaps de retorno total e contratos por diferenças não irá

ultrapassar 250% e deverá manter-se no intervalo de 20% a 100% do Valor Patrimonial Líquido. Em determinadas circunstâncias, esta proporção poderá ser superior.

O Fundo poderá investir em instrumentos do mercado monetário e deter numerário. O Fundo poderá excepcionalmente deter até 100% dos seus activos em numerário. O Fundo poderá investir até 10% dos seus activos em Fundos de Investimento do tipo aberto.

Uma vez que o Fundo não é constrangido por índices, é gerido sem referência a um índice.

O Fundo pode estar sujeito a restrições de capacidade e, por conseguinte, o Fundo ou algumas das suas Classes de Acções podem ser fechados a novas subscrições ou trocas para o Fundo ou Classe de Acções, conforme descrito na secção 2.3.

## Exposição Global ao Risco

O Fundo emprega a abordagem *Value-at-Risk* (VaR) absoluta para avaliar o seu risco de mercado.

## Nível de Alavancagem Esperado

150% dos activos líquidos totais

O nível de alavancagem poderá ser mais elevado quando a volatilidade diminuir substancialmente ou quando se preverem mercados em baixa.

## Características do Fundo

Moeda do Fundo	EUR
Gestor de Investimentos	Egerton Capital (UK) LLP  A Egerton Capital (UK) LLP é uma sociedade de responsabilidade limitada inglesa estabelecida no Reino Unido, tendo sido constituída a 18 de Fevereiro de 2013. Está autorizada e regulada pela <i>Financial Services Authority</i> (Autoridade de Serviços Financeiros) do Reino Unido.
Subgestor de Investimentos	Egerton Capital (US), LP  A Egerton Capital (US), LP é uma sociedade em comandita simples situada em Delaware (EUA). Foi registada junto da U.S. Securities and Exchange Commission como consultor de investimentos, em conformidade com a Lei de Consultores de Investimentos de 1940 (EUA), desde 23 de Agosto de 2018.
Hora Limite de Negociação <sup>1</sup>	13h00, hora do Luxemburgo, três Dias Úteis antes de um Dia de Negociação
Frequência de Negociação/Dia de Negociação	Semanalmente, todas as quartas-feiras ou no Dia Útil seguinte se uma quarta-feira não for um Dia Útil <sup>1</sup> e no último Dia Útil de um mês
Dia de Cálculo	Todos os Dias Úteis. O Valor Patrimonial Líquido por Acção é calculado para o Dia Útil anterior.
Disponibilização do Valor Patrimonial Líquido por Acção	O Valor Patrimonial Líquido por Acção estará disponível todos os Dias de Cálculo. Chama-se a atenção dos Accionistas para o facto de que o tratamento de pedidos de subscrição, resgate e troca se baseará apenas no Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para Dias de Negociação. O Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para Dias de não Negociação é disponibilizado apenas para fins de elaboração de relatórios e cálculo de comissões.
Período de Liquidação das Receitas de Subscrição e de Resgate <sup>2</sup>	Num prazo de três Dias Úteis a partir do Dia de Negociação relevante

<sup>1</sup> Normalmente, as instruções aceites pela Sociedade Gestora após a Hora Limite de Negociação para um Dia de Negociação serão executadas no Dia de Negociação seguinte, salvo renúncia por parte da Sociedade Gestora e desde que os Accionistas sejam tratados equitativamente.

<sup>2</sup> No caso de pedidos através de Distribuidores, poderão aplicar-se diferentes procedimentos de subscrição e resgate.

Considerações Específicas Relativas ao Risco <sup>3</sup>	<p>A utilização de instrumentos financeiros derivados para fins de investimento poderá aumentar a volatilidade da cotação das Acções, o que poderá resultar em perdas maiores para o Investidor.</p> <p>A exposição longa e curta obtida através de <i>swaps</i> de retorno total indexados a acções poderá aumentar a exposição a riscos relacionados com acções.</p>
Perfil do Investidor Típico	O Fundo poderá estar indicado para Investidores mais preocupados em maximizar os retornos a longo prazo do que em minimizar possíveis perdas a curto prazo.
Comissão de Desempenho	20% (o multiplicador) do desempenho superior ao da EONIA + 1,00% (a <i>Hurdle</i> ), sujeito ao princípio do nível mais alto ( <i>High Water Mark</i> ), conforme a metodologia na Secção 3.2(A).

## Características das Classes de Acções

Classes de Acções	Subscrição Inicial Mínima	Subscrição Adicional Mínima	Participação Mínima	Comissão Inicial <sup>4</sup>
A	10.000 EUR	5.000 EUR	10.000 EUR	Até 3%
A1	10.000 EUR	5.000 EUR	10.000 EUR	Até 2%
C	10.000 EUR	5.000 EUR	10.000 EUR	Até 1%
C1	10.000 EUR	5.000 EUR	10.000 EUR	Até 1%
E <sup>6</sup>	10.000 EUR	5.000 EUR	10.000 EUR	Até 1%
I	5.000.000 EUR	2.500.000 EUR	5.000.000 EUR	Nenhuma
X	100.000.000 USD	2.500.000 USD	100.000.000 USD	Nenhuma

Classes de Acções	Comissão de Gestão de Investimentos <sup>5</sup>	Comissão de Distribuição <sup>6</sup>	Comissão de Desempenho
A	2,00%	Nenhuma	Sim
A1	2,00%	0,50%	Sim
C	1,25%	Nenhuma	Sim
C1	1,25%	Nenhuma	Sim
E <sup>6</sup>	1,25%	Nenhuma	Sim
I	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
X	Até 1,25%	Nenhuma	Sim

O encargo de cobertura da classe de acções até 0,03% será suportado por Classes de Acções com cobertura cambial.

O Fundo pagará custos de investimento e pesquisa a uma Conta de Pagamento de Pesquisa.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os riscos associados ao investimento neste Fundo, consulte o Anexo II, "Riscos de Investimento".

<sup>4</sup> As percentagens são apresentadas com base no montante total da subscrição, que representa 3,09278% para Acções A, 2,04081% para Acções A1 e 1,0101% para Acções C, C1 e E, do Valor Patrimonial Líquido por Acção.

<sup>6</sup> Esta Classe de Acções não é disponibilizada pela rede global de distribuidores da Schroders. Para quaisquer questões a este respeito, informe-se junto da Sociedade Gestora.

<sup>5</sup> As percentagens são apresentadas com base no Valor Patrimonial Líquido do Fundo ou no Valor Patrimonial Líquido por Acção, conforme for mais adequado.

# Schroder GAIA Nuveen US Equity Long Short\*

## Objectivo de Investimento

O Fundo visa proporcionar valorização do capital através do investimento em acções e títulos relacionados com acções de empresas dos EUA.

## Política de Investimento

O Fundo é gerido activamente e poderá assumir exposições longas e curtas em acções e títulos relacionados com acções de empresas dos EUA.

O Fundo investe directamente (através de participações físicas) e/ou indirectamente (através de derivados).

O índice de referência restritivo do Fundo é o Russell 1000 Index, uma vez que pelo menos 90% das posições longas e curtas do Fundo estarão em empresas incluídas nesse índice.

O Fundo poderá utilizar derivados (incluindo swaps de retorno total e contratos por diferenças), através de posições longas e curtas, com o objectivo de obter ganhos de investimento, reduzir o risco ou gerir o Fundo de modo mais eficiente. Caso o Fundo utilize swaps de retorno total e contratos por diferenças, o subjacente consiste em instrumentos nos quais o Fundo poderá investir de acordo com o respectivo Objectivo e Política de Investimento. Em particular, podem ser utilizados "swaps" de retorno total e contratos por diferenças para obter exposição longa e curta ou para cobrir a exposição a acções e títulos relacionados com acções. A exposição bruta a "swaps" de retorno total e contratos por diferenças não irá ultrapassar 300% e deverá manter-se no intervalo de 50% a 200% do Valor Patrimonial Líquido. Em determinadas circunstâncias, esta proporção poderá ser superior.

O Fundo poderá investir em instrumentos do mercado monetário e deter numerário. O Fundo poderá excepcionalmente deter até 100% dos seus activos em numerário.

O Fundo assumirá posições longas líquidas aquando da combinação de posições longas e curtas.

O Fundo pode estar substancialmente sobreponderado ou subponderado face a títulos e sectores incluídos no Russell 1000 Index.

O Fundo poderá investir até 10% dos seus activos em Fundos de Investimento do tipo aberto.

O Fundo poderá estar limitado em termos de capacidade e, consequentemente, o Fundo ou algumas das suas Classes de Acções poderão ser fechados a novas subscrições ou trocas para o Fundo ou Classe de Acções, conforme descrito na secção 2.3.

## Exposição Global ao Risco

O Fundo emprega a abordagem Value-at-Risk (VaR) relativa para avaliar o seu risco de mercado.

## Nível de Alavancagem Esperado

275% dos activos líquidos totais

O nível de alavancagem poderá ser mais elevado quando a volatilidade diminuir substancialmente ou quando se preverem mercados em baixa.

## VaR de Referência

70% do Russell 1000 (Total Return) Index e 30% da BBA LIBOR USD 3 Month Act 360. O Russell 1000 (Total Return) Index é um índice ponderado de capitalização de mercado ajustado à livre flutuação concebido para medir o desempenho no mercado accionista de acções de grande capitalização nos EUA.

## Características do Fundo

Moeda do Fundo	USD
Gestor de Investimentos	Nuveen Asset Management  A Nuveen Asset Management, LLC é uma empresa constituída em Delaware, EUA, e foi formada a 5 de Outubro de 2010. É regulada pela Securities and Exchange Commission (EUA) de acordo com a Lei de Consultores de Investimentos de 1940 (EUA).
Hora Limite de Negociação <sup>1</sup>	13h00, hora do Luxemburgo, em qualquer Dia de Negociação
Frequência de Negociação/Dia de Negociação	Diária
Dia de Cálculo	Todos os Dias Úteis. O Valor Patrimonial Líquido por Acção é calculado para o Dia Útil anterior.
Disponibilidade do Valor Patrimonial Líquido por Acção	O Valor Patrimonial Líquido por Acção estará disponível em cada Dia de Cálculo.
Período de Liquidação da Subscrição e das Receitas de Resgate <sup>2</sup>	Num prazo de três Dias Úteis a partir do Dia de Negociação relevante
Considerações sobre Riscos Específicos <sup>3</sup>	A utilização de instrumentos financeiros derivados para fins de investimento poderá aumentar a volatilidade da cotação das Acções, o que poderá resultar em perdas maiores para o Investidor.

<sup>1</sup> Normalmente, as instruções aceites pela Sociedade Gestora após a Hora Limite de Negociação para um Dia de Negociação serão executadas no Dia de Negociação seguinte, salvo renúncia por parte da Sociedade Gestora e desde que os Accionistas sejam tratados equitativamente.

<sup>2</sup> No caso de pedidos através de Distribuidores, poderão aplicar-se diferentes procedimentos de subscrição e resgate.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os riscos associados ao investimento neste Fundo, consulte o Anexo II, "Riscos do Investimento".



	A exposição longa e curta obtida através de "swaps" de retorno total indexados a acções poderá aumentar a exposição a riscos relacionados com acções.
Perfil do Investidor Típico	O Fundo poderá estar indicado para Investidores mais preocupados em maximizar os retornos a longo prazo do que em minimizar possíveis perdas a curto prazo.
Comissão de Desempenho	Nenhuma
Índice de Referência Comparador	O desempenho do Fundo deve ser comparado face a 70% do Russell 1000 (Total Return) Index e 30% da BBA LIBOR USD 3 Month Act 360.

## Características das Classes de Acções

Classes de Acções	Subscrição Inicial Mínima	Subscrição Adicional Mínima	Participação Mínima	Comissão Inicial <sup>4</sup>
A	1.000 USD	1.000 USD	1.000 USD	Até 3%
C	1.000 USD	1.000 USD	1.000 USD	Até 1%
C1	1.000 USD	1.000 USD	1.000 USD	Até 1%
E	1.000 USD	1.000 USD	1.000 USD	Até 1%
I	5.000.000 USD	2.500.000 USD	5.000.000 USD	Nenhuma

Classes de Acções	Comissão de Gestão de Investimento <sup>5</sup>	Comissão de Distribuição	Comissão de Desempenho
A	1,92%	Nenhuma	Nenhuma
C	1,20%	Nenhuma	Nenhuma
C1	1,20%	Nenhuma	Nenhuma
E	1,00%	Nenhuma	Nenhuma
I	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma

<sup>4</sup> As percentagens são apresentadas com base no montante total da subscrição, que representa 3,09278% para Acções A e 1,0101% para Acções C, C1 e, do Valor Patrimonial Líquido por Acção.

<sup>5</sup> As percentagens são apresentadas com base no Valor Patrimonial Líquido do Fundo ou no Valor Patrimonial Líquido por Acção, conforme adequado.

# Schroder GAIA Nuveen US Equity Market Neutral\*

## Objectivo de Investimento

O Fundo visa proporcionar valorização do capital através do investimento em acções e títulos relacionados com acções de empresas dos EUA.

## Política de Investimento

O Fundo é gerido activamente e assumirá exposições longas e curtas em acções e títulos relacionados com acções de empresas dos EUA. O Fundo adopta uma estratégia neutra relativamente ao mercado que pretende fornecer retornos não estritamente correlacionados com retornos do mercado accionista dos EUA. O Fundo investe directamente (através de participações físicas) e/ou indirectamente (através de derivados).

O índice de referência restritivo do Fundo é o Russell 1000 Index, uma vez que pelo menos 90% das posições longas e curtas do Fundo estarão em empresas incluídas nesse índice.

O Fundo poderá utilizar derivados (incluindo "swaps" de retorno total e contratos por diferenças), através de posições longas e curtas, com o objectivo de obter ganhos de investimento, reduzir o risco ou gerir o Fundo de modo mais eficiente. Caso o Fundo utilize "swaps" de retorno total e contratos por diferenças, o subjacente consistirá em instrumentos nos quais o Fundo poderá investir de acordo com o respectivo Objectivo e Política de Investimento. Em particular, podem ser utilizados "swaps" de retorno total e contratos por diferenças para obter exposição longa e curta ou para cobrir a exposição a acções e títulos relacionados com acções. A exposição bruta a "swaps" de retorno total e contratos por diferenças não irá ultrapassar 250% e deverá

manter-se no intervalo de 50% a 200% do Valor Patrimonial Líquido. Em determinadas circunstâncias, esta proporção poderá ser superior.

O Fundo poderá assumir posições longas líquidas ou curtas líquidas aquando da combinação de posições longas e curtas.

O Fundo não está limitado pelas ponderações de acções ou sectores do Russell 1000 Index.

O Fundo poderá investir em instrumentos do mercado monetário e deter numerário. O Fundo poderá excepcionalmente deter até 100% dos seus activos em numerário.

O Fundo poderá investir até 10% dos seus activos em Fundos de Investimento do tipo aberto.

O Fundo poderá estar limitado em termos de capacidade e, consequentemente, o Fundo ou algumas das suas Classes de Acções poderão ser fechados a novas subscrições ou trocas, conforme descrito na secção 2.3.

## Exposição Global ao Risco

O Fundo emprega a abordagem Value-at-Risk (VaR) absoluta para avaliar o seu risco de mercado.

## Nível de Alavancagem Esperado

250% dos activos líquidos totais

O nível de alavancagem poderá ser mais elevado quando a volatilidade diminuir substancialmente ou quando se preverem mercados em baixa.

## Características do Fundo

Moeda do Fundo	USD
Gestor de Investimentos	Nuveen Asset Management  A Nuveen Asset Management, LLC é uma sociedade constituída em Delaware, EUA, e foi formada a 5 de Outubro de 2010. É regulada pela Securities and Exchange Commission (EUA) de acordo com a Lei de Consultores de Investimentos de 1940 (EUA).
Hora Limite de Negociação <sup>1</sup>	13h00, hora do Luxemburgo, em qualquer Dia de Negociação
Frequência de Negociação/Dia de Negociação	Diária
Dia de Cálculo	Todos os Dias Úteis. O Valor Patrimonial Líquido por Acção é calculado para o Dia Útil anterior.
Disponibilidade do Valor Patrimonial Líquido por Acção	O Valor Patrimonial Líquido por Acção estará disponível em cada Dia de Cálculo.
Período de Liquidação da Subscrição e das Receitas de Resgate <sup>2</sup>	Num prazo de três Dias Úteis a partir do Dia de Negociação relevante
Considerações sobre Riscos Específicos <sup>3</sup>	A utilização de instrumentos financeiros derivados para fins de investimento poderá aumentar a volatilidade da cotação das Acções, o que poderá resultar em perdas maiores para o Investidor.  A exposição longa e curta obtida através de "swaps" de retorno total indexados a acções poderá aumentar a exposição a riscos relacionados com acções.

<sup>1</sup> Normalmente, as instruções aceites pela Sociedade Gestora após a Hora Limite de Negociação para um Dia de Negociação serão executadas no Dia de Negociação seguinte, salvo renúncia por parte da Sociedade Gestora e desde que os Accionistas sejam tratados equitativamente.

<sup>2</sup> No caso de pedidos através de Distribuidores, poderão aplicar-se diferentes procedimentos de subscrição e resgate.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os riscos associados ao investimento neste Fundo, consulte o Anexo II, "Riscos do Investimento".

Perfil do Investidor Típico	O Fundo poderá estar indicado para Investidores mais preocupados em maximizar os retornos a longo prazo do que em minimizar possíveis perdas a curto prazo.
Comissão de Desempenho	Nenhuma
Índice de Referência Comparador	O desempenho do Fundo deve ser comparado face à USD 3 M LIBOR.

## Características das Classes de Acções

Classes de Acções	Subscrição Inicial Mínima	Subscrição Adicional Mínima	Participação Mínima	Comissão Inicial <sup>4</sup>
A	1.000 USD	1.000 USD	1.000 USD	Até 3%
C	1.000 USD	1.000 USD	1.000 USD	Até 1%
C1	1.000 USD	1.000 USD	1.000 USD	Até 1%
E	1.000 USD	1.000 USD	1.000 USD	Até 1%
I	5.000.000 USD	2.500.000 USD	5.000.000 USD	Nenhuma

Classes de Acções	Comissão de Gestão de Investimentos <sup>5</sup>	Comissão de Distribuição <sup>5</sup>	Comissão de Desempenho
A	1,92%	Nenhuma	Nenhuma
C	1,20%	Nenhuma	Nenhuma
C1	1,20%	Nenhuma	Nenhuma
E	1,00%	Nenhuma	Nenhuma
I	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma

Um encargo de cobertura da classe de acções até 0,03% será suportado por Classes de Acções com cobertura cambial.

<sup>4</sup> As percentagens são apresentadas com base no montante total da subscrição, que representa 3,09278% para Acções A e 1,0101% para Acções C, C1 e, do Valor Patrimonial Líquido por Acção.

<sup>5</sup> As percentagens são apresentadas com base no Valor Patrimonial Líquido do Fundo ou no Valor Patrimonial Líquido por Acção, conforme adequado.

# Schroder GAIA Sirios US Equity

## Objectivo de Investimento

O Fundo procura proporcionar valorização do capital através do investimento em acções e em títulos relacionados com acções nos EUA e a nível mundial.

## Política de Investimento

O Fundo poderá assumir exposição longa e curta a acções e títulos relacionados com acções de empresas a nível mundial, mas pelo menos 51% do Fundo é investido em empresas dos EUA.

O Fundo também poderá investir noutros títulos e noutros instrumentos financeiros, incluindo títulos de taxa fixa e variável e obrigações convertíveis.

Os investimentos podem ser realizados directamente (através de participações físicas) e/ou indirectamente (através de derivados). O Fundo poderá utilizar derivados (incluindo swaps de retorno total e contratos por diferenças), através de posições longas e curtas, com o objectivo de obter ganhos de investimento, reduzir o risco ou gerir o Fundo de modo mais eficiente. Caso o Fundo utilize swaps de retorno total e contratos por diferenças, o activo subjacente consistirá em instrumentos nos quais o Fundo poderá investir de acordo com o respectivo Objectivo e Política de Investimento. Em particular, podem ser utilizados swaps de retorno total e contratos por diferenças para obter exposição longa e curta ou para cobrir a exposição a acções e títulos relacionados com acções e

títulos de taxa fixa e variável. A exposição bruta a swaps de retorno total e contratos por diferenças não irá ultrapassar 100% e deverá manter-se no intervalo de 0% a 70% do Valor Patrimonial Líquido. Em determinadas circunstâncias, esta proporção poderá ser superior.

O Fundo poderá assumir posições longas líquidas ou curtas líquidas aquando da combinação de posições longas e curtas.

O Fundo poderá investir em instrumentos do mercado monetário e deter numerário. O Fundo poderá excepcionalmente deter até 100% dos seus activos em numerário.

O Fundo poderá investir até 10% dos seus activos em Fundos de Investimento de tipo aberto.

Uma vez que o Fundo não é constrangido por índices, é gerido sem referência a um índice.

O Fundo poderá estar limitado em termos de capacidade e, consequentemente, o Fundo ou algumas das suas Classes de Acções poderão ser fechados a novas subscrições ou trocas para o Fundo ou Classe de Acções, conforme descrito na secção 2.3.

## Exposição Global ao Risco

O Fundo emprega a abordagem de compromisso para avaliar o seu risco de mercado.

## Características do Fundo

Moeda do Fundo	USD
Gestor de Investimentos	Sirios Capital Management LP  A Sirios Capital Management LP é uma sociedade em comandita estabelecida ao abrigo das leis do Delaware (EUA) e foi constituída a 4 de Abril de 1999. A Sirios Capital Management LP é independente e está registada junto da <i>Securities and Exchange Commission</i> (Comissão de Valores Mobiliários) (EUA) como consultora de investimento ao abrigo da <i>Investment Advisers Act</i> (Lei de Consultores de Investimento) dos Estados Unidos de 1940.
Hora Limite de Negociação <sup>1</sup>	13h00, hora do Luxemburgo, num Dia de Negociação
Frequência de Negociação/Dia de Negociação	Diária
Dia de Cálculo	Todos os Dias Úteis. O Valor Patrimonial Líquido por Acção é calculado para o Dia Útil anterior.
Disponibilização do Valor Patrimonial Líquido por Acção	O Valor Patrimonial Líquido por Acção estará disponível todos os Dias de Cálculo.
Período de Liquidação das Receitas de Subscrição e de Resgate <sup>2</sup>	Num prazo de três Dias Úteis a partir do Dia de Negociação relevante
Considerações Específicas Relativas ao Risco <sup>3</sup>	A utilização de instrumentos financeiros derivados para fins de investimento poderá aumentar a volatilidade da cotação das Acções, o que poderá resultar em perdas maiores para o Investidor.  A exposição longa e curta obtida através de swaps de retorno total indexados a acções poderá aumentar a exposição a riscos relacionados com acções.
Perfil do Investidor Típico	O Fundo poderá estar indicado para Investidores mais preocupados em maximizar os retornos a longo prazo do que em minimizar possíveis perdas a curto prazo.
Comissão de Desempenho	20% (15% para a Classe de Acções E) (o multiplicador) do desempenho superior ao do índice de referência BBA Libor USD 3 Month Act 360, sujeito ao princípio do nível mais alto ( <i>High Water Mark</i> ), conforme a metodologia na secção 3.2.(A).

<sup>1</sup> Normalmente, as instruções aceites pela Sociedade Gestora após a Hora Limite de Negociação para um Dia de Negociação serão executadas no Dia de Negociação seguinte, salvo renúncia por parte da Sociedade Gestora e desde que os Accionistas sejam tratados equitativamente.

<sup>2</sup> No caso de pedidos através de Distribuidores, poderão aplicar-se diferentes procedimentos de subscrição e resgate.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os riscos associados ao investimento neste Fundo, consulte o Anexo II, "Riscos de Investimento".

## Características das Classes de Acções

Classes de Acções	Subscrição Inicial Mínima	Subscrição Adicional Mínima	Participação Mínima	Comissão Inicial <sup>4</sup>
A	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 3%
C	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
C1	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
E	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
I	5.000.000 USD	2.500.000 USD	5.000.000 USD	Nenhuma
X	100.000.000 USD	2.500.000 USD	100.000.000 USD	Nenhuma

Classes de Acções	Comissão de Gestão de Investi- mentos <sup>5</sup>	Comissão de Distribuição <sup>5</sup>	Comissão de Desempenho
A	2,00%	Nenhuma	Sim
C	1,50%	Nenhuma	Sim
C1	1,25%	Nenhuma	Sim
E	1,00%	Nenhuma	Sim
I	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
X	Até 1,25%	Nenhuma	Sim

Um encargo de cobertura da classe de acções até 0,03% será suportado por Classes de Acções com cobertura cambial.

<sup>4</sup> As percentagens são apresentadas com base no montante total da subscrição, que representa 3,09278% para Acções A e 1,0101% para Acções C, C1 e, do Valor Patrimonial Líquido por Acção

<sup>5</sup> As percentagens são apresentadas com base no Valor Patrimonial Líquido do Fundo ou no Valor Patrimonial Líquido por Acção, conforme for mais adequado.



# Schroder GAIA UK Dynamic Absolute Return Fund

## Objectivo de Investimento

O Fundo visa proporcionar um retorno absoluto de retorno da valorização do capital e do rendimento, investindo directa ou indirectamente, através da utilização de derivados, em acções e títulos relacionados com acções de empresas constituídas, com sede, cotadas ou exercendo as suas actividades de negócio principais no Reino Unido.

Retorno absoluto significa que o Fundo procura proporcionar um retorno positivo num período de 12 meses em todas as condições de mercado, mas tal não pode ser garantido, estando o seu capital em risco.

## Política de Investimento

O Fundo investe pelo menos dois terços dos seus activos em acções e títulos relacionados com acções de empresas constituídas, com sede, cotadas ou exercendo as suas actividades de negócio principais no Reino Unido.

O Fundo também poderá investir em títulos de taxa fixa e variável emitidos por empresas do Reino Unido, pelo governo do Reino Unido ou por agências governamentais e entidades supranacionais no Reino Unido. Uma vez que o Fundo não é constrangido por índices, é gerido sem referência a um índice.

Os investimentos podem ser realizados directamente (através de participações físicas) e/ou indirectamente (através de derivados). O Fundo poderá utilizar derivados (incluindo swaps de retorno total e contratos por diferenças), a longo e curto prazo, com o objectivo de obter ganhos de investimento, reduzir o risco ou gerir o Fundo de modo mais eficiente.

Caso o Fundo utilize *swaps* de retorno total e contratos por diferenças, o subjacente consistirá em instrumentos nos quais o Fundo poderá investir de acordo com o respectivo

Objectivo de Investimento e Política de Investimento. Em particular, podem ser utilizados *swaps* de retorno total e contratos por diferenças para obter exposição longa e curta ou para cobrir a exposição a acções e títulos relacionados com acções. A exposição bruta a *swaps* de retorno total e contratos por diferenças não irá ultrapassar 250% e deverá manter-se no intervalo de 0% a 100% do Valor Patrimonial Líquido do Fundo. Em determinadas circunstâncias, esta proporção poderá ser superior. O Fundo poderá ter exposições longas líquidas e curtas líquidas quando existe uma combinação de posições longas e curtas.

O Fundo poderá investir em instrumentos do mercado monetário e deter numerário. O Fundo poderá (excepcionalmente) deter até 100% dos seus activos em numerário. O Fundo não poderá investir mais do que 10% dos seus activos em Fundos de Investimento do tipo aberto.

O Fundo poderá estar limitado em termos de capacidade e, consequentemente, o Fundo ou algumas das suas Classes de Acções poderão ser fechados a novas subscrições ou trocas para o Fundo ou Classe de Acções, conforme descrito na secção 2.3.

## Exposição Global ao Risco

O Fundo emprega a abordagem Value-at-Risk (VaR) absoluta para avaliar o seu risco de mercado.

## Nível de Alavancagem Esperado

150% dos activos líquidos totais.

O nível de alavancagem poderá ser mais elevado quando a volatilidade diminuir substancialmente ou quando se preverem mercados em baixa.

## Características do Fundo

Moeda do Fundo	GBP
Gestor de Investimentos	A BennBridge Ltd. é uma sociedade constituída ao abrigo das leis de Inglaterra e do País de Gales e foi formada a 15 de Novembro de 2016. Está autorizada e é regulamentada pela Financial Conduct Authority do Reino Unido.
Hora Limite de Negociação <sup>1</sup>	13h00, hora do Luxemburgo, num Dia de Negociação
Frequência de Negociação/Dia de Negociação	Diária
Dia de Cálculo	Todos os Dias Úteis. O Valor Patrimonial Líquido por Acção é calculado para o Dia Útil anterior.
Disponibilidade do Valor Patrimonial Líquido por Acção	O Valor Patrimonial Líquido por Acção estará disponível em cada Dia de Cálculo. Chama-se a atenção dos Accionistas para o facto de que o tratamento de pedidos de subscrição, resgate e troca se baseará apenas no Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para Dias de Negociação. O Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para Dias de não Negociação é disponibilizado apenas para fins de reporte e comissões.
Período de Liquidação da Subscrição e das Receitas de Resgate <sup>2</sup>	Num prazo de três Dias Úteis a partir do Dia de Negociação relevante
Considerações sobre Riscos Específicos <sup>3</sup>	A utilização de instrumentos financeiros derivados para fins de investimento poderá aumentar a volatilidade da cotação das Acções, o que poderá resultar em perdas maiores para o Investidor.

<sup>1</sup> Normalmente, as instruções aceites pela Sociedade Gestora após a Hora Limite de Negociação para um Dia de Negociação serão executadas no Dia de Negociação seguinte, salvo renúncia por parte da Sociedade Gestora e desde que os Accionistas sejam tratados equitativamente.

<sup>2</sup> No caso de pedidos através de Distribuidores, poderão aplicar-se diferentes procedimentos de subscrição e resgate.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os riscos associados ao investimento neste Fundo, consulte o Anexo II, "Riscos de Investimento".

	A exposição longa e curta obtida através de <i>swaps</i> de retorno total indexados a acções poderá aumentar a exposição a riscos relacionados com acções.
Perfil do Investidor Típico	O Fundo poderá estar indicado para Investidores mais preocupados em maximizar os retornos a longo prazo do que em minimizar possíveis perdas a curto prazo.
Comissão de Desempenho	20% do desempenho superior absoluto relativamente ao princípio do nível mais alto (High Water Mark), segundo a metodologia descrita na secção 3.2(B).

## Características das Classes de Acções

Classes de Acções	Subscrição Inicial Mínima	Subscrição Adicional Mínima	Participação Mínima	Comissão Inicial <sup>4</sup>
C	10.000 GBP	5.000 GBP	10.000 GBP	Até 1%
I	5.000.000 GBP	2.500.000 GBP	5.000.000 GBP	Nenhuma
K	10.000 GBP	5.000 GBP	10.000 GBP	Até 3%
R	N/A	N/A	N/A	Nenhuma

Classes de Acções	Comissão de Gestão de Investimentos <sup>5</sup>	Comissão de Distribuição <sup>5</sup>	Comissão de Desempenho
C	1,00%	Nenhuma	Sim
I	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
K	1,50%	Nenhuma	Sim
R	1,00%	Nenhuma	Sim

O encargo de cobertura da classe de acções até 0,03% será suportado por Classes de Acções com cobertura cambial.

<sup>4</sup> As percentagens são apresentadas com base no montante total da subscrição, que representa 3,09278% para Acções A e 1,0101% para Acções C, C1 e, do Valor Patrimonial Líquido por Acção.

<sup>5</sup> As percentagens são apresentadas com base no Valor Patrimonial Líquido do Fundo ou no Valor Patrimonial Líquido por Acção, conforme adequado.

# Schroder GAIA Two Sigma Diversified

## Objectivo de Investimento

O Fundo tem como objectivo proporcionar crescimento do capital através do investimento em mercados de acções, títulos relacionados com acções, títulos de taxa fixa e variável e moedas a nível mundial.

## De que forma irá o Gestor de Investimentos procurar atingir este objectivo

A política de investimento do Fundo é apresentada abaixo.

O Gestor de Investimentos tem como objectivo proporcionar valorização do capital utilizando sistemas informáticos sofisticados para implementar uma abordagem de investimento orientada pelo modelo. O Fundo opera uma combinação de estratégias de negociação macro globais e neutra em relação ao mercado accionista dos EUA. A estratégia neutra relativamente ao mercado accionista procurar lucrar assumindo posições sintéticas longas e curtas em acções subvalorizadas e sobrevalorizadas no mercado accionista. A estratégia macro global consiste numa mistura de modelos fundamentais e técnicos que procuram beneficiar de alterações nos preços de activos globais.

O Fundo investe directamente (através de participações físicas) e/ou indirectamente (através de derivados) em mercados de acções, títulos relacionados com acções, títulos de taxa fixa e variável e moedas a nível mundial, bem como em Fundos de Investimento que investem nesses instrumentos.

O Fundo utiliza derivados extensivamente (incluindo *swaps* de retorno total e contratos por diferenças), através de posições longas e curtas, com o objectivo de obter ganhos de investimento, reduzir o risco (incluindo gestão do risco cambial) ou gerir o Fundo de modo mais eficiente.

Caso o Fundo utilize *swaps* de retorno total e contratos por diferenças, o activo subjacente consiste em instrumentos e índices nos quais o Fundo poderá de outra forma investir directamente de acordo com o respectivo Objectivo e Política de Investimento. Em particular, podem ser utilizados *swaps* de retorno total e contratos por diferenças para obter exposição longa e curta ou para cobrir a exposição a acções e títulos relacionados com acções. A exposição bruta a

*swaps* de retorno total e contratos por diferenças não irá ultrapassar 120% e deverá manter-se no intervalo de 60% a 110% do Valor Patrimonial Líquido. Em determinadas circunstâncias, esta proporção poderá ser superior. O Fundo tem também flexibilidade para implementar posições cambiais activas longas e curtas através de derivados. O Fundo poderá ter exposições longas líquidas e curtas líquidas quando existe uma combinação de posições longas e curtas.

O Fundo pode investir em instrumentos do mercado monetário e deter numerário. O Fundo pode deter até 100% em numerário e instrumentos do mercado monetário.

O Fundo poderá investir até 10% dos seus activos em Fundos de Investimento do tipo aberto.

Uma vez que o Fundo não é constrangido por índices, é gerido sem referência a um índice.

O Fundo poderá estar limitado em termos de capacidade e, consequentemente, o Fundo ou algumas das suas Classes de Acções poderão ser fechados a novas subscrições ou trocas para o Fundo ou Classe de Acções, conforme descrito na secção 2.3.

## Exposição Global ao Risco

O Fundo emprega a abordagem *Value-at-Risk* (VaR) absoluta para avaliar o seu risco de mercado.

## Nível de Alavancagem Esperado

700% dos activos líquidos totais

Com o objectivo de implementar a sua estratégia de investimento, o Fundo irá basear-se intensivamente em instrumentos financeiros derivados que irão gerar um nível elevado de alavancagem.

Quando surgirem no mercado oportunidades, o nível de alavancagem do Fundo poderá ser significativamente superior, já que o Fundo se baseia em instrumentos que requerem um nível substancial de alavancagem bruta para gerar uma quantidade de risco limitada, como contratos de taxa de juro de curto prazo.

## Características do Fundo

Moeda do Fundo	USD
Gestor de Investimentos	Two Sigma Advisers, LP  A Two Sigma Advisers, LP é uma sociedade em comandita do Delaware (EUA). A Two Sigma Advisers, LP iniciou actividade como consultora de investimento em Dezembro de 2009 e, desde 18 de Fevereiro de 2010, foi registada como consultora de investimento junto da <i>Securities and Exchange Commission</i> (Comissão de Valores Mobiliários) (EUA) ao abrigo da <i>Investment Advisers Act</i> (Lei de Consultores de Investimento) dos Estados Unidos de 1940. A Two Sigma Advisers, LP também é membro da <i>National Futures Association</i> (Associação Nacional de Futuros) e está registada junto da <i>Commodity Futures Trading Commission</i> como operador de fundos de mercadorias ou consultor de transacção de mercadorias no que respeita a determinados produtos de investimento e opera, no que respeita a esses produtos, em conformidade com o Regulamento 4.7 da CFTC ao abrigo da <i>Commodity Exchange Act</i> . Para além disso, a Two Sigma Advisers, LP é um gestor de activos profissional qualificado para efeitos da <i>Employee Retirement Income Security Act</i> dos EUA de 1974.
Hora Limite de Negociação <sup>1</sup>	13h00, hora do Luxemburgo, três Dias Úteis antes de um Dia de Negociação

<sup>1</sup> Normalmente, as instruções aceites pela Sociedade Gestora após a Hora Limite de Negociação para um Dia de Negociação serão executadas no Dia de Negociação seguinte, salvo renúncia por parte da Sociedade Gestora e desde que os Accionistas sejam tratados equitativamente.

Frequência de Negociação/Dia de Negociação	Semanalmente, todas as quartas-feiras ou no Dia Útil seguinte se a quarta-feira não for Dia Útil <sup>1</sup> e no último Dia Útil de um mês
Dia de Cálculo	Todos os Dias Úteis. O Valor Patrimonial Líquido por Acção é calculado para o Dia Útil anterior.
Disponibilidade do Valor Patrimonial Líquido por Acção	O Valor Patrimonial Líquido por Acção estará disponível em cada Dia de Cálculo. Chama-se a atenção dos Accionistas para o facto de que o tratamento de pedidos de subscrição, resgate e troca se baseará apenas no Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para Dias de Negociação. O Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para Dias de não Negociação é disponibilizado apenas para fins de reporte e comissões.
Período de Liquidação das Receitas de Subscrição e de Resgate <sup>2</sup>	Num prazo de três Dias Úteis a partir do Dia de Negociação relevante
Considerações Específicas Relativas ao Risco <sup>3</sup>	<p>O Fundo utiliza alavancagem suficiente através de instrumentos financeiros derivados, que irão ampliar ganhos e perdas sobre os seus investimentos e resultar em flutuações maiores do respectivo Valor Patrimonial Líquido. Esta situação aumenta significativamente o risco do Fundo comparativamente a um fundo sem alavancagem. A alavancagem ocorre quando a exposição económica global do Fundo excede o respectivo montante de activos investido.</p> <p>A exposição longa e curta obtida através de <i>swaps</i> de retorno total indexados a índices e a obrigações poderá aumentar a exposição a riscos relacionados com o crédito.</p> <p>O Gestor de Investimentos irá utilizar determinadas estratégias de investimento quantitativas, que estão sujeitas a uma diversidade de riscos incluindo, entre outros, a dependência de tecnologia exclusiva ou licenciada, e correspondentemente a sujeição a, ou a falha dessas, tecnologias ou estratégias poderá ter um efeito mais substancial na capacidade do Gestor de Investimentos de cumprir os objectivos do Fundo em comparação a fundos que não estão tão dependentes dessas tecnologias ou estratégias.</p>
Perfil do Investidor Típico	<p>O Fundo poderá estar indicado para Investidores mais preocupados em maximizar os retornos a longo prazo do que em minimizar possíveis perdas a curto prazo. O Fundo não se destina a Investidores de retalho; destina-se a Investidores sofisticados. Um Investidor sofisticado significa um Investidor que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) compreende a estratégia, características e riscos do Fundo de forma a tomar uma decisão de investimento informada; e</li> <li>b) tem conhecimento de, e experiência de investimento em, produtos financeiros que utilizam derivados complexos e/ou estratégias de derivados (como este Fundo) e dos mercados financeiros a nível geral.</li> </ul>
Comissão de Desempenho	20% (o multiplicador) do desempenho superior absoluto relativamente ao princípio do nível mais alto ( <i>High Water Mark</i> ), segundo a metodologia descrita na secção 3.2(B).
Considerações sobre Custos Específicos	O Fundo utilizará estratégias que envolvem a negociação frequente de títulos. Uma vez que as comissões e os custos de corretagem são pagáveis por transacção, um Fundo poderá incorrer em mais custos face a um fundo que transacciona com menor frequência.

## Características das Classes de Acções

Classes de Acções	Subscrição Inicial Mínima	Subscrição Adicional Mínima	Participação Mínima	Comissão Inicial <sup>4</sup>
C	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
C1	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
I	5.000.000 USD	2.500.000 USD	5.000.000 USD	Nenhuma
K	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 3%

<sup>2</sup> No caso de pedidos através de Distribuidores, poderão aplicar-se diferentes procedimentos de subscrição e resgate.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os riscos associados ao investimento neste Fundo, consulte o Anexo II, "Riscos de Investimento".

<sup>4</sup> As percentagens são apresentadas com base no montante total da subscrição, que representa 3,09278% para Acções A e 1,0101% para Acções C, C1 e, do Valor Patrimonial Líquido por Acção.

Classes de Acções	Comissão de Gestão de Investimentos <sup>5</sup>	Comissão de Distribuição <sup>5</sup>	Comissão de Desempenho	Custo do Serviço de Gestão de Numerário <sup>6</sup>
C	1,40%	Nenhuma	Sim	Até 0,06%
C1	1,40%	Nenhuma	Sim	Até 0,06%
I	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Até 0,06%
K	1,90%	Nenhuma	Sim	Até 0,06%

O encargo de cobertura da classe de acções até 0,03% será suportado por Classes de Acções com cobertura cambial.

<sup>5</sup> As percentagens são apresentadas com base no Valor Patrimonial Líquido do Fundo ou no Valor Patrimonial Líquido por Acção, conforme adequado.

<sup>6</sup> À data deste Prospecto, o serviço de gestão de numerário ainda não foi implementado e os custos relacionados não serão cobrados aos accionistas até à data efectiva da alteração (a "Data Efectiva"). Os Accionistas serão informados sobre a Data Efectiva através de notificação por escrito um mês antes da Data Efectiva. A notificação por escrito também estará disponível para os investidores no sítio Web [www.schroders.lu](http://www.schroders.lu) um mês antes da Data Efectiva.



# Schroder GAIA Wellington Pagosa

## Objectivo de Investimento

O Fundo tem como objectivo proporcionar crescimento de capital investindo em acções e títulos relacionados com acções, moedas e títulos de taxa fixa e variável a nível mundial, incluindo mercados emergentes.

## Política de Investimento

O Fundo tem como objectivo proporcionar crescimento de capital adoptando uma abordagem multiestratégia para investir num conjunto diversificado de activos e mercados. Os investimentos podem ser realizados directamente (através de participações físicas) e/ou indirectamente através de i) derivados e ou ii) valores mobiliários que não incluem um instrumento derivados em acções e títulos relacionados com acções, moedas e títulos de taxa fixa e variável, assim como em Fundos de Investimento que investem em instrumentos dessa natureza. O Fundo procede à alocação dos seus activos em várias estratégias subjacentes, incluindo, entre outras, posição longa/curta em acções, macro global, crédito, orientada por eventos, neutra relativamente ao mercado e de valor relativo. O Gestor de Investimentos procura alocar os activos num conjunto diversificado de estratégias subjacentes. A combinação de estratégias subjacentes será diversificada em termos de estilos de investimento (por ex., fundamental versus quantitativo), sectores de mercado, temas de investimento e horizontes temporais, com o objectivo de mitigar a dependência do Fundo face a qualquer fonte única para proporcionar retornos. As alocações em cada estratégia subjacente são dimensionadas a fim de cumprir o objectivo de retorno, a tolerância ao risco e as directrizes do Fundo. O impacto de cada estratégia subjacente sobre o perfil de risco global do Fundo é avaliado individualmente e colectivamente tendo em atenção correlações entre estratégias de investimento.

Os títulos de taxa fixa ou variável incluem obrigações governamentais, obrigações empresariais, dívida de mercados emergentes, obrigações convertíveis (incluindo obrigações convertíveis contingentes) e obrigações indexadas à inflação. O Fundo poderá investir até 50% dos seus activos em títulos com notação inferior a "investment grade" (que são títulos com uma notação de crédito abaixo de "investment grade", segundo a Standard & Poor's ou qualquer classificação equivalente atribuída por outras agências de notação de crédito). O Fundo poderá investir até 20% dos seus activos em títulos em dificuldades e até 20% dos seus activos em títulos garantidos por hipotecas e títulos garantidos por activos. O Fundo poderá investir até 10% dos seus activos, numa base líquida, em obrigações convertíveis contingentes.

O Fundo utiliza derivados extensivamente (incluindo swaps de retorno total e contratos por diferenças), a longo e curto prazo, com o objectivo de obter ganhos de investimento, reduzir o risco (incluindo gestão do risco cambial) ou gerir o Fundo de modo mais eficiente. O Fundo tem a flexibilidade para implementar posições cambiais activas longas e curtas através de instrumentos financeiros derivados. As transacções cambiais e em derivados de taxa de juro poderão ser dois dos principais impulsionadores que contribuem para o nível de alavancagem esperado do

Fundo. Caso o Fundo utilize swaps de retorno total e contratos por diferenças, o subjacente consiste em instrumentos e índices nos quais o Fundo poderá de outra forma investir directamente de acordo com o respectivo Objectivo e Política de Investimento. Em particular, podem ser utilizados swaps de retorno total e contratos por diferenças para obter exposição longa e curta sobre acções e títulos relacionados com acções e títulos de taxa fixa e variável. A exposição bruta a swaps de retorno total e contratos por diferenças não irá ultrapassar 500% e deverá manter-se no intervalo de 150% a 300% do Valor Patrimonial Líquido. Em determinadas circunstâncias, esta proporção poderá ser superior. O Fundo poderá ter exposições longas líquidas e curtas líquidas quando existe uma combinação de posições longas e curtas.

O Fundo poderá investir directamente em acções B e em acções H da China, bem como até 10% dos seus activos em acções A da China ao abrigo do Shanghai-Hong Kong Stock Connect e do Shenzhen-Hong Kong Stock Connect.

O Fundo poderá investir em instrumentos do mercado monetário e deter numerário. O Fundo poderá (excepcionalmente) deter até 100% dos seus activos em numerário. O Fundo poderá investir até 10% dos seus activos em Fundos de Investimento do tipo aberto.

Uma vez que o Fundo não é constrangido por índices, é gerido sem referência a um índice.

O Fundo poderá estar limitado em termos de capacidade e, consequentemente, o Fundo ou algumas das suas Classes de Acções poderão ser fechados a novas subscrições ou trocas para o Fundo ou Classe de Acções, conforme descrito na secção 2.3.

## Exposição Global ao Risco

O Fundo emprega a abordagem *Value-at-Risk* (VaR) absoluta para avaliar o seu risco de mercado.

## Nível de alavancagem esperado

1.500 - 3.500% dos activos líquidos totais

Com o objectivo de implementar a sua estratégia de investimento, o Fundo irá basear-se intensivamente em instrumentos financeiros derivados que irão gerar um nível elevado de alavancagem. Quando surgirem no mercado oportunidades, o nível de alavancagem do Fundo poderá ser significativamente superior, já que o Fundo se baseia em instrumentos que requerem um nível substancial de alavancagem bruta para gerar uma quantidade de risco limitada, como contratos de taxa de juro de curto prazo. As transacções cambiais e em derivados de taxa de juro, onde várias posições longas e curtas de compensação não podem ser liquidadas (segundo a metodologia da soma dos notacionais), também poderão conduzir a aumentos significativos, mas temporários, da alavancagem bruta. As situações acima descritas poderão ocorrer em simultâneo e resultar num nível de alavancagem significativamente mais elevado. O nível de alavancagem esperado também poderá ser inferior ao previsto.

## Características do Fundo

Moeda do Fundo

USD

Gestor de Investimentos	Wellington Management International Limited  A Wellington Management International Ltd é uma sociedade de responsabilidade limitada constituída em Inglaterra e no País de Gales no dia 7 de Setembro de 2001. Está autorizada e é regulamentada pela <i>Financial Conduct Authority</i> do Reino Unido para prestar serviços de gestão de investimentos. Está também registada junto da <i>US Securities and Exchange Commission</i> como consultor de investimentos em conformidade com a Lei de Consultores de Investimentos de 1940 (EUA).
Subgestor de Investimentos	Wellington Management Company LLP  A Wellington Management Company LLP é uma sociedade de responsabilidade limitada estabelecida em 2014 ao abrigo das leis do Estado de Delaware, EUA. Está registada junto da <i>US Securities and Exchange Commission</i> como gestor de investimentos em conformidade com a Lei de Consultores de Investimentos de 1940 (EUA).
Hora Limite de Negociação <sup>1</sup>	13h00, hora do Luxemburgo, três Dias Úteis antes de um Dia de Negociação
Frequência de Negociação/Dia de Negociação	Semanalmente, todas as quartas-feiras ou no Dia Útil seguinte se a quarta-feira não for Dia Útil <sup>1</sup> e no último Dia Útil de um mês
Dia de Cálculo	Todos os Dias Úteis. O Valor Patrimonial Líquido por Acção é calculado para o Dia Útil anterior.
Disponibilidade do Valor Patrimonial Líquido por Acção	O Valor Patrimonial Líquido por Acção estará disponível em cada Dia de Cálculo. Chama-se a atenção dos Accionistas para o facto de que o tratamento de pedidos de subscrição, resgate e troca se baseará apenas no Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para Dias de Negociação. O Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para Dias de não Negociação é disponibilizado apenas para fins de reporte e comissões.
Período de Liquidação das Receitas de Subscrição e de Resgate <sup>2</sup>	Num prazo de três Dias Úteis a partir do Dia de Negociação relevante
Considerações Específicas Relativas ao Risco <sup>3</sup>	<p>O Fundo utiliza alavancagem suficiente através de instrumentos financeiros derivados, que irão ampliar ganhos e perdas sobre os seus investimentos e resultar em flutuações maiores do respectivo Valor Patrimonial Líquido. Esta situação aumenta significativamente o risco do Fundo comparativamente a um fundo sem alavancagem. A alavancagem ocorre quando a exposição económica global do Fundo excede o respectivo montante de activos investido.</p> <p>O Fundo adopta uma abordagem de gestão multi-carteira e aloca capital a diferentes equipas do grupo Wellington que não irão coordenar as respectivas decisões de investimento. Consequentemente, existe o risco de, por coincidência não intencional, as decisões de investimento colectivo destas equipas poderem resultar em exposições ao risco concentradas ou de compensação.</p> <p><b>Obrigações Convertíveis Contingentes</b></p> <p>Uma obrigação convertível contingente é um instrumento de dívida que pode ser convertido em acções do emitente ou parcial ou totalmente amortizado ao ocorrer um evento automático predefinido. Os termos da obrigação estabelecerão eventos automáticos e taxas de conversão específicos. Os eventos automáticos poderão ser alheios ao controlo do emitente. Um evento automático comum é a diminuição do rácio de capital do emitente abaixo de um determinado limiar. A conversão poderá fazer com que o valor do investimento desça significativa e irreversivelmente e, em alguns casos, até para zero.</p> <p>O pagamento de cupões sobre determinadas obrigações convertíveis contingentes poderá ser totalmente discricionário e poderá ser cancelado pelo emitente, em qualquer altura, por qualquer razão e durante qualquer período de tempo.</p> <p>Contrariamente à hierarquia de capital típica, os investidores em obrigações convertíveis contingentes poderão sofrer uma perda de capital antes dos titulares de acções.</p> <p>A maior parte das obrigações convertíveis contingentes é emitida como instrumentos de dívida perpétua amortizáveis em datas predeterminadas. As obrigações convertíveis contingentes perpétuas poderão não ser amortizadas na data de amortização predefinida e os investidores poderão não receber o retorno do capital na data de amortização ou em qualquer data.</p> <p>Não existem padrões amplamente aceites para a valorização de obrigações convertíveis contingentes. O preço ao qual as obrigações são vendidas poderá, por conseguinte, ser superior ou inferior ao preço ao qual tinham sido valorizadas imediatamente antes da sua venda.</p> <p>Em determinadas circunstâncias, poderá ser difícil encontrar um comprador de obrigações convertíveis contingentes e o vendedor poderá ter de aceitar um desconto significativo relativamente ao valor esperado da obrigação para a conseguir vender.</p>

<sup>1</sup> Normalmente, as instruções aceites pela Sociedade Gestora após a Hora Limite de Negociação para um Dia de Negociação serão executadas no Dia de Negociação seguinte, salvo renúncia por parte da Sociedade Gestora e desde que os Accionistas sejam tratados equitativamente.

<sup>2</sup> No caso de pedidos através de Distribuidores, poderão aplicar-se diferentes procedimentos de subscrição e resgate.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os riscos associados ao investimento neste Fundo, consulte o Anexo II, "Riscos de Investimento".

### Títulos em Dificuldades

Títulos em dificuldades são aqueles emitidos por empresas que estão a ser reorganizadas, liquidadas ou a enfrentar outro tipo de circunstâncias difíceis. O valor de investimentos em títulos em dificuldades pode variar significativamente, uma vez que depende de circunstâncias futuras do emitente, que não são conhecidas no momento do investimento. Poderá ser difícil encontrar imediatamente um comprador para títulos em dificuldades, pelo que o vendedor poderá ver-se obrigado a aceitar um desconto significativo relativamente ao valor esperado dos títulos para conseguir realizar a venda. Estes factores afectarão o valor do Fundo.

### Stock Connect

O Shanghai-Hong Kong Stock Connect e o Shenzhen-Hong Kong Stock Connect são programas de transacção e de compensação de títulos desenvolvido pela Stock Exchange of Hong Kong Limited, Shanghai/Shenzhen Stock Exchange, Hong Kong Securities Clearing Company Limited e China Securities Depository and Clearing Corporation Limited, com o objectivo de atingir um acesso mútuo ao mercado de acções entre a República Popular da China (excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan) e Hong Kong. Uma descrição detalhada dos programas, bem como dos riscos associados aos mesmos podem ser consultados no Anexo II deste Prospecto.

Perfil do Investidor Típico	<p>O Fundo poderá estar indicado para Investidores mais preocupados em maximizar os retornos a longo prazo do que em minimizar possíveis perdas a curto prazo. O Fundo não se destina a Investidores de retalho; destina-se a Investidores sofisticados. Um Investidor sofisticado significa um Investidor que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) compreende a estratégia, características e riscos do Fundo de forma a tomar uma decisão de investimento informada; e</li><li>b) tem conhecimento de, e experiência de investimento em, produtos financeiros que utilizam derivados complexos e/ou estratégias de derivados (como este Fundo) e dos mercados financeiros a nível geral.</li></ul>
Comissão de Desempenho	20% (15% para a Classe de Acções E) (o multiplicador) do desempenho superior absoluto face ao índice de referência BBA LIBOR USD 3 Month Act 360, sujeito ao princípio do nível mais alto ( <i>High Water Mark</i> ), segundo a metodologia descrita na secção 3.2(A).

### Características das Classes de Acções

Classes de Acções	Subscrição Inicial Mínima	Subscrição Adicional Mínima	Participação Mínima	Comissão Inicial <sup>4</sup>
A	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 3%
A1	10.000 USD	5.000 USD	15.000 USD	Até 2%
C	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
C1	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
E	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
I	5.000.000 USD	2.500.000 USD	5.000.000 USD	Nenhuma

Classes de Acções	Comissão de Gestão de Investimentos <sup>5</sup>	Comissão de Distribuição <sup>5</sup>	Comissão de Desempenho
A	2,00%	Nenhuma	Sim
A1	2,00%	0,50%	Sim
C	1,25%	Nenhuma	Sim
C1	1,25%	Nenhuma	Sim
E	0,75%	Nenhuma	Sim
I	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma

O encargo de cobertura da classe de acções até 0,03% será suportado por Classes de Acções com cobertura cambial.

<sup>4</sup> As percentagens são apresentadas com base no montante total da subscrição, que representa 3,09278% para Acções A, 2,04081% para Acções A1 e 1,0101% para Acções C, C1 e, do Valor Patrimonial Líquido por Acção.

<sup>5</sup> As percentagens são apresentadas com base no Valor Patrimonial Líquido do Fundo ou no Valor Patrimonial Líquido por Acção, conforme for mais adequado.

## Grupo 2 – Fundos Geridos Internamente

# Schroder GAIA Cat Bond

### Objectivo de Investimento

O objectivo do Fundo consiste em proporcionar um retorno total.

### Política de Investimento

O Fundo investirá globalmente numa carteira diversificada, proporcionando exposição a riscos de seguros. Estes riscos incluem valores mobiliários vinculados a seguros e instrumentos financeiros derivados expostos a riscos de catástrofe, denominados em várias moedas. O Fundo poderá deter numerário, depósitos e instrumentos do mercado monetário. O Fundo não irá investir em instrumentos vinculados a liquidações do ramo vida.

O Fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para fins de cobertura de risco e investimento. Incluem-se aqui opções, futuros e swaps (incluindo swaps de retorno total) e/ou uma combinação destas possibilidades, transaccionados em bolsa e/ou mercado de balcão. Caso o Fundo utilize swaps de retorno total, o activo subjacente consistirá em instrumentos nos quais o Fundo poderá investir de acordo com o respectivo Objectivo e Política de Investimento. Em particular, podem ser utilizados swaps de retorno total para obter exposição longa e curta ou para cobrir a exposição a títulos de taxa fixa e variável, acções e títulos relacionados com acções, índices e derivados. A exposição bruta a swaps de retorno total não irá ultrapassar 10% e deverá manter-se no intervalo de 0% a 3% do Valor Patrimonial Líquido. Em determinadas circunstâncias, esta proporção poderá ser superior.

O Fundo não investirá mais de 10% dos seus activos em Fundos de Investimento de tipo aberto.

O Fundo poderá estar limitado em termos de capacidade e, consequentemente, o Fundo ou algumas das suas Classes de Acções poderão ser fechados a novas subscrições ou trocas para o Fundo ou Classe de Acções, conforme descrito na secção 2.3.

### Características do Fundo

Moeda do Fundo	USD
Gestor de Investimentos	Schroder Investment Management (Switzerland) AG  A Schroder Investment Management (Switzerland) AG é uma sociedade estabelecida na Suíça e foi constituída a 3 de Junho de 2008. É regulada pela Autoridade Supervisora dos Mercados Financeiros Suíça.
Hora Limite de Negociação <sup>1</sup>	Subscrição: 13h00, hora do Luxemburgo, três Dias Úteis antes de um Dia de Negociação  Resgate: 13h00, hora do Luxemburgo, sete Dias Úteis antes de um Dia de Negociação
Frequência de Negociação/Dia de Negociação	Quinzenalmente, na segunda e quarta sexta-feira do mês (ou no Dia Útil seguinte se a sexta-feira não for um Dia Útil) e no último Dia Útil do mês
Dia de Cálculo	Semanalmente, em cada sexta-feira e no último Dia Útil do mês
Disponibilização do Valor Patrimonial Líquido por Acção	O Valor Patrimonial Líquido por Acção está disponível um Dia Útil após cada Dia de Cálculo.  As instruções de negociação apenas são tratadas com base no Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado para um Dia de Negociação; o Valor Patrimonial Líquido por Acção calculado noutros dias destina-se apenas para fins de elaboração de relatórios e cálculo de comissões.

### Outras informações

O Fundo só investirá em instrumentos financeiros derivados que estejam em conformidade com o artigo 41(1)(g) da Lei.

O Fundo só investirá em valores mobiliários vinculados a seguros que se qualifiquem como valores mobiliários na acepção do artigo 41 (1) da Lei e do artigo 2 ° do Regulamento Grão-Ducal de 8 de Fevereiro de 2008, relativo a determinadas definições da Lei. Na medida do permitido, os valores mobiliários vinculados a seguros em que se investe também se podem qualificar como valores mobiliários na acepção do artigo 41 (2) da Lei.

Os valores mobiliários vinculados a seguros em que o Fundo investe não incorporarão um instrumento derivado.

O Fundo irá cumprir os limites de diversificação de 20% e 35% indicados no artigo 44 da Lei. Em particular, a diversificação adequada de riscos de seguros será assegurada através da monitorização do Montante de Perda Esperada e da Perda Máxima Provável, que correspondem a medidas bem estabelecidas na indústria de resseguros. A Perda Esperada é a média da probabilidade anual ponderada da redução no valor da carteira do Fundo devido à ocorrência de eventos de seguros. Desta forma, a Perda Máxima Provável representa a redução no valor da carteira do Fundo como um *Value-at-Risk* (VaR) de 99% da perda anual máxima decorrente da ocorrência de um único evento de seguros.

### Exposição Global ao Risco

O Fundo emprega a abordagem de compromisso para avaliar o seu risco de mercado.

<sup>1</sup> Normalmente, as instruções aceites pela Sociedade Gestora após a Hora Limite de Negociação para um Dia de Negociação serão executadas no Dia de Negociação seguinte, salvo renúncia por parte da Sociedade Gestora e desde que os Accionistas sejam tratados equitativamente.

Período de Liquidação das Receitas de Subscrição e de Resgate <sup>2</sup>	<p>Subscrição: Num prazo de três Dias Úteis a partir do Dia de Negociação relevante</p> <p>Resgate: Num prazo de três Dias Úteis a partir do Dia de Negociação relevante</p>
Considerações Específicas Relativas ao Risco <sup>3</sup>	<p><b>Catástrofes</b></p> <p>O Fundo irá investir em títulos vinculados a seguros. Esses investimentos ou títulos individuais podem incorrer em perdas graves ou totais em resultado de eventos objecto de seguro como catástrofes naturais, de origem humana ou outras. As catástrofes podem ser causadas por vários acontecimentos, incluindo, entre outros, furacões, terremotos, tufões, tempestades de granizo, inundações, maremotos, tornados, tempestades de vento, temperaturas extremas, acidentes aéreos, incêndios, explosões e acidentes marítimos. A incidência e a gravidade de tais catástrofes são inerentemente imprevisíveis, e as perdas do Fundo decorrentes de tais catástrofes poderão ser significativas. Qualquer evento climático ou outro que possa resultar num aumento da probabilidade e/ou gravidade de tais eventos (por exemplo, o aquecimento global, que gera furacões mais frequentes e violentos) poderá ter um efeito material adverso no Fundo. Embora a exposição de um Fundo a tais eventos seja diversificada de acordo com o respectivo objectivo de investimento, um único evento catastrófico poderá afectar várias zonas geográficas e linhas de negócios, ou a frequência ou a gravidade de eventos catastróficos poderão exceder as expectativas, podendo, em ambos os casos, ocorrer consequências significativamente adversas no que diz respeito ao Valor Patrimonial Líquido do Fundo.</p> <p><b>Risco de Modelação</b></p> <p>As decisões de investimento baseiam-se, entre outros aspectos, nos resultados da análise efectuada através de modelos desenvolvidos internamente ou fornecidos por uma empresa externa de modelação de riscos de catástrofes. Estes modelos baseiam-se em vários pressupostos, sendo que alguns são subjectivos e alguns poderão variar mesmo entre as diferentes empresas de modelação de riscos de catástrofe e/ou pressupostos internos. Nenhum modelo é, ou poderá ser, uma representação exacta da realidade. Os resultados obtidos das análises efectuadas através destes modelos não podem ser considerados factos, projecções ou previsões de futuras perdas catastróficas ou indicadores de retornos futuros. Foi estabelecido que a experiência de perda efectiva pode diferir materialmente da gerada por estes modelos. Os instrumentos individuais também podem ter exposição a riscos não capturados pelos modelos quantitativos desenvolvidos internamente ou fornecidos por uma empresa de modelação de risco terceira.</p> <p><b>Risco de Eventos</b></p> <p>O risco de eventos refere-se à ocorrência de um evento objecto de seguro que poderá ser coberto ao abrigo dos termos contratuais de Valores Mobiliários Vinculados a Seguros. Este risco é uma característica essencial associada aos Valores Mobiliários Vinculados a Seguros e constitui uma diferença fundamental face às obrigações tradicionais. Os Investidores poderão perder a totalidade ou parte dos seus investimentos se uma catástrofe natural ou outro evento objecto de seguro accionar um pagamento ao abrigo do acordo de transferência de risco subjacente relacionado com os Valores Mobiliários Vinculados a Seguros.</p> <p><b>Risco de Liquidez</b></p> <p>Os investimentos em Valores Mobiliários Vinculados a Seguros poderão ser difíceis de vender rapidamente, o que poderá afectar o valor do Fundo e, em condições de mercado extremas, a sua capacidade de satisfazer os pedidos de resgate de imediato. O mercado secundário no que respeita a Valores Mobiliários Vinculados a Seguros poderá registar pouca liquidez. Caso ocorra uma grande catástrofe, ou seja, provável que ocorra, a liquidez de Valores Mobiliários Vinculados a Seguros potencialmente afectados poderá diminuir ou ser totalmente eliminada.</p> <p><b>Riscos Regulamentares</b></p> <p>Os investimentos em Valores Mobiliários Vinculados a Seguros poderão estar sujeitos ao risco de alterações à lei e/ou regulamentos. Estas alterações podem dar origem a restrições quanto à capacidade de determinados Investidores investirem em Valores Mobiliários Vinculados a Seguros ou a efeitos adversos para emittentes de Valores Mobiliários Vinculados a Seguros que poderão resultar em eventos de resgate antecipado de determinados Valores Mobiliários Vinculados a Seguros.</p> <p><b>Instrumentos Financeiros Derivados</b></p> <p>A utilização de instrumentos financeiros derivados para fins de investimento poderá aumentar a volatilidade da cotação das Acções, o que poderá resultar em perdas maiores para o Investidor. A exposição longa e curta obtida através de <i>swaps</i> de retorno total indexados a índices e a obrigações poderá aumentar a exposição a riscos relacionados com seguros.</p>
Perfil do Investidor Típico	<p>O Fundo poderá ser adequado para investidores que tenham um horizonte de investimento de médio a longo prazo e que procuram diversificação, investindo numa classe de activos cujo desempenho não depende de outros activos financeiros. Além disso, o investidor tem uma tolerância ao risco suficientemente elevada para absorver perdas potenciais de investimento após a ocorrência de catástrofes extremas relacionadas com seguros. O Fundo não se destina a Investidores de retalho; destina-se a Investidores sofisticados. Um Investidor sofisticado significa um Investidor que:</p> <p>a) compreende a estratégia, características e riscos do Fundo de forma a tomar uma decisão de investimento informada; e</p>

<sup>2</sup> No caso de pedidos através de Distribuidores, poderão aplicar-se diferentes procedimentos de subscrição e resgate.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os riscos associados ao investimento neste Fundo, consulte o Anexo II, "Riscos de Investimento".



b) tem conhecimento de, e experiência de investimento em, produtos financeiros que utilizam derivados complexos e/ou estratégias de derivados (como este Fundo) e dos mercados financeiros a nível geral.

## Características das Classes de Ações

Classes de Ações	Subscrição Inicial Mínima	Subscrição Adicional Mínima	Participação Mínima
A	100.000 USD	50.000 USD	100.000 USD
C	100.000 USD	50.000 USD	100.000 USD
F	100.000 USD	50.000 USD	100.000 USD
I	5.000.000 USD	2.500.000 USD	5.000.000 USD
IF	1.000.000 USD	500.000 USD	1.000.000 USD

Classes de Ações	Comissão Inicial <sup>4</sup>	Comissão de Gestão de Investimentos <sup>5</sup>	Comissão de Distribuição
A	Até 1%	1,50%	Nenhuma
C	Até 1%	1,10%	Nenhuma
F	Até 1%	1,50%	Nenhuma
I	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
IF	Nenhuma	1,10%	Nenhuma

O encargo de cobertura da classe de ações até 0,03% será suportado por Classes de Ações com cobertura cambial.

<sup>4</sup> As percentagens são apresentadas com base no montante total da subscrição, que representa 1,0101% do Valor Patrimonial Líquido por Ação no caso das Ações F.

<sup>5</sup> As percentagens são apresentadas com base no Valor Patrimonial Líquido do Fundo ou no Valor Patrimonial Líquido por Ação, conforme for mais adequado

## Objectivo de Investimento

O Fundo visa proporcionar valorização do capital através do investimento em acções e títulos relacionados com acções, incluindo mercados emergentes. O Fundo também pode investir em títulos de taxa fixa e variável, mercados de matérias-primas e moedas de todo o mundo, incluindo mercados emergentes.

## Política de Investimento

O Fundo procede à alocação dos seus activos em várias estratégias subjacentes, incluindo, entre outras, posição longa/curta e apenas longa em acções, rendimento fixo e crédito, macro global, neutra relativamente ao mercado e de valor relativo.

O Gestor de Investimentos procura alocar os activos num conjunto diversificado de estratégias subjacentes e gerir o risco global centralmente. A combinação de estratégias subjacentes será diversificada em termos de estilos de investimento, sectores de mercado, temas de investimento e horizontes temporais, com o objectivo de mitigar a dependência do Fundo face a qualquer fonte única para proporcionar retornos. As alocações em cada estratégia subjacente são dimensionadas a fim de cumprir o objectivo de retorno, a tolerância ao risco e as directrizes do Fundo. O impacto de cada estratégia subjacente sobre o perfil de risco global do Fundo é avaliado individualmente e colectivamente tendo em atenção correlações entre estratégias de investimento.

O Fundo investe em acções e títulos relacionados com acções, títulos de taxa fixa e variável emitidos por governos, agências governamentais, entidades supranacionais e empresas, moedas e matérias-primas, bem como em Fundos de Investimento que investem nesses instrumentos.

Os títulos de taxa fixa ou variável incluem obrigações, dívida de mercados emergentes, obrigações convertíveis (incluindo obrigações convertíveis contingentes), obrigações indexadas à inflação e títulos com notação inferior a "investment grade" (que são títulos com uma notação de crédito inferior a "investment grade", segundo a Standard & Poor's ou qualquer classificação equivalente atribuída por outras agências de notação de crédito). O Fundo poderá investir mais de 50% dos seus activos em títulos com notação inferior a "investment grade". O Fundo poderá investir até 20% dos seus activos em títulos garantidos por activos e títulos garantidos por hipotecas. O Fundo poderá investir em obrigações convertíveis e obrigações com "warrants". A exposição a obrigações convertíveis inclui até 10% (numa base líquida) em obrigações convertíveis contingentes.

O Fundo poderá investir directamente em acções B e em acções H da China, bem como até 10% dos seus activos em acções A da China ao abrigo do Shanghai-Hong Kong Stock Connect e do Shenzhen-Hong Kong Stock Connect.

Os investimentos em matérias-primas são efectuados indirectamente utilizando instrumentos derivados (incluindo swaps de retorno total) cujos activos subjacentes consistem de índices de matérias-primas diversificados elegíveis e outros activos subjacentes elegíveis. O Fundo não irá adquirir matérias-primas físicas directamente, nem irá investir directamente em qualquer derivado que tenha matérias-primas físicas como um activo subjacente.

O Fundo utiliza derivados extensivamente (incluindo swaps de retorno total e contratos por diferenças), a longo e curto prazo, com o objectivo de obter ganhos de investimento, reduzir o risco (incluindo gestão do risco cambial) ou gerir o Fundo de modo mais eficiente. O Fundo tem a flexibilidade para implementar posições cambiais activas longas e curtas através de instrumentos financeiros derivados. Caso o Fundo utilize swaps de retorno total e contratos por diferenças, o subjacente consiste em instrumentos e índices nos quais o Fundo poderá de outra forma investir de acordo com o respectivo Objectivo e Política de Investimento. Em particular, podem ser utilizados swaps de retorno total e contratos por diferenças para obter exposição longa e curta a acções e títulos relacionados com acções, títulos de taxa fixa e variável e índices de matérias-primas. A exposição bruta a swaps de retorno total e contratos por diferenças não irá ultrapassar 1.000% e deverá manter-se no intervalo de 300% a 600% do Valor Patrimonial Líquido. Em determinadas circunstâncias, esta proporção poderá ser superior.

O Fundo poderá ter exposições longas líquidas e curtas líquidas quando existe uma combinação de posições longas e curtas.

O Fundo poderá investir em instrumentos do mercado monetário e deter numerário. O Fundo poderá (excepcionalmente) deter até 100% dos seus activos em numerário. O Fundo poderá investir até 10% dos seus activos em Fundos de Investimento do tipo aberto e em ETF.

Uma vez que o Fundo não é constrangido por índices, é gerido sem referência a um índice.

Algumas das Classes de Acções do Fundo poderão ser fechadas a novas subscrições ou trocas, conforme descrito na secção 2.3.

## Exposição Global ao Risco

O Fundo emprega a abordagem Value-at-Risk (VaR) absoluta para avaliar o seu risco de mercado.

## Nível de Alavancagem Esperado

600% - 1100% dos activos líquidos totais

O Fundo utilizará amplamente derivados para implementar a sua política de investimento e atingir o seu perfil de risco alvo. Estes derivados incluem instrumentos como futuros sobre taxas de juro e sobre acções, swaps de taxa de juro, contratos cambiais a prazo, swaps de retorno total, contratos financeiros por diferença e opções. A utilização destes instrumentos poderá gerar um nível elevado de alavancagem bruta, o que poderá potencialmente aumentar o nível de risco do Fundo. Contudo, estes instrumentos também são utilizados para diversificar e para gerir os riscos, podendo tal contribuir para a redução do nível de risco do Fundo.

Para manter o seu perfil de risco alvo, o nível de alavancagem do Fundo poderá ser mais elevado quando a volatilidade do mercado diminuir significativamente. De forma semelhante, o nível de alavancagem esperado também poderá, por vezes, ser inferior ao previsto.

## Características do Fundo

Moeda do Fundo	USD
Gestor de Investimentos	A Schroder Investment Management Limited é uma sociedade de responsabilidade privada constituída a 7 de Março de 1985. Está autorizada e é regulamentada pela Financial Conduct Authority do Reino Unido.
Subgestores de Investimentos	Ocasionalmente, poderão ser nomeados Subgestores de Investimentos. As alocações a esses Subgestores de Investimentos poderão aumentar/diminuir ou parar a qualquer momento, segundo o critério do Gestor de investimentos, sem notificação aos Investidores. Qualquer Subgestor de Investimentos do grupo Schroders será divulgado no sítio da Web <a href="http://www.schroders.com/helix">www.schroders.com/helix</a> e também publicado nos relatórios semestrais e anuais. A BennBridge Ltd poderá ser nomeada como Subgestor de Investimentos a qualquer momento e relativamente a uma parte da carteira.
Hora Limite de Negociação <sup>1</sup>	13h00, hora do Luxemburgo, dois Dias Úteis antes de um Dia de Negociação
Frequência de Negociação/Dia de Negociação	Diária
Dia de Cálculo	Todos os Dias Úteis. O Valor Patrimonial Líquido por Acção é calculado para o Dia Útil anterior.
Disponibilidade do Valor Patrimonial Líquido por Acção	O Valor Patrimonial Líquido por Acção estará disponível em cada Dia de Cálculo.
Período de Liquidação da Subscrição e das Receitas de Resgate <sup>2</sup>	Num prazo de três Dias Úteis a partir do Dia de Negociação relevante

### Considerações sobre Riscos Específicos <sup>3</sup>

O Fundo recorre a alavancagem através de instrumentos financeiros derivados, o que aumentará tanto os ganhos como as perdas nos respectivos investimentos e resultará em maiores flutuações no seu Valor Patrimonial Líquido. Esta situação aumenta significativamente o risco do Fundo comparativamente a um fundo sem alavancagem. A alavancagem ocorre quando a exposição económica global do Fundo excede o respectivo montante de activos investido.

O Fundo adopta uma abordagem de gestão multi-carreira e aloca capital a diferentes equipas do grupo Schroders que não coordenam as respectivas decisões de investimento. Existe o risco de, por coincidência não intencional, as decisões de investimento colectivo destas equipas poderem resultar em algumas exposições ao risco concentradas.

### Obrigações Convertíveis Contingentes

Uma obrigação convertível contingente é um instrumento de dívida que pode ser convertido em acções do emissor ou parcial ou totalmente amortizado ao ocorrer um evento automático predefinido. Os termos da obrigação estabelecerão eventos automáticos e taxas de conversão específicos. Os eventos automáticos poderão ser alheios ao controlo do emissor. Um evento automático comum é a diminuição do rácio de capital do emissor abaixo de um determinado limiar. A conversão poderá fazer com que o valor do investimento desça significativa e irreversivelmente e, em alguns casos, até para zero.

O pagamento de cupões sobre determinadas obrigações convertíveis contingentes poderá ser totalmente discricionário e poderá ser cancelado pelo emissor, em qualquer altura, por qualquer razão e durante qualquer período de tempo.

Contrariamente à hierarquia de capital típica, os investidores em obrigações convertíveis contingentes poderão sofrer uma perda de capital antes dos titulares de acções.

A maior parte das obrigações convertíveis contingentes é emitida como instrumentos de dívida perpétua amortizáveis em datas predeterminadas. As obrigações convertíveis contingentes perpétuas poderão não ser amortizadas na data de amortização predefinida e os investidores poderão não receber o retorno do capital na data de amortização ou em qualquer data.

Não existem padrões amplamente aceites para a valorização de obrigações convertíveis contingentes. O preço ao qual as obrigações são vendidas poderá, por conseguinte, ser superior ou inferior ao preço ao qual tinham sido valorizadas imediatamente antes da sua venda.

Em determinadas circunstâncias, poderá ser difícil encontrar um comprador de obrigações convertíveis contingentes e o vendedor poderá ter de aceitar um desconto significativo relativamente ao valor esperado da obrigação para a conseguir vender.

<sup>1</sup> Normalmente, as instruções aceites pela Sociedade Gestora após a Hora Limite de Negociação para um Dia de Negociação serão executadas no Dia de Negociação seguinte, salvo renúncia por parte da Sociedade Gestora e desde que os Accionistas sejam tratados equitativamente.

<sup>2</sup> No caso de pedidos através de Distribuidores, poderão aplicar-se diferentes procedimentos de subscrição e resgate.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os riscos associados ao investimento neste Fundo, consulte o Anexo II, "Riscos de Investimento".

## Stock Connect

O Shanghai-Hong Kong Stock Connect e o Shenzhen-Hong Kong Stock Connect são programas de transacção e de compensação de títulos desenvolvido pela Stock Exchange of Hong Kong Limited, Shanghai/Shenzhen Stock Exchange, Hong Kong Securities Clearing Company Limited e China Securities Depository and Clearing Corporation Limited, com o objectivo de atingir um acesso mútuo ao mercado de acções entre a República Popular da China (excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan) e Hong Kong. Uma descrição detalhada dos programas, bem como dos riscos associados aos mesmos podem ser consultados no Anexo II deste Prospecto.

Perfil do Investidor Típico	<p>O Fundo não se destina a Investidores de retalho; destina-se a Investidores sofisticados. Um Investidor sofisticado significa um Investidor que:</p> <p>a) compreende a estratégia, características e riscos do Fundo de forma a tomar uma decisão de investimento informada; e</p> <p>b) tem conhecimento de, e experiência de investimento em, produtos financeiros que utilizam derivados complexos e/ou estratégias de derivados (como este Fundo) e dos mercados financeiros a nível geral.</p>
Comissão de Desempenho	20% (15% para a classe E) (o multiplicador) do desempenho superior absoluto relativamente ao princípio do nível mais alto (High Water Mark), segundo a metodologia descrita na secção 3.2(B).

## Características das Classes de Acções

Classes de Acções	Subscrição Inicial Mínima	Subscrição Adicional Mínima	Participação Mínima	Comissão Inicial <sup>4</sup>
A	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 3%
A1	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 2%
C	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
C1	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
E	10.000 USD	5.000 USD	10.000 USD	Até 1%
I	5.000.000 USD	2.500.000 USD	5.000.000 USD	Nenhuma
X	100.000.000 USD	2.500.000 USD	100.000.000 USD	Nenhuma

Classes de Acções	Comissão de Gestão de Investimentos <sup>5</sup>	Comissão de Distribuição <sup>5</sup>	Comissão de Desempenho
A	2,00%	Nenhuma	Sim
A1	2,00%	0,50%	Sim
C	1,00%	Nenhuma	Sim
C1	1,00%	Nenhuma	Sim
E	0,75%	Nenhuma	Sim
I	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
X	Até 1%	Nenhuma	Sim

O encargo de cobertura da classe de acções até 0,03% será suportado por Classes de Acções com cobertura cambial.

<sup>4</sup> As percentagens são apresentadas com base no montante total da subscrição, que representa 3,09278% para Acções A, 2,04081% para Acções A1 e 1,0101% para Acções C, C1 e do Valor Patrimonial Líquido por Acção.

<sup>5</sup> As percentagens são apresentadas com base no Valor Patrimonial Líquido do Fundo ou no Valor Patrimonial Líquido por Acção, conforme adequado.

# Anexo IV

## Outras Informações

- (A) Pode ser obtida, gratuitamente e mediante pedido, uma lista de todos os Fundos e Classes de Acções, na sede social da Sociedade e também no sítio Web [www.schroders.lu](http://www.schroders.lu).
- (B) Exoneração de responsabilidade da MSCI (Fonte: MSCI):  
As informações obtidas a partir da MSCI e de outros fornecedores de dados, incluídas neste Prospecto, apenas poderão ser utilizadas para fins internos, não poderão ser reproduzidas nem divulgadas de qualquer forma e não poderão ser utilizadas para criar quaisquer produtos ou instrumentos financeiros ou quaisquer índices. As informações da MSCI e as de outros fornecedores de dados são fornecidas "tal como se encontram" e o utilizador destas informações assume o risco total de qualquer utilização destas informações. A MSCI, cada uma das suas filiais e qualquer outra pessoa envolvida ou relacionada com a compilação ou criação de qualquer informação da MSCI (colectivamente, as "Partes da MSCI") e de outros fornecedores de dados recusam expressamente todas as garantias (incluindo, entre outros, quaisquer garantias de originalidade, exactidão, integridade, actualidade, não infracção, comerciabilidade e adequação a uma finalidade específica) no que respeita a estas informações. Sem prejuízo do supramencionado, em nenhuma circunstância deverá qualquer Parte da MSCI ou outro fornecedor de dados ter qualquer responsabilidade por quaisquer danos directos, indirectos, especiais, acidentais, punitivos, consequenciais (incluindo, entre outros, perdas de lucros) ou quaisquer outros danos.





EST. 1804

**Schroder Investment Management (Europe) S.A.**

5, rue Höhenhof  
1736 Senningerberg  
Grão-Ducado do Luxemburgo  
Tel.: (+352) 341 342 202  
Fax: (+352) 341 342 342